

LUCAS MATTOS MARTINS

**PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES – PASSA CINCO,
PONTE NOVA (MG): A PERCEPÇÃO E RELAÇÃO DA COMUNIDADE
QUE HABITA SEU ENTORNO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2016

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

M386p
2016

Martins, Lucas Mattos, 1986-

Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco,
Ponte Nova (MG) : a percepção e relação da comunidade que
habita seu entorno / Lucas Mattos Martins. – Viçosa, MG, 2016.
x, 125f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Edson Soares Fialho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Inclui bibliografia.

1. Comunidades - Percepção - Ponte Nova (MG).
2. Paisagens - Proteção. 3. Parques nacionais - Ponte Nova
(MG). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Artes e Humanidades. Programa de Pós-graduação em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22 ed. 307.7628151

LUCAS MATTOS MARTINS

**PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES – PASSA CINCO,
PONTE NOVA (MG): A PERCEPÇÃO E RELAÇÃO DA COMUNIDADE
QUE HABITA SEU ENTORNO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADO: 31 de Agosto de 2016.

Eduardo Vicente do Prado

Wagner Barbosa Batella

Edson Soares Fialho
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Iara e Adriano, por todo investimento no processo de educação, são meus professores desta singular jornada. Aos meus irmãos André, Caio e Victor por sua beleza, alegria e sede de vida que tanto me inspira. A minha Vó Leila por dividir toda sua sabedoria e cultura em almoços deliciosos, ao meu Vô Vilmar pelos seus conselhos curtos e valiosos, por me incentivar na formação em Engenharia Ambiental. A toda minha família que em nome das minhas tias Larissa e Else, agradeço por todos os momentos de aprendizado.

A minha esposa Cynthia, pelos aprendizados diários por ser marido de uma mulher excepcional, inteligente, sonhadora, idealista, guerreira em fim... linda, nosso amor cresce a cada dia.

Aos meus amigos de vida por todas as aventuras vividas, a todos integrantes do “BrainStorm” parceiros de tantas “conspirações contra o mundo”. Aos meus primos e cúmplices Leo, Bruno e Zaza companheiros de infância.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa pelas aulas e debates indispensáveis para a produção deste trabalho.

Ao meu Orientador Edson Fialho pelo tempo investido e por sua dedicação e confiança durante todo o processo de desenvolvimento da Pesquisa.

Em nome do prefeito Paulo Augusto Malta – Guto, agradeço toda a população de Ponte Nova pelo acolhimento e participação durante o trabalho. A toda equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, obrigado Alessandra e Olímpio por acreditarem no meu trabalho.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I - REFLEXÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	5
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO	6
1.1 Percepção da Paisagem: A Interpretação de Um Espaço Natural.....	6
1.2 Unidades de conservação: preservação ou conservação da paisagem?.....	20
1.3 Plano De Manejo: uma proposta participativa.....	28
CAPITULO 2 - MATERIAL E MÉTODOS	31
2.1 Área De Estudo: Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco – Ponte Nova - MG e o seu Entorno.	31
2.1.1 Bairros do entorno imediato.....	35
2.1.2 Floresta Estacional Semidecidual	38
2.1.3 As Lagoas.....	41
2.1.4 Complexo Penitenciário.....	45
2.1.5 Viveiro de Mudas.....	47
2.2 Procedimentos Metodológicos.....	51
PARTE II – RESULTADOS ALCANÇADOS	55
CAPITULO 3 - DIAGNÓSTICO DE PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DOS BAIRROS (SÃO PEDRO, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NOVO HORIZONTE E CIDADE NOVA) EM RELAÇÃO AO PNMTNPC.....	56
3.1 Análise dos Resultados de entrevistados com faixa etária acima de 16 anos.....	57
3.1.1 Sexo, faixa etária e bairro.....	57
3.1.2 Conhecimento acerca da existência do PNMTNPC	59
3.1.3 Frequência ao PNMTNPC	62
3.1.4 Motivos de ida ao PNMTNPC.....	63
3.1.5 Motivos de não ir ao Parque	65
3.1.6 Sugestões para melhoria do PNMTNPC pelos entrevistados	67
3.1.7 Lazer e conservação	68

3.1.8	Eventos PNMTNPC.....	70
3.1.9	Ideias para o PNMTNPC	71
3.2	Análise de resultados dos entrevistados com faixa etária entre 5 a 15 anos.....	73
3.2.1	Sexo, faixa etária e bairro.....	73
3.2.2	Conhecimento acerca da existência do PNMTNPC.....	75
3.2.3	Frequência ao PNMTNPC pelo entrevistado	77
3.2.4	Motivos de ida ao PNMTNPC dada pelos entrevistados.....	78
3.2.5	Motivos de não ir ao PNMTNPC.....	79
3.2.6	Sugestões de melhoria PNMTNPC pelos entrevistados	80
3.2.7	Propostas de eventos no PNMTNPC apontados pelos entrevistados.....	81
CAPÍTULO 4 – OFICINA NA ESCOLA MUNICIPAL SENADOR MIGUEL LANA.....		82
4.1	Relato da oficina de apresentação dos resultados do diagnóstico para a comunidade..	82
4.2	Considerações Finais	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		117

LISTA DE SIGLAS

CCPNMTN: Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco

CODEMA: Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Ponte Nova/MG

EJA: Educação de Jovens e Adultos

PLEDS: Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Integrado Sustentável

PLHIS: Plano Local De Habitação De Interesse Social

PNMTNPC: Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco

SEMED: Secretaria Municipal de Educação

SMAM: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ponte Nova/MG

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC: Unidade de Conservação

UFV: Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A paisagem como resultado da interação entre o homem e natureza	12
Figura 2: Representação do sistema tripolar, proposto por Bertand em 1997.	13
Figura 3: O Enfoque morfológico e a paisagem cultural	19
Figura 4: Mapa de localização do PNMTNPC no município de Ponte Nova–Minas Gerais	33
Figura 5: Floresta Estacional semidecidual do PNMTNPC, áreas exploradas.	38
Figura 6: Plantio de mudas para recuperação de áreas degradadas	40
Figura 7: Arborização da fábrica de papel com mudas do viveiro do PNMTNPC.....	41
Figura 8: Mapa de recursos hídricos do PNMTNPC	42
Figura 9: Foto aérea do Complexo Penitenciário do Município de Ponte Nova/MG	47
Figura 10: Viveiro de Mudas	49
Figura 11: Mapa de dispersão de mudas produzidas no PNMTNPC.....	50
Figura 12: Entrega dos questionários respondidos	56
Figura 13: Sexo.....	57
Figura 14: Faixa etária	58
Figura 15: Distribuição dos entrevistados nos bairros vizinhos do PNMTNPC.....	58
Figura 16: Pessoas com conhecimento acerca da existência do PNMTNPC.....	59
Figura 17: Conhecimento X Faixa etária	60
Figura 18: Conhecimento através da presença no PNMTNPC.....	61
Figura 19: Faixa etária x Conhecimento por presença.....	61
Figura 20: Frequência ao PNMTNPC na atualidade	62
Figura 21: Frequência por período.....	63
Figura 22: Assiduidade por faixa etária	63
Figura 23: Motivos de frequentar o Parque	65
Figura 24: Motivos de não frequentar o Parque.....	67
Figura 25: Sugestões de melhoria para o PNMTNPC	68
Figura 26: Parque para fins recreativos.....	69
Figura 27: Motivos para o Parque não ter fins recreativos	70
Figura 28: Eventos de Interesse dos entrevistados.....	71
Figura 29: Número de entrevistados com ideias atrativas para o Parque	72
Figura 30: Ideias com potencial de atrair as pessoas para o PNMTNPC.....	72
Figura 31: Sexo.....	73
Figura 32: Faixa etária	74
Figura 33: Distribuição dos entrevistados nos bairros vizinhos ao PNMTNPC.....	74
Figura 34: Conhecimento acerca da existência do PNMTNPC	76
Figura 35: Conhecimento por ter visitado o PNMTNPC.....	77
Figura 36: Frequência de visitas ao Parque	78
Figura 37: Motivos de ida ao PNMTNPC	79
Figura 38: Motivos de não ir ao Parque	80
Figura 39: Sugestão de melhoria para o PNMTNPC.....	81
Figura 40: Evento de interesse dos entrevistados	82
Figura 41: Oficina de apresentação dos resultados dia 09/03/2016.....	82
Figura 42: Oficina de apresentação dos resultados dia 10/03/2016.....	83

Figura 43: Imagem aérea do Parque Natural Municipal Tancredo Neves	85
Figura 44: Forças e fraquezas, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.....	90
Figura 45: Ameaças e Oportunidades, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves	90
Figura 46: Visão e Missão, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.....	92
Figura 47: Objetivos de curto prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.	94
Figura 48: Objetivos de médio prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.	95
Figura 49: Objetivos de médio prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.	96
Figura 50: Sede Administrativa do PNMTNPC	97
Figura 51: Parquinho e Lanchonete	98
Figura 52: Quadra de Areia.....	98
Figura 53: Sede Viveiro de Mudanças do PNMTNPC.....	99
Figura 54: Funcionários Geraldo Nonato e Olímpio Alves do PNMTNPC no canteiro das mudas....	100
Figura 55: Início e Resultados preliminares de projeto de recuperação de áreas degradadas do PNMTNPC.	101
Figura 56: Monitoramento das Nascentes do PNMTNPC.....	102
Figura 57: Mapa de Zoneamento PNMTNPC.	104
Figura 58: Guarita de controle de acesso	108
Figura 59: Lanchonete	109
Figura 60: Ambiente interno da Lanchonete.....	109
Figura 61: Área de Lazer, espaço para eventos.	110
Figura 62: Área de Lazer, quadra para esportes.....	110
Figura 63: Sede Administrativa	111
Figura 64: Banheiros Públicos	112

RESUMO

MARTINS, Lucas, M, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2016. **Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco, Ponte Nova (MG): A percepção e relação da comunidade que habita seu entorno.** Orientador: Edson Soares Fialho.

Investigamos nesta pesquisa a percepção de uma comunidade vizinha a uma Unidade de Conservação, o Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco, na cidade de Ponte Nova-MG. A pesquisa foi fundamentada nos conceitos de paisagem, percepção, cultura, conservação. A partir de aplicação de questionários e conversa com moradores da comunidade vizinha ao Parque foi possível produzir um diagnóstico que aponta a percepção da citada comunidade com relação ao Parque. O diagnóstico foi apresentado em uma oficina com o intuito de debater os resultados e discutir formas de possíveis interações com uma Unidade de Conservação.

ABSTRACT

MARTINS, Lucas, M, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August 2016. **Municipal Natural Park Tancredo Neves - Passa Cinco , Ponte Nova (MG): The perception and community relationship that inhabits its surroundings.** Advisor: Edson Soares Fialho.

Investigated in this research the perception of a neighboring community to a Conservation Unit, the Municipal Natural Park Tancredo Neves - Passa Cinco in the town of Ponte Nova-MG . The research was based on landscape concepts , perception, culture , conservation, from questionnaires and talk with residents of the nearby community to the park was possible to produce a diagnosis, the perception of said community regarding the Park. The report was presented at a workshop in order to discuss the results and discuss possible forms of interactions with a Conservation Unit.

INTRODUÇÃO

No ano de 2000 foi instituído pelo Governo Federal do Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação no território Brasileiro. As Unidades de Conservação – UCs – são espaços territoriais com limites definidos que apresentam regime especial de administração para a conservação dos recursos naturais.

O SNUC define dois grupos de UCs, Unidades de Proteção Integral que é composto pelas categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual e Parque Municipal, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O outro grupo são as Unidades de Uso Sustentável e é composto pelas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. (BRASIL, 2000)¹.

O Grupo das Unidades de Proteção Integral apresenta como objetivo básico preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, já os objetivos das unidades de uso sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza admitindo o uso direto dos seus recursos naturais. As categorias que compõem estes dois grupos se diferenciam por apresentarem objetivos e normas distintas.

A presente pesquisa tem como objeto a Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco (PNMTNPC) e sua relação com a comunidade dos bairros São Pedro, Nossa Senhora de Fátima, Novo Horizonte e Cidade Nova vizinhos à UC. A referida UC pertence à categoria Parque Municipal do grupo das Unidades de Proteção Integral.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar, através de aplicação de questionário, a percepção socioambiental que os moradores dos bairros do entorno do Parque têm em relação ao PNMTNPC. A intenção dessa investigação foi a de subsidiar um diagnóstico sobre a citada

¹ BRASIL, SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Brasília, MMA/SBF, 2000.

percepção e, posteriormente, realizar uma oficina com moradores dos bairros citados, para apresentar e discutir os resultados obtidos através durante o processo de pesquisa.

Os objetivos específicos são:

- ✓ Investigar as formas de uso do PNMTNPC ao longo do tempo.
- ✓ Diagnosticar os anseios e modos de uso do PNMTNPC pelos moradores do entorno do Parque.
- ✓ Propor e discutir ações em conjunto com a comunidade, para o uso público afetivo e sustentável (à medida do possível) do PNMTNPC.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM) de Ponte Nova – MG é responsável por administrar o PNMTNPC desde sua criação, em 1986; entretanto, ao longo do tempo, observou-se a existência de alguns problemas acerca da gestão e dos modos de uso por parte da população, tendo em vista a escassez de recursos humanos e financeiros, que são fatores essenciais para existência de uma administração eficiente do PNMTNPC, que também sofre com o afastamento paulatino dos cidadãos usuários do Parque.

Durante o atual Governo Municipal, Gestão 2013–2016, iniciou-se a discussão sobre a importância do PNMTNPC no cenário ecológico/social de Ponte Nova – MG. Assim, identificou-se que pensar propostas para cuidar/gerir esse espaço público era necessário.

Estudar e discutir os anseios das comunidades do entorno de UCs pode auxiliar os órgãos responsáveis pela administração destes espaços a criar caminhos que otimizem a proteção destes ambientes, contribuindo, assim, para a conscientização pública sobre a importância ecológica desses espaços no cenário social da região a que pertencem. A presente pesquisa tem por objetivo investigar a percepção socioambiental que os moradores dos bairros do entorno do Parque têm em relação ao PNMTNPC, com o intuito de elaborar um diagnóstico e posteriormente realizar uma oficina para apresentação e discussão dos resultados obtidos que incentive e sensibilize a inserção afetiva e (à medida do possível) sustentável da população em relação ao Parque.

Para melhor entendimento do texto dissertativo, a presente pesquisa foi dividida em duas partes a primeira parte contém os capítulos 1 e 2 que abordam a reflexão teórico-

metodológica desta pesquisa. A segunda parte do trabalho contém os capítulos 3, 4 que apresentam os resultados da Pesquisa e as considerações finais.

O primeiro capítulo aborda o referencial teórico que apresenta os conceitos utilizados na realização da pesquisa, refletindo sobre percepção, unidades de conservação, paisagem, Geografia Humanista e plano de manejo como ferramentas de gestão de espaço público.

O segundo capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos da pesquisa; esse capítulo apresenta a área da pesquisa, aborda as características do PNMTNPC, define o recorte dos bairros vizinhos à UC. Além disso, estão detalhados os métodos utilizados para obtenção das informações coletadas, estão descritas as etapas percorridas para

- ✓ a elaboração do diagnóstico de percepção socioambiental dos moradores em relação ao Parque.
- ✓ a realização da oficina entre gestor do Parque e cidadãos destinada à apresentação e à discussão dos resultados obtidos durante a pesquisa.

No terceiro capítulo, são apresentados e discutidos os resultados alcançados pela pesquisa em formato de diagnóstico. São apresentados os gráficos oriundos da tabulação dos questionários aplicados e os resultados são discutidos ao longo do capítulo.

No quarto capítulo, é apresentado o relato da oficina realizada entre o pesquisador e parcela de cidadãos da comunidade dos bairros vizinhos ao Parque. Durante o evento, foram apresentados e discutidos os resultados do diagnóstico que retrata a percepção dos entrevistados em relação ao Parque. Os participantes teceram diversas ponderações acerca do assunto, tais comentários e respectivas análises são apresentadas para o leitor da presente pesquisa.

Ao final da pesquisa são apresentadas as considerações finais e conclusões. Há reflexões sobre os diversos aspectos relativos aos desafios a serem enfrentados pelos gestores do PNMTNPC.

A pesquisa vai além das discussões e análises teóricas dos fatores que envolvem a administração do Parque. Concomitante ao processo de estudos pertinentes às teorias que

contribuem para pensar sobre a administração de parques, ações administrativas foram pensadas e postas em prática. Tais ações contribuíram para o avanço dos trabalhos realizados no PNMTNPC, por este motivo, a pesquisa não discute um processo que teve um fim.

O PNMTNPC, objeto desta pesquisa, tem relação direta no dia a dia do profissional/pesquisador, Lucas Mattos Martins, que é, também, o gestor dessa Unidade de Conservação. Assim, algumas ações que serão descritas ao longo da dissertação, estão em andamento e /ou aconteceram no decorrer dos estudos do curso do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa.

PARTE I - REFLEXÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Percepção da Paisagem: A Interpretação de Um Espaço Natural.

A noção de patrimônio advém etimologicamente da concepção de “herança paterna”. Esse termo, nas línguas românicas, segundo Funari e Carvalho (2005, p. 34)², deriva do latim *patrimonium* e faz alusão à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores”.

Todavia, este conceito, valorizava os monumentos, desconsiderando a coevolução entre paisagem e ações humanas. Conforme Ribeiro (2010)³ declara, a paisagem não é uma natureza intocável, mas sim uma natureza “antropizada⁴”, que passou por processos de alterações significativos devido à interferência humana. Nesse sentido, a paisagem é o resultado material de interações entre processos físicos, ecológicos, sociais e culturais. Segundo Passos (1997), a paisagem é produzida historicamente pelos homens, segundo a sua organização social, o seu grau de cultura e o seu aparato tecnológico. A paisagem é o reflexo da organização social e de condições naturais particulares. Portando, constitui um espaço de três dimensões: natural, social e histórica.

A dimensão “natureza” no século XIX, considerada como patrimônio, está restrita às coleções de museus naturais. Depois, a natureza⁵, através da paisagem, passa a ser percebida e analisada como o cenário em que se desenvolve a História de fatos relevantes, esses cenários não podem e não devem ser esquecidos, são, por exemplo, locais onde aconteceram guerras, revoluções de diferentes perspectivas, transposição de rios, desastres ecológicos, construção

² FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: O caso do Quilombo dos Palmares. Diálogos, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v. 9, n.1, 2005.

³ RIBEIRO, R. W. Os ídolos da Paisagem: Caminhos da relação entre paisagem e patrimônio. Rio Claro: In: Anais Congresso Brasileiro de Organização do Espaço, p.4103-4117 UNESP 2010.

⁴ O termo “ação antrópica” é utilizado pela Geografia para se referir às transformações da paisagem a partir da ação do Homem como coletivo social. Porém, com o aumento dos desastres ecológicos ocasionados pela atividade humana, e conseqüentemente da intensificação da conscientização, o termo acabou adquirindo um sentido pejorativo. Passos (1997) escreveu que, quando em um texto de Geografia ou de Ecologia faz referência a uma “ação antrópica”, tem-se uma conotação negativa para todas as mudanças ambientais. O autor propõe que, para julgar a intervenção do homem sobre o meio, é necessário conhecer bem todas as circunstâncias que promoveram essa intervenção, sobretudo, com uma perspectiva temporal, isto é, Histórica.

⁵ Os viajantes, cronistas e escritores românticos, ao enaltecem o valor estético da “natureza selvagem” – lugar da descoberta da alma humana, paraíso perdido, refúgio da intimidade, da beleza e do sublime –, também foram de grande importância para a disseminação dos ideais preservacionistas.

de usinas (hidrelétricas, eólicas, nucleares), fundação e institucionalização de parques e espaços ecológicos, e outros fatos marcantes vividos em sociedades

Com o passar do tempo, houve uma desvalorização do conceito de natureza enquanto “valor estético”, esse “deságio” se deve ao fato de a natureza não ser vista como um fato social, a noção é a de que a natureza não foi criada pelo Homem, essa noção pode levar ao entendimento de que natureza é fonte de recurso para que se possa efetivar/concretizar os fatos sociais. Com o desenrolar da História, teóricos apontaram para a ampliação e/ou modificação da noção do que significa o conceito de Cultura; segundo Clifford Geertz (1999)⁶, cultura é o produto da natureza humana, é uma teia de significados tecida pela humanidade e por suas análises. Nesse sentido, a cultura já não é entendida mais como um conjunto apenas de costumes, hábitos e tradições, mas também como um conjunto de mecanismos de controle que governam o comportamento. Assim, o Homem passa a se perceber como integrante, como parte da natureza. Daí advém a percepção de que o Homem não é ser exterior à natureza, ou isolado dela. Então, cuidar da natureza é cuidar da vida humana.

Diante do atual contexto de reivindicação por melhor qualidade de vida, que encontra como porta-vozes, principalmente, os movimentos ambientalistas e as organizações não-governamentais, que tratam da defesa de causas ecológicas, a questão ambiental vem sendo colocada em pauta sob uma nova perspectiva; não mais como as ideias dos naturalistas do século XIX, que sugeriram que a proteção da natureza residiria no afastamento do ser humano da mesma, criando espaços sacralizados ou intocados pela ação humana e acirrando a dicotomia entre Homem e Natureza; mas sim na perspectiva de que o Homem é um ser que tem a capacidade da razão transformadora, e que pode diagnosticar-se como agente que deve pensar/repensar na dicotomia entre evolução/involução no que diz respeito às questões ambientais, esse Homem que se vê como integrante da natureza e ao mesmo tempo como ser transformador pode e tem relevante tarefa de projetar ações que contribuam para a presença da Vida (da água, da flora, da fauna, da biodiversidade, etc..) no planeta Terra.

Sabemos, tanto como estudiosos, quanto como “cidadãos comuns”, que, mesmo com visões bem diferentes sobre o que vem a ser “proteção à natureza”, o assunto ganha

⁶ GEERTZ, Clifford. O saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa. Trad. De Vera Melo Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

visibilidade no mundo contemporâneo e o sentido de proteção ambiental se amplia, porque no contexto atual “proteção à natureza” é compreendida como produto de valor cultural.

Neste contexto, no ano de 1992, a UNESCO criou a categoria de paisagem cultural. Trata-se de uma nova tipologia de reconhecimento de bens culturais, a intenção foi a de amenizar o antagonismo do documento da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural⁷ aprovado em 1972 no que diz respeito à abordagem entre o patrimônio natural e o cultural, entre o material e imaterial.

Esse fato foi observado por Melo Filho (2013, p. 174)⁸, que afirma ser este momento um importante marco para as políticas patrimoniais, pois seria a possibilidade de tentativa de reconhecer que alguns locais seriam passíveis de proteção e detentores de um valor excepcional para a humanidade, devido à relação ali estabelecida entre Homem e Natureza.

A tipologia criada pela UNESCO estabeleceu a inscrição de bens como patrimônio mundial em duas categorias: Patrimônio Natural ou Cultural. Atualmente, admite-se a possibilidade do patrimônio ser classificado nas duas categorias, criando, assim, a classificação de bem misto, que se adéqua tanto aos critérios naturais quanto aos culturais.

A partir desse marco, as discussões acerca dos conceitos de patrimônio ganham novos horizontes, porque as interações significativas entre o homem e o meio natural são abordadas sob novas e relevantes perspectivas. Segundo Ribeiro (2010, p.4105)⁹:

“A iniciativa da UNESCO visava dar destaque a uma demanda cada vez maior da nossa sociedade atual: a de tratar homem e natureza como elementos integrados, a de integrar natureza e cultura.”

A discussão sobre conceito de paisagem cultural alavanca reflexões acerca das variadas formas de interação entre o homem e o ambiente natural; surgem técnicas específicas de utilização sustentável¹⁰ do meio ambiente que têm como objetivo contribuir com a

⁷ Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, em sua XVII sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972 disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>

⁸ MELO FILHO, D. R. C. Há que se ler a paisagem: a contribuição da geografia para construção da significância cultural. Caminhos de Geografia, Uberlândia v. 14, n. 45, p. 173–180, 2013.

⁹ RIBEIRO, R. W. Os ídolos da Paisagem: Caminhos da relação entre paisagem e patrimônio. Rio Claro: In: Anais Congresso Brasileiro de Organização do Espaço, p.4103-4117 UNESP 2010.

¹⁰ A definição para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que

proteção e a gestão do patrimônio cultural e manutenção da biodiversidade. Nesse sentido, está posta a necessidade de ampliar as discussões sobre o conceito de patrimônio, paisagem e o de cultura.

Atualmente, a classificação de Patrimônio Natural tem sido discutida e questionada. Para alguns estudiosos, todo patrimônio é cultural, inexistindo o que tem sido denominado de natural, principalmente por dois motivos: um deles é que não haveria lugar algum do Planeta Terra em que o homem não tivesse tocado, e o outro é de que o próprio olhar e a classificação que se faz de algo como natural é, em si, uma prática cultural. Partindo deste princípio, toda paisagem passível de valoração patrimonial seria, a priori, uma paisagem cultural.

A palavra “paisagem” está presente no cotidiano, segundo o dicionário Aurélio¹¹ é “1. Extensão de território que se abrange com um lance de vista.” e “Desenho, quadro, gênero literário ou trecho que representa ou em que se descreve um sítio campestre.” Nas duas definições, há presença de um observador que pretende descrever e interpretar um conjunto de elementos.

O termo paisagem também é investigado por diversos campos do conhecimento. O termo é polissêmico, possui acepções variadas, que se desdobram, contemporaneamente, em problematizações das diversas questões que envolvem Patrimônio; por exemplo, a discussão sobre a categoria de Paisagem Cultural. Sobre esse assunto (Paisagem Cultural), um dos denominadores comuns das definições para Patrimônio é o seu entendimento como obra conjugada entre Homem e Natureza.

No cotidiano, as descrições e interpretações sobre Paisagem Cultural são realizadas através de múltiplos ângulos. “Paisagem¹²” conceito chave que se faz presente na justificativa da Geografia como uma ciência, pois muitas vezes a definição do senso comum, “Território

não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

¹¹ FERREIRA A. B. H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1986.

¹² Claval (2001, p. 52) ao destaca que “[...] durante muito tempo, os Geógrafos supuseram que seu julgamento pessoal bastava para compreender os significados sociais e culturais conferidos no espaço. Suas análises repousam, em grande medida, sobre as paisagens – e estas podem enganar”. A paisagem começa a ter um significado diferenciado, deixando de ser apenas uma referência espacial ou um objeto de observação. Ela se coloca num contexto cultural e discursivo, primeiramente nos discursos das artes e pouco depois nas abordagens científicas que rompem com a ideia da Idade Média de que o mundo inteiro seja a criação de Deus, e por isso santificado e indecifrável.

que se abrange com um lance de vista”, não contempla a complexidade que o conceito abarca. “Paisagem” permeia discussões acerca de conceitos sobre território, espaço, região e lugar (CORREA; ROSENDAHL, 1998, p. 7)¹³.

Partindo-se do pressuposto de que “paisagem” é o que se vê, a definição de paisagem vai depender do observador. Para Berque (1998, p. 86)¹⁴. “a paisagem e o sujeito são cointegrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se autorreproduz”

Já Dardel (1990, p. 54)¹⁵, defende que “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”.

Neste sentido, o cidadão que aguça a consciência crítica sobre a percepção de como se encontra a qualidade da paisagem que está presente no cotidiano, consegue entender a importância dessa paisagem em sua vida. Por exemplo, quando um cidadão olha ao seu entorno e consegue perceber que determinada área está degradada ou conservada e que tanto degradação quanto conservação influenciam em suas vidas, esse cidadão passa a criar vínculo afetivo com a paisagem e, conseqüentemente, passa a defender a sua preservação, ou passa a reivindicar sua recuperação. “Para que isso ocorra, o indivíduo necessita estar de bem com vida, possuir uma educação que lhe permita meditar sobre sua existência e seu entorno, e precisa de uma atitude cultural e psicológica equilibrada numa sociedade de justiça social” (SCHIER, 2003, p. 88)¹⁶.

Falamos sobre a importância de se desenvolver no cidadão a capacidade crítica de percepção da paisagem que está no tempo presente do seu cotidiano, mas cabe enfatizar que paisagem compõe-se, também, tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha (SCHAMA, 1996, p.17)¹⁷.

¹³ Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (orgs): Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998.

¹⁴ BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (orgs): Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998.

¹⁵ DARDEL, E. L’homme et la terre – nature de la réalité géographique. Paris: CTHS, 1990.

¹⁶ SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. Revista RA’E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

¹⁷ SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ao enfatizar a ação humana na transformação da paisagem, Sauer (2006, p.70)¹⁸ constatou que sob uma perspectiva histórica, pode-se diferenciar “paisagens naturais” (definidas como áreas anteriores às atividades humanas) e “paisagens culturais” que correspondem aos processos de modificação da paisagem natural por meio da ação e das obras humanas. Em outras palavras, são as atividades humanas transformadoras e não as influências dos elementos naturais, que ocupam uma posição central nos estudos da paisagem: “a cultura é o agente; a área natural é o meio; a paisagem cultural é o resultado”. Dessa forma, a paisagem do presente é a consequência histórica da interação entre o Homem e o ambiente.

De forma geral, é possível perceber as diferentes possibilidades de se conceituar os diversos tipos de paisagens, há a paisagem de um determinado local (pracinha, rua, bairro), há a paisagem de uma região ou a de um território, há a paisagem “Terrestre”, etc. Discutir essa pluralidade conceitual e cognitiva sobre paisagem, no âmbito da Geografia, sem dúvida, é um grande desafio. Por exemplo, na esfera da Geografia Física, já se percebem mudanças conceituais em relação ao estudo de paisagem, porque, ao se problematizar determinada paisagem, leva-se em consideração a ação humana; embora a presença da ação humana, nesses estudos, possa acontecer de forma denotativa e funcional; já na Geografia Cultural, há algum tempo, as paisagens são conotativas, cheias de valores subjetivos e relacionados às culturas.

Vejamos como Bertrand (2004, p.141-152)¹⁹ conceitua “paisagem”, ela é uma determinada porção do espaço, que resulta da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

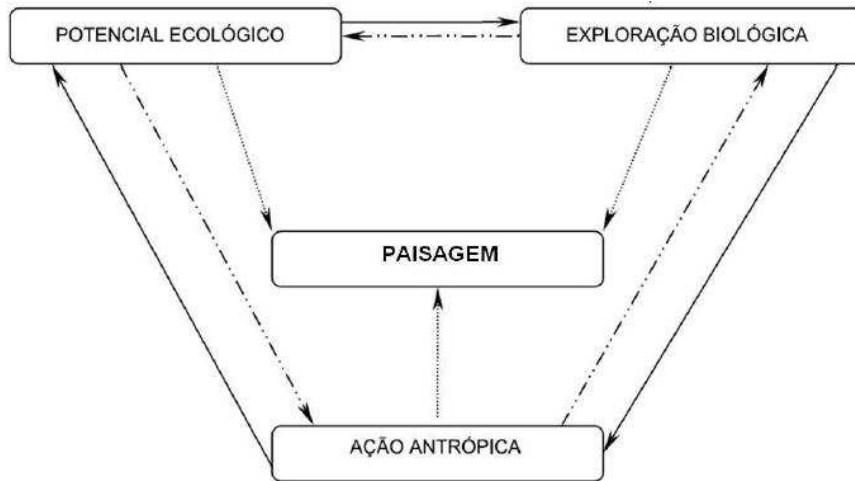
As paisagens podem ser consideradas espaços regidos por um sistema de evolução antrópica, apoiado na história, na economia, na sociologia e na estética; essa ação antrópica é um elemento entre outros existentes na combinação ecológica, não se devendo separar o aspecto ecológico do contexto socioeconômico.

¹⁸ SAUER, Carl O. La morfología del paisaje. Polis. Revista Latinoamericana, n. 15, 2006. Disponível em: www.revues.org. Acessado em: 17 jun. 2014

¹⁹ BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global: Esboços Metodológicos. Revista RA’EGA, Curitiba, v. 8, p. 141-152, 2004.

A paisagem é resultado da interação entre o potencial ecológico (combinação dos fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos), a exploração biológica (conjunto dos seres vivos e o solo) e a ação antrópica (Figura 1).

Figura 1: A paisagem como resultado da interação entre o homem e natureza



Fonte: Bertrand (2004)

Mais recentemente, Bertrand amplia o conceito Geossistema, chamado por ele de GTP (Geossistema, Território e Paisagem), que pode ser compreendido pelas três vias interdependentes que trabalham cientificamente na construção do espaço geográfico, tendo como interesse epistemológico e metodológico a preocupação de preservar a complexidade e a diversidade do ambiente, na tentativa de auxiliar na superação da ruptura entre sociedade e natureza. (Figura 2)

Figura 2: Representação do sistema tripolar, proposto por Bertrand em 1997.



Fonte: Bertrand (2007)²⁰.

O Geossistema é constituído pelos elementos geográficos e sistêmicos, os quais são compostos por elementos abióticos, bióticos e antrópicos, que abrangem, também, os conceitos espacial, natural e antrópico.

O território é a entrada que permite analisar as ações e o funcionamento da questão social e econômica no espaço, considerando-se o tempo para relatar o recurso, a gestão, a redistribuição, a poluição e a despoluição.

A paisagem abrange não somente o visível, mas também a construção cultural e econômica de um espaço geográfico. Nela contém o território, sua organização espacial e seu funcionamento, e se reproduz nos elementos do geossistema.

A meta do GTP, segundo Pissinati e Archela (2009)²¹, é a reaproximação desses três conceitos para se analisar o funcionamento de um determinado espaço geográfico de forma holística, atingindo as interações dos elementos para melhor visualizar e compreender a dinâmica da área estudada.

Por meio de análise, se busca compreender a paisagem como um lugar de projeções e simbolizações de sentimentos e ações humanas, bem como o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica em que a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo.

²⁰ BERTRAND, G.; BERTRAND, C. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007

²¹ PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Geossistema, Território e Paisagem – Método de Estudo da Paisagem Rural sob a Ótica Bertrandiana. Geografia, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009, p. 5-31. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em 21 abr. 2016.

A compreensão da transformação da paisagem apoia-se em dois pilares constitutivos da mesma: a cultura e o território. O primeiro, neste contexto, diz respeito às formas de apreensão de recursos naturais por parte das sociedades ao longo do tempo. O segundo comporta múltiplas dimensões: simbólica, jurídica, territorial etc..

Para Haesbaert (2006)²² o território só pode ser considerado em uma perspectiva em que se integrem as dimensões naturais, políticas, econômicas e culturais. Neste sentido, a reconstrução da história da atividade humana sobre os ecossistemas pode se realizar em diferentes escalas espaciais e temporais. Tais perspectivas devem levar em consideração o fato de que estes, aqui considerados como parte do espaço geográfico, são percebidos como territórios, isto é, espaços vividos e apropriados pelas culturas que os utilizam ou os utilizaram em diferentes épocas. Com o passar do tempo, os territórios se sobrepõem, formando uma realidade única, prenhe de efeitos sinérgicos. Ao discutir essa ruptura do tempo dos espaços vividos, Veiga- Neto (2002, p.208)²³ explicita que:

“O espaço e o tempo foram sendo esvaziados de seu sentido sensorial imediato para serem percebidos e vividos/manipulados como entes abstratos, impessoais, universais e transcendentem.”

Assim, em uma perspectiva histórica, na medida em que o legado ambiental que nos chegou até hoje é produto das relações de populações passadas com o meio, muitas das formações florestais brasileiras, tal como as conhecemos hoje, evidenciam, em sua composição, estrutura e funcionalidade, a resultante da presença de seres humanos, e não da sua ausência. As marcas da presença humana na paisagem são de naturezas diversas, tanto materiais como imateriais.

A esse propósito, um aspecto deve ser considerado – a dificuldade que se tem, no presente, de se avaliar a capacidade de transformação da paisagem feita no passado pelas chamadas populações tradicionais brasileiras (indígenas, caiçaras, quilombolas, etc.). A capacidade de trabalho transformador destas populações dificilmente pode ser avaliada dentro

²² HAESBAERT, O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

²³ VEIGA-NETO. Nietzsche & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

da ótica contemporânea das relações homem/floresta. O componente histórico da paisagem é real, mas nem sempre é percebido, como é destacado por Santos (2008)²⁴.

Por exemplo, toda técnica é história embutida, assim, através da análise dos objetos usados por uma determinada sociedade, é possível perceber a tecnologia desenvolvida por uma dada cultura. Então, o momento de criação de determinada tecnologia e seu uso revelam o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas) com a tecnologia que foi criada/usada para a transformação da paisagem em épocas passadas. Portanto, a técnica usada em cada momento histórico é tempo congelado e revela a história de uma cultura assim, é realmente difícil, para o Homem contemporâneo, avaliar e compreender com eficiência inquestionável, como se deram as transformações das paisagens ocorridas em passado remoto, isso porque não há como analisar com total exatidão o momento histórico pelo qual passavam os homens que desenvolveram determinadas tecnologias.

Queremos expressar através das reflexões contidas nos três últimos parágrafos que, para se pesquisar a percepção e uso de uma paisagem por uma determinada comunidade, há de se considerar a história pregressa dessa paisagem, a história atual dessa paisagem e os tipos de relação humana que foram e são estabelecidas com o espaço a ser estudado.

Esta pesquisa pretende interpretar e discutir a percepção de determinada comunidade em relação à Unidade de Conservação denominada PNMTNPC. A análise da percepção que a sociedade local tem desse espaço público por parte do gestor público é um caminho de aproximação entre o cidadão frequentador do local e a gestão pública. Ou seja, a leitura sobre o que determinada população projeta em relação à realidade local de um determinado espaço público, pode nortear a criação de instrumentos, ferramentas e ações por parte da gestão do espaço público, para que esse lugar seja mais bem compreendido e se torne mais significativo no cotidiano social da população que o frequenta. Segundo Del Rio e Oliveira (1996, p. 237)²⁵ a participação social a partir da percepção que este tem do seu meio pode: “fornecer aos órgãos dirigentes orientações mais adequadas para as decisões em nível político, socioeconômico e de desenvolvimento”.

²⁴ SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4º Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

²⁵ DEL RIO, V. “Cidade da Mente, Cidade Real. Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro”. In: DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (orgs.) Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Universidade de São Carlos (SP)/ Studio Nobel, 1996.

Estudos acerca da percepção humana tem sua origem na Psicologia experimental, o pesquisador Wilhelm Wundt (1832-1920) foi o pioneiro em desenvolver estudos sobre este tema em um laboratório experimental fundado em Leipzig, a partir de então, diversos pensadores de diferentes áreas do conhecimento começaram a aprofundar no conceito da percepção. O dicionário HOUAISS (2002)²⁶ diz que percepção é uma palavra que tem sua origem etimológica no latim, perceptiō,ōnis, que significa compreensão, faculdade de perceber, segundo Forgas (1971, p. 1,2)²⁷ “como o processo de extrair informação da recepção, aquisição, assimilação e utilização do conhecimento”; para Morin (2000, p.20)²⁸ “todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos” . Percebe-se que a percepção se dá pela interatividade de um ser com um ambiente externo, porém, esta interatividade não se limita a uma relação de apenas observador e objeto, os conceitos demonstram que o processo de percepção acontece na esfera dos sentidos, da física e das ações de um indivíduo; sendo assim, o processo de percepção de um espaço é algo de grau complexo.

Segundo Tuan (1980, p. 34)²⁹ “Os seres humanos individualmente ou em grupos, tendem a perceber o mundo com o self, como o Centro. O egocentrismo e o etnocentrismo parecem ser traços humanos universais, embora suas intensidades variem grandemente entre os indivíduos e os grupos sociais. Como a consciência fica no indivíduo, é inevitável uma estruturação egocêntrica do mundo; e o fato de que a autoconsciência permite à pessoa ver-se como um objeto entre os objetos, não invalida a base fundamental dessa visão em um indivíduo.”. Buscar entender a nossa existência como um objeto que interage com um espaço externo, com o meio é abstrato e complexo, mas fundamental para a construção da percepção de uso/interação que fazemos de um espaço público, tal como a Unidade de Conservação denominada PNMTNPC. Por esse motivo, possibilitar a uma determinada população a compreender-se como um “ser unitário” que faz usos coletivos e particulares de um determinado espaço, através de ações que colaboram com a conscientização sobre o caráter existencial de determinado local público, é, também, colaborar na construção da percepção de que somos “seres unitários e coletivos”, e que, portanto temos responsabilidades sobre os usos que fazemos (ou não fazemos) dos locais públicos.

²⁶ HOUAISS, Antônio Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. 1ª Edição. São Paulo, Objetiva, 2002. CD-ROM.

²⁷ FORGUS, R. H. Percepção: o processo básico do desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Herder, 1971.

²⁸ MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

²⁹ TUAN, Y. Fu. Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Ed. Difel: São Paulo, 1980.

Para Tuan (1980, p.04) a percepção é: “tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital em que certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura”. Neste contexto, Tuan (1980, p. 05) apresenta seu conceito de “topofilia”, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. A “topofilia” não se restringe apenas à percepção que o homem tem do ambiente, aborda as atitudes e os valores envolvidos nas relações.

O Parque é um ambiente que é formado por conjunto de paisagens, a interpretação de tais paisagens, segundo Santos (1988), é dada pela dimensão da percepção, ou seja, aquilo que chega aos nossos sentidos, portanto a percepção ambiental, segundo Del Rio (1996)³⁰,

“refere-se ao processo de interação dos indivíduos com o ambiente, envolvendo mecanismos perceptivos e cognitivos, podendo constituir importante instrumento para a avaliação das práticas e fundamentos da educação ambiental, uma vez que permite expor as visões, imagens e valores que estes desenvolvem a respeito do que os cerca.”

A experiência de refletir sobre a existência, sobre os objetivos e sobre as possibilidades interação de/com um espaço público, como é o caso do PNMTNPC, pode proporcionar a indivíduos a vivência de construir e também a de desconstruir conceitos sobre o espaço público, a fim de reafirmar ou mudar o tipo de relação que se tem com ele. Esse pensamento deu origem a um diagnóstico de percepção que será apresentado no capítulo 3 deste trabalho.

Quando estamos tratando de estudo sobre percepção de um espaço público, há de se considerar que, além das percepções procedentes das nossas experiências individuais, somos, concomitantemente, sujeitos sociais, portanto, influenciados pela cultura nesse processo de percepção e descrição de determinada paisagem; segundo Britto (2011)³¹:

“Dentro da Geografia a paisagem adquiriu um caráter polissêmico, variável entre as múltiplas abordagens geográficas adotadas e dependentes das influências culturais e discursivas.”

³⁰ DEL RIO, V. “Cidade da Mente, Cidade Real. Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro”. In: DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (orgs.) Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Universidade de São Carlos (SP)/ Studio Nobel, 1996.

³¹ BRITTO, M. C. Paisagem e as Diferentes Abordagens Geográficas. Revista de Geografia – PPGE – v.2, nº 1 p.1-10, 2011 Universidade Federal de Juiz de Fora.

A palavra cultura remete a dois significados, segundo Aurélio, podemos significá-la como “1. *Conjunto das operações necessárias para que a terra produza.*” e “2. *Instrução, saber, estudo*”. A 1ª definição enquadra a palavra nas áreas agrícolas, seria o cultivo de uma determinada cultura de espécie vegetal, arbórea, etc. Nesta pesquisa, o significado de cultura a ser tratado segue a linha da 2ª definição, nos interessa aprofundar nas questões que envolvem as formas de interação, interpretação e observação do sujeito social que se relaciona com o PNMTNPC.

O Ministério da Cultura³² concebe o termo cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica:

“1. A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc..”

“2. A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

“3. A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável.

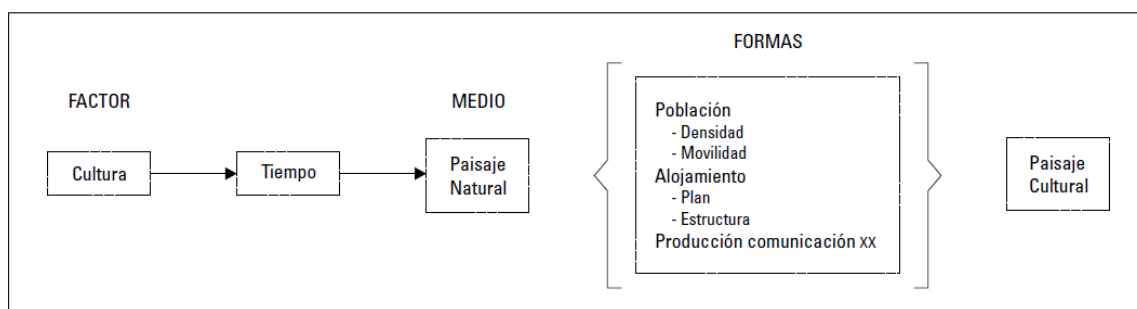
As três dimensões de cultura estão presentes no cotidiano de um município, o que vai diferenciar a importância que cada uma possui dentro de uma dada comunidade são as formas de desdobramento, ou seja, como essas dimensões estão sendo trabalhadas, seja por meio de políticas públicas que fomentam o desenvolvimento dentro das diversas comunidades integrantes do município, seja por meio de ações de lideranças locais em determinadas áreas da comunidade. Interessa para este trabalho compreender como o cidadão morador dos Bairros vizinhos percebem ou não; interagem ou não com o PNMTNPC.

³² MINC, Ministério da cultura. Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>>. Acesso em: 15, set. 2015.

Após a exposição sobre conceitos de percepção, paisagem e cultura é possível observar a existência de um fio condutor que perpassa entre eles, se o objetivo desta pesquisa é estudar a percepção de moradores de determinados bairros do município de Ponte Nova sobre o território do PNMTNPC, faz-se necessário vislumbrar quais são as múltiplas paisagens que esta comunidade revelará em relação ao PNMTNPC e também elucidar quais são os tipos de relação (afetiva, de trabalho, de memória, dentre outras) que a comunidade moradora desses bairros estabelece com o PNMTNPC.

Define-se, então, que o conceito de Paisagem Cultural³³ é um importante instrumento para discutir este trabalho (Figura 3).

Figura 3: O Enfoque morfológico e a paisagem cultural



Fonte: Rozo (2010)³⁴.

A paisagem cultural é uma resultante da interação, integração e interpretação do homem em relação à natureza, consideramos que há a um expressivo grau de complexidade quando o objetivo é a leitura de um determinado lugar os fatores cultura, tempo e paisagem quando observadas por seus múltiplos aspectos e significados pode ser considerada como uma paisagem cultural.

A Geografia tem múltiplas abordagens sobre o lugar, o ponto que nos interessa é a abordagem da Geografia Humanista que discute a percepção do espaço não só como a

³³ A paisagem cultural é definida como representativa do trabalho conjunto entre homem e natureza, ilustrando a evolução das sociedades e ocupações humanas através do tempo, sob a influência de oportunidades e/ou restrições presentes no ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais que nela interferem (UNESCO, 2008).

³⁴ ROZO, J. D. D. Entre la materialidad y la representación: reflexiones sobre el concepto de paisaje en geografía histórica. Cuadernos de Geografía | Revista Colombiana de Geografía, n. 19, 2010.

descrição do visível. Segundo Rodrigues (2007, p.23)³⁵ teóricos da linha humanista propõem as seguintes considerações:

“O lugar difere do espaço geográfico cartesiano, sendo eivado de significados e valores inseparáveis da experiência daqueles que o habitam, assim como dos seus pensamentos e sentimentos. O lugar é pleno de significados, condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto das nossas ações e fonte da nossa identidade.”

Esta abordagem traz à tona uma demanda de interpretação de um espaço que vai além dos seus limites físicos, porque insere a dimensão de interação humanista sobre um determinado espaço. O enfoque humanista, para o estudo de lugar, permite o diálogo sobre as formas de apropriações e percepções do mesmo.

A percepção de lugar, portanto, é individual, pertence a cada observador, podendo esse representar significados diferentes ou iguais entre os diversos observadores; o que pode levar a supor que o lugar reflete a cultura peculiar de determinada comunidade.

Admitindo os conceitos expostos, o PNMTNPC está cercado de valores materiais e imateriais, podendo, então, ser pensado como uma paisagem cultural, tratado como um patrimônio do referido município e por ser uma Unidade de Conservação tem como objetivo principal a proteção dos seus recursos naturais.

1.2 Unidades de conservação: preservação ou conservação da paisagem?

No século XIX surgia nos Estados Unidos movimentos teórico-práticos contra o “desenvolvimento a qualquer custo” que pensava nos recursos naturais apenas como matéria prima para o avanço industrial, ou seja, a transformação da natureza em mercadoria, resultando assim no aumento do capital e “desenvolvimento” da nação. Este movimento surge com o engenheiro florestal Gifford Pinchot que trazia uma ideia de conservação dos recursos naturais a partir de um manejo racional. Pinchot propunha que com processos de manejo eficiente da natureza seria possível atingir três princípios básicos da conservação: a prevenção de desperdício, garantir recursos naturais para as gerações futuras e o uso dos recursos

³⁵ RODRIGUES, A. A. B.. Espaços de turismo e de lazer urbano – uma leitura geográfica. Revista Aportes y Transferências, v.1, p. 22-42, 2007.

naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Estes pensamentos foram a base teórica para o que se denomina hoje de “desenvolvimento sustentável” (DIEGUES, p.28-33, 2001)³⁶.

Durante o debate entre “desenvolvimentistas” e “conservacionistas” começa a surgir outra vertente a do “preservacionismo” segundo DIEGUES (2001, p.30):

“Se a essência da "conservação dos recursos" é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem

A ideia preservacionista pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento industrial e urbano, Marsh foi um teórico de destaque e defendia a ideia de que “o homem se esqueceu de que a terra lhe foi concedida para usufruto e não para consumo ou degradação”, portanto os defensores do preservacionismo defendiam que o homem tem os mesmos direitos que os outros seres vivos, John Muir, teórico importante desta linha de pensamento, demonstra a pureza desta ideia através de sua frase célebre “Se ocorresse uma guerra de raças entre os animais selvagens e o Senhor - Homem, eu seria inclinado a me simpatizar com os ursos”. (DIEGUES, 2001, p.31)

Os ativistas preservacionistas lutavam pela implementação de parques nacionais para proteger os recursos naturais das explorações propostas por parte dos pensadores “conservacionistas” e “desenvolvimentistas” segundo (DIEGUES, 2001, p.33), apesar dos conflitos entre as três linhas de pensamento, áreas destinadas a parques nacionais e a unidades de proteção aumentaram consideravelmente nos Estados Unidos.

O Parque Nacional de Yellowstone, localizado nos Estados Unidos da América entre os Estados de Wyoming, Montana e Idaho, é reconhecido como o primeiro Parque Nacional do Mundo (Obrara E Silva, 2001)³⁷. A sua criação aconteceu no ano de 1872, segundo Langdorf (1872 apud GODOY, 2000)³⁸ cita a seguinte orientação sobre os objetivos do Parque Nacional de Yellowstone:

³⁶ DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O Mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Ed. 3ª Hucitec, p.1-162 2001.

³⁷ OBARA, A. T.; SILVA, E. S. População Humana, Biodiversidade e Unidades de Conservação do Brasil. In: VILLALOBOS. J.U.G. (orgs.). Terra e Agricultura. Maringá, 2001, p. 1-19.

³⁸ GODOY, A. O modelo da natureza e a natureza do modelo. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v.. 14, n. 4. 2000. 10 p.

“não é desejo do Departamento que seja feita qualquer tentativa para embelezar ou adornar esta reserva, mas apenas preservá-la de qualquer lesão ou exploração de madeira, depósitos minerais e várias curiosidades dessa região, mantê-la, na medida do possível, na sua condição natural.”

Segundo (Koppes, 1988:247)³⁹

"A conservação estética sofreu uma transição crítica quando sentiu a influência da ciência ecológica emergente. Nas mãos de Aldo Leopold e outros, a ecologia ofereceu tanto a técnica para o manejo do meio ambiente quanto uma apreciação elegante e artística da totalidade da natureza. Para uma sociedade pragmática, a ecologia forneceu uma base científica crucial que tinha as características da objetividade e da utilidade. A ecologia se afastou do cênico e do monumental. Ainda que cenários espetaculares devessem ser protegidos, a perspectiva ecológica deu prioridade à preservação de grandes áreas representativas do que Leopold chamou 'comunidades bióticas. A ênfase também mudou para o visitante que tivesse um encontro mais autêntico com a natureza"

A partir deste marco, vários outros Parques Nacionais com o intuito de proteger a natureza foram criados no mundo com os mais diversos objetivos de conservação, preservação e formas de controles dos usos dos recursos naturais (NASH, 1982)⁴⁰.

No Brasil, o primeiro instrumento legal que previu a criação de parques públicos foi o primeiro código florestal brasileiro instituído pelo Decreto Federal nº 23.793/1934. O documento classifica as florestas brasileiras em quatro tipos: duas de regime de proteção permanente, protetoras e remanescentes, e duas de regime passível de exploração comercial, modelo e produtiva (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010)⁴¹.

Legalmente apoiado no Código Florestal Brasileiro, datado de 1934, foi criado em 1937, no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, o primeiro parque nacional, denominado Parque

³⁹ KOPPE, C. 1989. "Efficiency, Equity, Esthetics; Shifting Themes in American Conservation". In: WORSTER, D. (ed.). *The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press.

⁴⁰ NASH, R. *Wilderness and the American mind*. Yale: Yale Univ. Press, 1982.

⁴¹ DRUMMOND, A. D.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados. 2010 (no prelo).

Nacional de Itatiaia. Após a criação do citado parque, emergiram vários Parques no território Brasileiro (BARROS, 1952)⁴².

Com as atualizações do código florestal (1965 e 2012), surgem novas categorias de manejo, dentre elas, encontramos a expressão de Unidade de Conservação (UC). Com o intuito de potencializar o papel das UC foi concebido por meio da Lei nº 9.985/2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Ministério do Meio Ambiente define o SNUC como (MMA, 2014)⁴³:

“o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.”

No Brasil, o conceito de Parque Nacional foi criado para proteger áreas com “características espetaculares ou únicas”, em terra ou no mar, sob controle do poder público. Eles devem conter “amostras representativas de ecossistemas” e ser administráveis em um “estado natural”. Toda atividade produtiva – ou “uso direto de recursos” – é proibida nos seus limites, a cada Parque é sujeito apenas ao “uso indireto” de seus recursos. Os visitantes usufruem de lazer contemplativo, caminhadas, piqueniques, acampamentos, escaladas; os pesquisadores científicos podem desenvolver projetos de investigação, sob o controle da administração de cada Parque.

Com o passar do tempo, os critérios para seleção de áreas a serem protegidas se sofisticaram, abandonando, por exemplo, a ênfase inicial nas “paisagens espetaculares”⁴⁴. As políticas de criação de Parques passaram a se guiar por critérios “científicos”, como por exemplo, representatividade ecossistêmica, escassez relativa de paisagens, proteção à flora, fauna e recursos hídricos, defesa da biodiversidade e dos ciclos reprodutivos de espécies vegetais e animais, e por critérios sociais como a oferta de lazer, o desenvolvimento da

⁴² BARROS, W. D. Parques nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

⁴³ BRASIL, SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Brasília, MMA/SBF, 2000.

⁴⁴ Áreas de notável beleza cênica.

pesquisa científica e a educação ambiental (DRUMMOND, 1997)⁴⁵. Tais critérios científicos passaram a ser utilizados no Brasil somente na década de 1980.

O PNMTNPC, objeto da nossa pesquisa, enquadra-se na categoria Parque Natural Municipal, a diferença dos parques municipais para os estaduais e federais é uma questão de escala, ou seja, o território é menor e os seus limites não extrapolam os limites municipais.

Neste contexto, a Lei do SNUC, em seu art. 2º, inciso I, define Unidade de Conservação como:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”

Para discutir unidades de conservação é preciso percorrer conceitos que cercam o objeto de análise, as teorias acerca da cultura, do meio ambiente e das relações homem e natureza são importantes para nossa pesquisa.

A Unidade de Conservação, como uma área de proteção da natureza, aponta como um dos seus objetivos a interação do ser humano com o espaço que se protege. É preciso entender a relação do homem com a natureza, ou seja, de que forma o modo de vida humano impacta o meio natural. Vamos entender “natureza” como conjunto dos elementos inanimados e animados que não foram substancialmente alterados pelo homem. Claval propõe que a cultura é mediação entre os homens e a natureza , segundo o autor (2007, p. 12)⁴⁶:

“Os homens não estão jamais em relação direta com a natureza: vivem num meio artificial que eles mesmos criaram; o vestuário e a casa os protegem das vicissitudes do clima; os caminhos e as vias facilitam a circulação. A vegetação natural é destruída e substituída pelas florestas cuja composição é controlada, pelas pastagens ou planícies para alimentar os animais, e pelos campos onde se desenvolvem as culturas. As forças humanas foram há muito tempo substituídas pela energia fornecida pelos animais, a madeira, o vento e às águas correntes. Os combustíveis fósseis e hoje o átomo servem para acionar as máquinas e as ferramentas que multiplicam a produção

⁴⁵ DRUMMOND, J. A. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUFF (Coleção Antropologia e Ciência Política, 2). 306p. 1997

⁴⁶ CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Trad. de Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

e asseguram aos grupos um controle cada vez mais reforçados – mas nunca total – sobre os meios onde vivem e sobre aqueles que contribuem para a satisfação de suas necessidades.”

A busca deste domínio sobre o meio está diretamente ligada à sobrevivência da espécie humana, ou seja, o homem, apesar de não estar em relação direta com a natureza, depende profundamente dos seus produtos que são os recursos naturais: ar, água, alimento, solo, dentre outros. Este recorte do homem da natureza se faz necessário para entender a possível dinâmica de um determinado bioma sem a presença humana, que gera impactos que modificam profundamente o ambiente, então entendemos as áreas que são profundamente alteradas pelos homens como antropizadas.

Schlüter (1958 apud CLAVAL 2007, p. 24)⁴⁷ concebe a Geografia Humana como a maneira pela qual os grupos humanos modelam o espaço em que vivem. Com a descoberta da agricultura e manejo do ambiente local, alguns grupos humanos deixaram de ser nômades e se fixaram em áreas que, posteriormente, tornaram-se cidades, este povoamento modifica substancialmente a dinâmica ambiental, as intervenções humanas no espaço são conhecidas como espaços antropizados, ou seja, espaços que sofreram interferência humana. Com a evolução tecnológica, a capacidade de apropriação do meio natural e o aumento populacional, as cidades cresceram e, proporcionalmente, as áreas antropizadas também.

As áreas antropizadas modificam substancialmente a dinâmica ambiental, pois quanto mais humanos em um determinado território, mais pressão os recursos naturais sofrerão, não só pelo maior uso desses recursos, mas também por sua degradação causada pelas atividades locais. Como exemplo desta afirmativa, não é difícil citar nomes de cidades que sofrem com a escassez do abastecimento de água, são localidades em que se constata considerável crescimento demográfico em território com pouco potencial hídrico e sem tratamento de esgoto adequado (o que impacta diretamente na qualidade e conseqüente abastecimento de água); assim, é de se esperar que, em algum momento, a água não esteja disponível para todos, gerando conflitos e necessidades de solução. Estes conflitos podem acontecer em diferentes localidades, entretanto, propostas sobre como o problema será resolvido constituem o fator que diferencia as sociedades humanas.

⁴⁷ SCHLÜTER, Otto. “Die Siedlungsräume MittelEuropas in frühgeschichtlicher Zeit”, Forschungen zur Deutschen Labseskunde, vol.67. 1952-1954-1958.

O conjunto das técnicas e dos utensílios com os quais os homens modelam as paisagens é para La blache (1913, p. 289-299)⁴⁸ a cultura pertinente e são componentes do gênero de vida, para resolver o problema supracitado, não basta apenas saber sobre quais técnicas e utensílios possui uma determinada sociedade, mas como ela se organizou para construí-los e qual a forma política para abordar a questão. Neste estudo, vamos estudar relações humanas em um espaço que foi criado com base na política de proteção ambiental que tem como diretriz a criação de Unidades de Conservação, ou seja, o recorte de um espaço que resguarde características de um bioma natural e sua dinâmica.

Segundo Claval (2007, p. 56)⁴⁹, cultura é um sistema de significações que tem por objetivo permitir o funcionamento da sociedade global. A cultura, portanto, é imprescindível para entender a relação entre homem e natureza, os modos de usos dos recursos naturais no mundo globalizado. É visível que com a constante discussão acerca do tema crise ambiental, os líderes políticos do mundo buscam acordos e consenso sobre as formas de apropriação da natureza e como devemos utilizar os recursos naturais de forma mais sabia.

Nesse cenário, surge uma tendência nos Estados Unidos de criar Parques Nacionais, que têm como principal objetivo preservar ambientes em seu estado natural, esse procedimento se espalha pelo mundo; no Brasil, recebem nome de unidades de conservação, os objetivos de criação são semelhantes, a função principal é a preservação da biodiversidade no Globo Terrestre. É importante entender de que forma estas áreas são criadas e legalizadas e também de que maneira se dá a relação dos indivíduos de determinada comunidade com a nova unidade de conservação.

O processo de escolha das Unidades de Conservação que são selecionadas para a criação de parque, geralmente segue um padrão, são escolhidas áreas que apresentam relevante adensamento de mata nativa, biodiversidade, dinâmica hídrica, beleza cênica, dentre outros. Seus tamanhos variam de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, há três categorias de Parques: Federais são aqueles que o território abrange mais de um Estado, Estaduais são os que abrangem mais de um município no mesmo Estado, Municipais são os que seu território está dentro dos limites de uma cidade.

⁴⁸ LA BLACHE, V.. “Des caracteres distinctifs de lagéographie”. *Annales de Géographie*, Paris, v. 22, p. 289-299. 1913.

⁴⁹ CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Trad. de Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

A partir da criação, tornam-se patrimônio das cidades em que estão inseridos e adquirem significados e sentidos provenientes das ações de personagens envolvidos neste processo; com o passar do tempo, os parques passam a fazer parte da cultura local, estes espaços adquirem carga simbólica tornando-se lugares de memória (PESAVENTO, 2008, p. 3-4)⁵⁰.

Segundo Bueno e Ribeiro (2007)⁵¹, os parques, embora sejam Unidades de Proteção Integral, são as áreas abertas à ação humana, contemplando atividades voltadas para educação ambiental, pesquisa científica, turismo ecológico e divulgação. Os Parques localizados nas zonas urbanas das cidades ou próximo a essas, representam um constante despertar, onde o processo de desenvolvimento é bastante acelerado o que pode ocasionar a instalação e ocupação ilegal de terras, tendo como consequência o desmatamento em demasia.

Cavalcante (2001, p. 101)⁵² ressalta a importância da gestão de uma unidade de conservação, onde deve haver um grande equilíbrio entre a população de entorno e a unidade de conservação. A gestão desses espaços e seu desempenho dependem da implementação de ações, através de uma relação entre a população do entorno e a própria Unidade de Conservação. A manutenção harmoniosa entre o homem e a natureza, poderá ocorrer através de estratégias adequadas que considerem a crescente expansão populacional.

Vargas (2003, p.122)⁵³ enfatiza a possibilidade de utilização dos parques como instrumento para a aprendizagem ambiental, como um saber pedagógico, prático, pois a partir dele são desenvolvidas estratégias e ações, o que requer a reflexão entre conhecimento, autoridade e poder.

Nesse contexto, a ocupação e a vivência do lugar por práticas pedagógicas e anteriores ao momento da institucionalização do parque, alimentam as percepções e lembranças, memórias acerca das unidades de conservação. A assimilação das histórias e memórias não

⁵⁰ PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urban. Rev. Mosaico, v.1, n.1, 2008, p. 3-12.

⁵¹ BUENO, N. P. E.; RIBEIRO, K. C.C. Unidades de Conservação - caracterização e relevância social, econômica e ambiental: um estudo acerca do Parque Estadual Sumaúma. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo - Manaus Edição 03/2007.

⁵² CAVALCANTE, H. C. A Experiência do PROARCO. In: Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, p. 99-102, 2001.

⁵³ VARGAS, Jorge Ozório. Pedagogia Crítica e Aprendizagem Ambiental. In: LEFF, E. (org).: A Complexidade Ambiental. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003, 342p.

reflete necessariamente a verdade, segundo Borges (1961, p. 42)⁵⁴ “em nossas lembranças um passado fictício ocupa o lugar de outro, do qual nada sabemos com certeza – nem, ao menos o que é falso”.

Para Lowenthal (1998, p. 64)⁵⁵ “toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado”. Assim, para entender as relações, sentidos, significados destes espaços é preciso uma interpretação crítica e há necessidade de se vivenciar a área de estudo. Ainda, segundo o autor, “fatos presentes, conhecidos apenas indiretamente, poderiam, a princípio, ser verificados; fatos passados, por sua própria natureza, não o podem”.

A memória tem importância fundamental, ela não garante a preservação do passado, mas permite reflexões que possibilitam repensar e até mudar o presente. As relações das sociedades com as unidades de conservação estão em constante mudança, mas é relevante salientar que ao mesmo tempo estas relações se ancoram em lembranças intensificadas por fatos ocorridos no local.

A cultura que cerca determinada área que foi destinada a ser uma unidade de conservação no passado é transmitida como forma de herança para as futuras gerações, o que vai definir a perpetuação da ideia do espaço em questão continuar exercendo sua função é a forma que as futuras gerações vão receber as informações e assimilá-las. Levando em consideração que a cultura é um elemento que molda o indivíduo (Claval 2007, p. 107)⁵⁶ propõe:

“Nas sociedades que concebem sua cultura como um todo já constituído, as incitações a inovar são fracas e as mudanças de paradigma são mal vistas. As condições são diferentes nas sociedades abertas: elas aceitam se transformar e acreditam na história.”

1.3 Plano De Manejo: uma proposta participativa

A lei 9.985 estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC define o Plano de Manejo como:

⁵⁴ BORGES, J. L. “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, 1961, in his labyrinths, Penguin, 1970, p. 27-43.

⁵⁵ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. Proj História, São Paulo, 1998.

⁵⁶ CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Trad. de Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

“Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”

Segundo o SNUC, no art.27 parágrafo 1º:

“O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.”

O produto do Plano de Manejo é uma ferramenta de gestão que apresenta um diagnóstico e traça diretrizes gerais que possibilitam os gestores planejarem ações que visam cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação, essa ferramenta tem um ciclo contínuo de consultas e revisões com o intuito de aprimorar as propostas de manejo.

O Plano de Manejo do PNMTNPC propõe diversos programas de manejo, dentre eles destacamos o Programa de Uso Público que visa, entre outros objetivos: (PONTE NOVA, 2015)⁵⁷

“[...] favorecer a aproximação entre a unidade de conservação e a população local e regional, por meio de atividades que estimulem a educação e interpretação ambiental e o ecoturismo. Contudo, ressalta-se a necessidade de ordenar as atividades de uso público, evitando ou mitigando os impactos negativos, presentes ou potenciais, decorrentes do uso da área. Assim, também torna-se necessário elencar ações de manejo com o intuito de controlar os efeitos negativos sobre o ambiente.”

O Programa de uso público é composto por dois subprogramas:

- 1) O subprograma de educação ambiental que tem como objetivo (PONTE NOVA 2015):

“[...] estabelecer diretrizes e estratégias capazes de fomentar atividades de educação ambiental, buscando envolver diversos atores

⁵⁷ PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco. 2015.

neste processo, tais como moradores do entorno, escolas e universidades da região, além de outras instituições interessadas.”

O plano de manejo propõe as seguintes ações (PONTE NOVA, 2015)⁵⁸:

- Realizar campanhas educativas regulares no município de Ponte Nova, buscando favorecer o entendimento e a apropriação da unidade pela população.
- Estabelecer parcerias com escolas e outras instituições de ensino para o desenvolvimento de atividades na área do Parque.
- Produzir materiais impressos, tais como cartilhas, panfletos e cartazes, voltados à conscientização da população acerca de questões ambientais e da conservação do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Elaborar projetos de políticas públicas de meio ambiente e educação para captar recursos.
- Promover reuniões periódicas (trimestrais, semestrais ou anuais) abertas à população do entorno para compartilhar os avanços e desafios na gestão da unidade.
- Manter informado e atualizado o Conselho Consultivo de Gestão e divulgar as ações do Conselho para a comunidade.
- Promover cursos e oficinas de capacitação em educação e interpretação ambiental para professores da rede pública e privada de ensino.
- Criar um programa de estágio para estudantes universitários ou de escolas técnicas da região.

2) O subprograma de ecoturismo pretende (PONTE NOVA, 2015):

“...proporcionar as condições adequadas para a realização do ecoturismo na área do Parque, de modo a permitir que o visitante tenha a oportunidade de interagir de forma mais próxima com os recursos naturais, ao mesmo tempo em que visa garantir a integridade destes recursos.”

As ações propostas para esse subprograma são (PONTE NOVA 2015)⁵⁹:

⁵⁸ PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco. 2015.

⁵⁹ PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco. 2015.

- Elaborar e aplicar questionário semiestruturado com o objetivo de levantar o perfil do visitante, suas expectativas e percepções acerca de sua experiência no Parque.
- Planejar e implantar trilhas interpretativas em locais apropriados, destinados aos diferentes perfis de visitantes.
- Realizar estudos técnicos de capacidade de carga antrópica para as trilhas abertas ao público e para os locais de maior visitação, tais como o entorno da lagoa.
- Estabelecer e monitorar indicadores da qualidade do ambiente, sobretudo nos percursos onde se desenvolvem atividades frequentes, sejam elas realizadas por pesquisadores, visitantes ou mesmo por funcionários.
- Implementar e reformar a infraestrutura básica de apoio ao uso público: portaria; centro de visitantes, lanchonete, sanitários e bebedouros, localizados na Zona de Uso Intensivo.

No processo de elaboração do Plano de Manejo foram realizadas oficinas de planejamento com os membros do CCPNMTN que deram origem a uma construção coletiva dos objetivos de conservação do PNMTNPC.

As ações são indicações superficiais para nortear o início de um determinado projeto, é necessário que o gestor da unidade de conservação a partir deste norte comece a elaborar propostas mais detalhadas, descrevendo sua metodologia, crie um cronograma estabelecendo metas, objetivos e prazos. A presente pesquisa contribui para a execução do Plano de Manejo do PNMTNPC uma vez que deu origem ao diagnóstico de percepção dos moradores do entorno em relação ao Parque e promoveu um debate participativo com a comunidade por meio de uma oficina que fortaleceu as propostas do diagnóstico e levantou novas ideias para uma gestão compartilhada entre comunidade e a gestão pública deste patrimônio.

CAPITULO 2 - MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área De Estudo: Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco – Ponte Nova - MG e o seu Entorno.

O município de Ponte Nova está localizado na Zona da Mata Mineira, uma região que predomina o bioma de Mata Atlântica, a ocupação inicial do território ocorreu na metade do século XVIII, quando surge a necessidade de criação de uma estrada que ligasse a Capitania

de Minas Gerais à Capitania do Espírito Santo, para realizar a ligação foi necessária à construção de uma ponte sobre o rio Piranga, que foi denominada Ponte Nova (Espindola, 2008)⁶⁰.

Em consequência da empreitada, as margens do rio foram sendo ocupadas, observou-se que o solo era muito rico e somado ao fato de ser uma rota de passagem, as primeiras habitações começaram a surgir. Por muitos anos, a agricultura e o comércio constituíram as principais ocupações dos habitantes.

A partir de 1860, foram introduzidos os engenhos de açúcar, como consequência a monocultura da cana de açúcar. Em 1886 a Usina Ana Florência foi instalada com potencial de produção de açúcar e álcool elevados, outras usinas com o mesmo propósito começam a instalar na região. Para atender a demanda, as plantações foram se expandindo e ocupando mais espaços, o que contribuiu significativamente para a supressão da Mata Atlântica e a mudança de paisagem da cidade (IBGE, 2014)⁶¹.

Na administração do Prefeito Antônio Bartolomeu (Gestão 1976/1982), surgiu a proposta de proteger uma área de relevantes riquezas naturais no município, em terreno de Propriedade da Prefeitura, denominado “Passa Cinco”. A figura 4 apresenta o mapa de localização do **PNMTNPC** no território do município de Ponte Nova – Minas Gerais. A Lei Municipal nº 1.272/1982⁶² autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Municipal de Ponte Nova “Passa Cinco”, em seu art. 2º indica as seguintes finalidades:

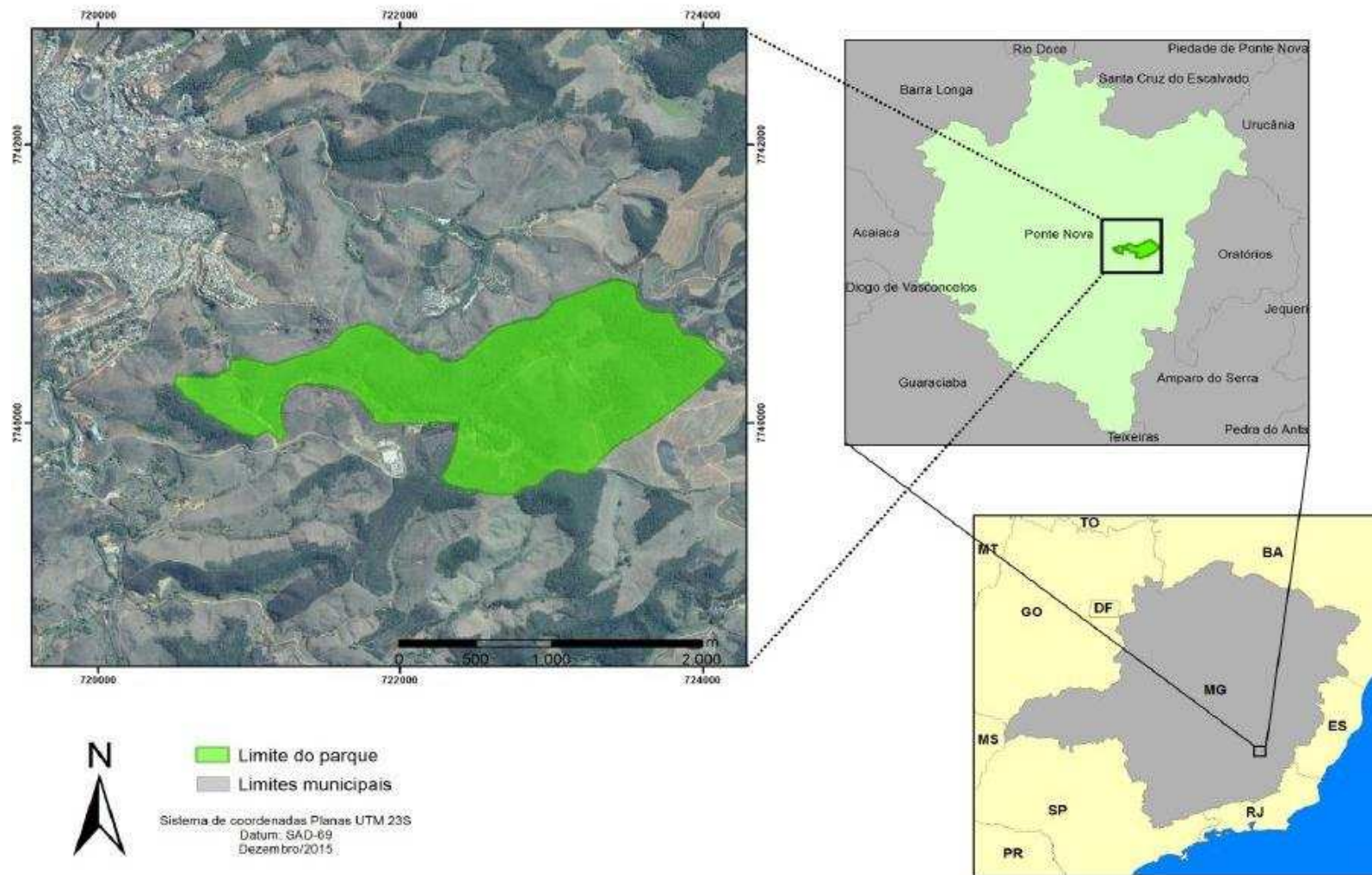
“a) resguardar os atributos excepcionais da natureza na região; b) a proteção integral da flora, da fauna e demais recursos naturais, com utilização para objetivos educacionais, científicos, recreativos e *turísticos*.”

⁶⁰ ESPINDOLA, H. S. Sertão, Território E Fronteira: Expansão Territorial De Minas Gerais Na Direção Do Litoral. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 69-96, jan./jun. 2008.

⁶¹ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>>. Acesso em: 22, jun. 2014.

⁶² PONTE NOVA, Lei municipal nº 1272/1982, de 07 de dezembro, Autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Municipal de Ponte Nova "Passa Cinco" e dá outras providências.

Figura 4: Mapa de localização do PNMTNPC no município de Ponte Nova–Minas Gerais



Fonte: Plano de Manejo PMPN, 2015.

Durante este processo, a Prefeitura Municipal de Ponte Nova contou com o apoio técnico do Engenheiro Florestal Fernando Antônio Ferreira, chefe do escritório do Instituto Estadual de Floresta em Ponte Nova (1977–1986), ressaltando as relevantes características físicas do local. O Engenheiro, em um estudo do IEF, ressalta a relevância ambiental da área por ser uma microbacia e resguardar um rico patrimônio hídrico, faunístico e floral da região, essa bacia é a formadora do córrego Passa Cinco, que por sua vez, no passado, tinha a finalidade fornecer água para o Município. Dada a importante participação do Fernando Antônio Ferreira, este foi alvo de contato deste trabalho para explicar melhor o processo de criação do Parque.

Em entrevista realizada no dia 13 de Dezembro de 2013, em Belo Horizonte, o Engenheiro nos apresentou uma importante informação, ele afirma que o Prefeito Antônio Bartolomeu (Gestão 1976–1982) tinha uma visão mais restrita para área, a ideia desta administração era de manter o Parque intocável para garantir a sua plena preservação, no início, o Parque não ficava aberto ao público, o acesso era controlado e permitido apenas para funcionários e visitantes do viveiro de mudas que se instalou no local.

Porém, na eleição seguinte, houve uma mudança política significativa no município de Ponte Nova, o prefeito eleito foi José Sette de Barros (Gestão 1982–1988) que tinha um governo mais popular, era conhecido como o prefeito do “povo”. Em sua campanha, Sette de Barros demonstrou-se entusiasta da ideia de investir na criação de áreas de lazer na área do Parque, o objetivo seria o de atender os bairros do entorno, a justificativa era a de que a comunidade destes bairros eram carentes de áreas públicas destinadas ao lazer.

Durante o Governo Sette de Barros, houve dois investimentos memoráveis: a instalação de brinquedos de madeiras e a construção de uma grande piscina. Essas estruturas, destinadas para recreação dos usuários do Parque, foram os grandes atrativos que aproximaram a população do entorno do local ao Parque Passa Cinco.

A partir desse fato, amparado pela lei 1.272/1982⁶³, a área passa a ser reconhecida pela sociedade como espaço de lazer. O Governo Municipal destina verba para investimentos em infraestrutura a fim de garantir a harmonia entre proteção dos recursos naturais e uso público destinado a lazer. Ao longo do tempo, foram necessários ajustes na legislação

⁶³ PONTE NOVA, Lei municipal nº 1272/1982, de 07 de dezembro, Autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Municipal de Ponte Nova "Passa Cinco" e dá outras providências.

referente ao Parque, no ano de 2013, a Lei nº 3.822⁶⁴, oficializa-se a criação do Parque como Unidade de Conservação e o nomeia como Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves Passa Cinco (PNMTNPC) faz vizinhança com os bairros, São Pedro, Nossa Senhora de Fátima, Novo Horizonte e Cidade Nova. Atualmente é uma unidade de conservação de proteção integral, que abrange uma área de 255 hectares com mais de 80% de floresta estacional semidecidual preservada (PONTE NOVA, 2010, p. 10)⁶⁵.

2.1.1 Bairros do entorno imediato

O Plano diretor estratégico de desenvolvimento integrado sustentável - **PLEDS** do município de Ponte Nova/MG estabelece o macrozoneamento urbano, os bairros definidos neste estudo como vizinhos ao **PNMTNPC** estão representados na macrozona São Pedro, segundo o diagnóstico do plano local de habitação de interesse social - **PLHIS** do município de Ponte Nova/MG, os bairros vizinhos ao **PNMTNPC** fazem parte de um aglomerado de 7 (sete) bairros, todos de interesse social, que concentram grande parte dos problemas sociais e habitacionais do município (PONTE NOVA, 2012 p.75-76)⁶⁶.

“Nestes 7 (sete) bairros estão concentradas 20% da população da cidade de Ponte Nova, estando o restante da população, espalhado nos 45 bairros restantes. Tão alta densidade demográfica se explica tanto pela origem destes bairros, quanto pela sua proximidade com o centro comercial da cidade. O início deste assentamento se deu com o loteamento público de terras do município para a população carente. Com sua proximidade com o centro comercial da cidade e com a facilidade da ocupação, uma vez abertas as vias e instalada infraestrutura, a ocupação destas áreas aconteceu de forma rápida, espontânea e desordenada. Hoje, essa ocupação encontra-se extremamente consolidada, dotada de total infraestrutura urbana, com altíssima densidade demográfica e muitos problemas sociais.”

O **PLHIS** apresenta também um breve histórico dessa região (PONTE NOVA, 2012 p.112):

⁶⁴ PONTE NOVA, Lei municipal nº 3.822/2013. De 23 de dezembro. Cria o Parque Natural Municipal Tancredo Neves – PNMTN – Passa Cinco como Unidade de Conservação de Proteção Integral e dá outras providências.

⁶⁵ PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Relatório de Estudos Técnicos Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco. 2010.

⁶⁶ PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Plano De Habitação De Interesse Social. 2012.

"Essa região é área remanescente de quilombola conhecida como *“Morro dos Cabritos”* ou *“Sapé”*, devido à maioria das casas serem feitas de sapé. Além da ocupação espontânea por quilombolas, a região foi loteada pelo poder público municipal no intuito de doar lotes aos desabrigados pelas enchentes que recorrentemente atingem a cidade. Com a facilidade de acesso e a urbanização do local, o crescimento foi rápido e intenso.”

O PLHIS apresenta um estudo censitário de todos os bairros do Município apresentamos a seguir um recorte dos bairros vizinhos ao PNMTN referente o número de habitantes (PONTE NOVA, 2012 p.90-186)⁶⁷:

No bairro São Pedro reside uma população de 2.386 habitantes, sendo 1.142 homens e 1.244 mulheres, distribuídos em 671 domicílios, o que dá uma média de 3,6 moradores por domicílio.

No bairro Nossa Senhora de Fátima reside uma população de 3.705 habitantes, sendo 1.758 homens e 1.947 mulheres, distribuídos em 1.120 domicílios, o que dá uma média de 3,3 moradores por domicílio.

No bairro Novo Horizonte reside uma população de 1.078 habitantes, sendo 500 homens e 578 mulheres, distribuídos em 292 domicílios, o que dá uma média de 3,7 moradores por domicílio.

No bairro Cidade Nova reside uma população de 570 habitantes, sendo 278 homens e 292 mulheres, distribuídos em 151 domicílios, o que dá uma média de 3,8 moradores por domicílio.

No ano base de 2012 definimos então que nos bairros vizinhos ao **PNMTNPC** representam uma parte significativa da periferia do município de Ponte Nova e reside uma população de 7.739 habitantes sendo 3.678 homens e 4.041 mulheres, distribuídos em 2234 domicílios.

O Conceito de periferia traz em sua origem uma abordagem dualista da cidade, centro/periferia e se consolidaram campos de estudos urbanos que discutem também a questão da “pobreza urbana”, geralmente a periferia está ligada a questões de ilegalidades e

⁶⁷ PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Plano De Habitação De Interesse Social. 2012

irregularidades de ocupação do espaço urbano por moradias das camadas pobres da população (VALLADARES, 2005, p.15)⁶⁸.

Os bairros São Pedro, Nossa Senhora de Fátima, Novo Horizonte e Cidade Nova, que fazem vizinhança ao PNMTNPC, estão localizados na periferia de Ponte Nova Minas Gerais. Segundo a secretaria municipal de assistência social, nesses bairros concentram-se grande parte da população de baixa renda do município, eles apresentam crescimento urbano desordenado, há muitos problemas de infraestrutura, tais como: saneamento básico precário ou inexistente, ausência de pavimentação das ruas, unidades de saúde em estado insatisfatório, carência de escolas, poucos equipamentos públicos de lazer, dentre outros.

Os bairros apresentarem poucos espaços de lazer dentro de seus limites, entretanto, os mesmos são vizinhos próximos ao **PNMTNPC**, que tem, como um dos objetivos básicos, a função de possibilitar a recreação em contato com a natureza. Segundo Arruda (1999, p. 5)⁶⁹,

“...estas áreas são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada destas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais.”

Abrir canal de diálogo com a comunidade do entorno do **PNMTNPC** via instituições, tais como conselhos municipais, associações de moradores, escolas; e promover a discussão sobre os atuais e futuros usos do **PNMTNPC** por meio de jornais, revistas, comunidades virtuais, aplicação de questionários, pesquisas científicas é de extrema importância, para que se possam promover reflexões que estimulem o surgimento de ações saudáveis, desejáveis, afetivas e possíveis para serem postas em prática no cotidiano da Unidade de Conservação. Ou seja, se a administração do **PNMTNPC** tratar o espaço apenas como um território instituído e administrado por vontade de um grupo político e não for sensível às formas de apropriação e anseios da população usuária, o Parque permanecerá sofrendo com o afastamento dos

⁶⁸ VALLADARES, A. A invenção da favela: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro: FGV 2005.

⁶⁹ ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Revista Ambiente & Sociedade, Ano 2, nº5. 1999. 15 p.

cidadãos conforme será demonstrado no diagnóstico resultado da presente pesquisa. Os tópicos a seguir apresentarão elementos marcantes que compõe a Paisagem do PNMTNPC.

2.1.2 Floresta Estacional Semidecidual

O PNMTNPC abrange uma área de 255 hectares, 80% desta área é composta por fragmento da floresta estacional semidecidual que constitui uma vegetação pertencente ao bioma da Mata Atlântica, esta paisagem é composta por diversas espécies arbóreas, como pode ser observado na figura 5.

Figura 5: Floresta Estacional semidecidual do PNMTNPC, áreas exploradas.



Fonte: Acervo do autor, 2014

Antes da década de 1990, a retirada de lenha para servir de fonte de energia para usar os fogões à lenha era intensa, As setas na figura 5 apontam para áreas do PNMTNPC que foram impactadas em função da atividade de extração de lenha.

Segundo Fontes (2005)⁷⁰, a partir da década de 1990, o aumento do poder aquisitivo, somado ao avanço tecnológico fizeram com que o uso de lenha para fins residenciais decrescesse, pois o acesso a fogões a gás (GLP) é um bem substituto.

Analisando o resultado da pesquisa e observando o atual cotidiano do Parque é possível perceber o decréscimo da retirada de lenha para fins residenciais. Em levantamentos preliminares, durante a fase de reconhecimento da área de pesquisa, há evidências que indicam o fato de não ser necessária à extração de madeira para uso do fogão à lenha como motivo de parar de frequentar o Parque. Não existem registros da quantidade de cidadãos que utilizavam as matas do PNMTNPC para extração de material lenhoso, mas é perceptível que a ida ao Parque para esse fim reduziu expressivamente, isso leva a refletir sobre o fato de que o abandono da área por esses utentes esteja ligada à ideia: não preciso mais de lenha, portanto não vou mais ao Passa Cinco. Segundo Callai (2005, p 97)⁷¹:

“o lugar mostra através da paisagem, a história da população que ali vive, os recursos naturais de que dispõe e a forma com se utiliza de tais recursos”.

A relação de usuário como o ser que suga de outro ser de forma a levá-lo à morte é denominada parasitismo, a relação que se envereda por esse caminho não contribui com a manutenção/evolução daquele que é sugado.

Pensando o Parque como um organismo vivo e complexo, já que ele é composto da flora e fauna e representa um bioma, a relação de “cidadão- usuário- parasita” pode ser a chave para discutir o porquê do abandono do Parque por parte de alguns.

Algumas ações inovadoras estão sendo desenvolvidas para minimizar este impacto na área do Parque e conscientizar o cidadão sobre a importância da preservação. A SEMAM em conjunto com o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Ponte Nova/MG – CODEMA em anos passados aplicavam multas em infratores de normas ambientais municipais, essa solução de apenas penalizar financeiramente o infrator acabava afastando-o das discussões referentes a preservação, recuperação e proteção ambiental, a pessoa pagava por sua infração e continuava com a relação de “cidadão – usuário – parasita”.

⁷⁰ FONTES, A. A. A cadeia produtiva da madeira para energia. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

⁷¹ CALLAI, Helena C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Com o intuito de envolver os infratores das normas às questões ambientais municipais, a SEMAM e o CODEMA iniciaram um projeto em 2014, instituindo que parte dos infratores de normas ambientais do município deve realizar plantio de mudas nativas em áreas degradadas do Parque ,conforme pode ser observado na figura 6.

Durante este plantio, os funcionários do PNMTNPC têm a oportunidade de apresentar a área da Unidade de Conservação e explicar a sua importância. Esta estratégia conscientiza o infrator sobre os problemas ambientais do PNMTNPC e propõe uma relação de “cidadão – usuário – contribuinte”, observou-se que este processo tem um nível de envolvimento maior do que o processo em que o infrator apenas pagava a multa estipulada pelos órgãos ambientais municipais. Um bom exemplo para ilustrar essa ação educativa é o caso da Fábrica de Papéis de Ponte Nova, que recebeu multa por infração ambiental e, como medida educativa, realizou plantio na área do PNMTNPC. Os funcionários da indústria, após participarem da medida educativa, sugeriram aos gestores da indústria a solicitação de uma parceria com o Parque, para arborização de uma área dentro do terreno da fábrica. A gestão do Parque doou plantas produzidas em seu viveiro de mudas, para plantio no terreno da indústria. O fato está retratado nas figuras 6 e 7.

Figura 6: Plantio de mudas para recuperação de áreas degradadas



Fonte: acervo do autor, 2015.

Figura 7: Arborização da fábrica de papel com mudas do viveiro do PNMTNPC



Fonte: acervo do autor, 2015

2.1.3 As Lagoas

O Parque apresenta riqueza hídrica relevante em seu território, como pode ser observado na Figura 08, existem cinco lagoas que dão origem ao nome Passa Cinco, essas lagoas são um símbolo do PNMTNPC, vamos nomear as lagoas como “A, B, C, D” e “E”, conforme se pode observar, também na Figura 8.

Figura 8: Mapa de recursos hídricos do PNMTNPC



Fonte: Plano de Manejo PMPN, 2015

A Lagoa D tem uso mais intenso pelos frequentadores do Parque em função do acesso ser mais fácil e de ser mais próxima aos bairros. As atividades mais comuns nesse atrativo são a pesca e recreação em contato com o recurso hídrico. Segundo Otávio Costa⁷²,

“O caráter simbólico dos lugares revela-se ao ser humano como algo que precede a linguagem e a razão discursiva, apresentando assim determinados aspectos do real, enfatizando as relações entre o simbólico e o lugar. Estas relações são mediatizadas pelos símbolos que podem ser uma realidade material e que se une a uma ideia, um valor, um sentimento.”

No ano de 2008, ocorreu um crime bárbaro que abalou a cidade de Ponte Nova, O casal Zilma Silva de Souza Martins e o marido Domingos Sávio Martins, foi assassinado. Segundo o Portal Caparaó, um jornal de circulação local, os corpos foram encontrados na tarde do dia 06/05/2008 em um Ford Escort Cinza que estava no fundo da lagoa D do PNMTNPC (site PORTAL CAPARAÓ, 2008)⁷³. Este acontecimento contribuiu com imaginário social que projeta a lagoa do Parque como um lugar de risco de morte e de violência. Sempre que o Parque é apontado como um lugar de perigo, as pessoas relembram o fato do “abandono” dos referidos cadáveres na lagoa. Inferimos, através da repetição constante dessa informação no relato das pessoas, que o símbolo negativo da morte por violência afeta diretamente a relação da comunidade com o PNMTNPC.

A partir desse evento, Os Ponte- Novenses passaram a associar o PNMTNPC como um lugar de assassinato, o que pode ser uma falsa verdade, porque o ato do crime não tem relação alguma com o Parque, que foi apenas um local escolhido para o abandono dos corpos, possivelmente por ser uma área afastada do centro urbano e com pouca circulação de pessoas, assim, a lagoa D do Parque seria, então, um bom “esconderijo”. A não ser esse acontecimento, não há registros de Boletim de Ocorrência na Polícia Militar e Civil de execução de crimes hediondos no perímetro do PNMTNPC.

⁷² COSTA, O. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares: Espaço e Cultura, UERJ, p. 149-156p, 2008.

⁷³ Portal Caparaó - < <http://www.portalcaparao.com.br/noticia/1912/diretor-do-dmaes-e-esposa-sao-encontrados-mortos>> Diretor do DMAES e esposa são encontrados mortos. Acesso em 05/11/2015

Como antagonista do sentimento de medo, há, na memória coletiva da população do entorno, o sentimento de prazer que é associado ao lazer que a lagoa D oportuniza. Na pesquisa realizada, perguntamos por que, no passado, as pessoas iam ao PNMTNPC, um número expressivo de pessoas lembrou sobre como era bom andar de “pedalinho”, veículo utilizado para navegar na lagoa D. As pessoas citam, também, como motivo de ida ao PNMTNPC, a pescaria, que foi e é atividade positiva associada ao Parque.

Atualmente, não existem mais “pedalinhos” na área do Parque, uma possível ação de combate aos estigmas negativos em relação à lagoa D pode ser a instalação destes veículos novamente, seria uma forma de aniquilar o poder negativo do assassinato e fortalecer o poder simbólico do lazer. Remar na lagoa é uma atividade saudável e não poluente. Atualmente a prefeitura não tem recursos humanos para administração e manutenção desta atividade o que pode ser pensado é a concessão deste serviço para pequenas empresas da região, associação de moradores o que seria uma forma de fortalecer a identidade do cidadão comum com o PNMTNPC incentivando uma atividade de lazer que pode ser também uma fonte de renda para algumas famílias do entorno.

A pesca recreativa é atividade de lazer que sobreviveu ao “abandono” do Parque, nos dias atuais, pescadores, mesmo sabendo do assassinato que macula o espaço, ainda continuam frequentando o PNMTNPC.

O entendimento desses simbolismos, que permeiam determinada paisagem e sua memória, é essencial para os gestores de Patrimônio Público, a fim de que se possam construir soluções adequadas e em conjunto com a população do entorno, objetivando apontar soluções para os problemas diagnosticados em relação ao PNMTNPC. Segundo (DE CERTEAU, 1994, p.161)⁷⁴

“...engendra transformações espaciais, produzindo uma ruptura *instauradora*”. Sua estranheza torna possível uma *transgressão da lei* do lugar, mantendo uma relação entre o visível e o invisível, o material e o imaterial, constituindo-se em variantes que retratam-se em projeções simbólicas e narrativas, as sombras da prática cotidiana que consiste em aproveitar a ocasião e fazer da memória o *meio de transformar os lugares*”

⁷⁴ DE CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994.

O poder de transformação por meio da memória pode ser um dos caminhos para solucionar diversos problemas que estão enraizados na opinião dos Ponte-Novences em relação ao PNMTNPC.

2.1.4 Complexo Penitenciário

Há indicadores (observados através de respostas dadas aos questionários e de relatos feitos ao gestor da UC em seu cotidiano no Parque) informando que (além do episódio do assassinato que teve como um dos cenários o PNMTNPC), outro fato marcante, para justificar o receio de frequentar o espaço, é a existência do Complexo Penitenciário. No ano de 2008, o município de Ponte Nova passou a abrigar um complexo penitenciário no entorno do PNMTNPC, esta construção é incorporada à paisagem da UC.

A lei municipal nº 3.207 de 2008 que dispõe sobre a regularização fundiária do PNMTNPC, altera a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Ponte Nova e dá outras providências, diz em seu Art. 4º (PONTE NOVA, 2008)⁷⁵.

“A área de 23,3043 ha (vinte e três vírgula três mil, quarenta e três hectares), desanexada por decisão do Codema - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Ponte Nova, em 26 de junho de 2005, e referendada pela plenária do mesmo órgão, em 5 de setembro de 2007, será utilizada para implantação de presídio estadual, horta comunitária e outras atividades de interesse da Administração Municipal, resguardada a legislação ambiental.”

A aprovação e a construção do Complexo Penitenciário de Ponte Nova geraram polêmica, durante este processo ocorreram articulações políticas para barrar o projeto, entretanto, não é intenção deste estudo aprofundar nessas questões, o que nos interessa é entender o reflexo da presença da Penitenciária em relação à imagem que o cidadão tem do PNMTNPC.

O jornal Folha de Ponte Nova publicou, em 29 de fevereiro de 2008, uma matéria sobre o processo de construção do Complexo Penitenciário. O excerto a seguir demonstra que

⁷⁵ PONTE NOVA, Lei municipal nº 3.207/2008. De 3 de julho. Dispõe sobre a regularização fundiária do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves, altera a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Ponte Nova e dá outras providências.

houve preocupação por parte de representante público do município em relação ao assunto: (JORNAL FOLHA DE PONTE NOVA, 2008, p.2)⁷⁶:

“O vereador Toninho Araújo manteve, em 25/2, suas duras críticas à obra do Presídio Regional, em área anexa ao Parque Florestal Passa- Cinco, e previu aumento da violência em PN, pois entre os criminosos de hoje “já tem gente ligada ao PCC (Primeiro Comando da Capital, facção criminosa nacional fundada num presídio de SP), e sem dúvidas o número de assaltos aumentará”, disse ele. Araújo previu ainda o surgimento dos “seqüestros- relâmpago”. Contudo ele alerta para o fato de que os sequestrados não serão moradores do bairro onde ele mora (São Pedro), numa advertência aos moradores da região central da cidade”.

O trecho ilustra o reflexo negativo que a construção do Complexo Penitenciário de Ponte Nova agregou ao PNMTNPC, na declaração do vereador Toninho Araújo há uma visão, até certo ponto preconceituosa, de que um espaço que é destinado para detenção de criminosos, além de concentrar “pessoas perigosas”, também tem potencial de atrair pessoas ligadas ao crime que poderão vir a habitar o entorno do Parque.

Como se pode observar na figura 9, o bloco de concreto que circunda o complexo, possui um visual árido, ele é cercado por grades, cercas de arame farpado e vigiados por agentes armados, o contraste entre o verde do PNMTNPC e a aridez arquitetônica da penitenciária colaboram com a sensação de que estar no parque é algo perigoso.

⁷⁶ JORNAL FOLHA DE PONTE NOVA, ano 20 n° 982, 29 de fevereiro de 2008 “Tem gente do PCC agindo em Ponte Nova” pág 2.

Figura 9: Foto aérea do Complexo Penitenciário do Município de Ponte Nova/MG



Fonte: Câmara dos vereadores de Ponte Nova

2.1.5 Viveiro de Mudanças

Na concepção inicial do PNMTNPC, previam-se e foram construídas duas estruturas: uma guarita no acesso para o Parque e um viveiro de mudas. Ao longo dos anos, através de investimentos, foram realizadas, para a melhoria de infraestrutura do espaço, a criação da área de lazer e a construção de banheiros que serviriam ao público frequentador do Parque. Ao longo do tempo, essas áreas se degradaram em função da ausência de manutenção dos equipamentos que guarneciam esses espaços.

Em função da ausência de recursos financeiros, a área que ainda funciona atualmente é o viveiro de mudas da Prefeitura. O viveiro iniciou sua operação no ano de criação do Parque em 1982 e é a única atividade que perdurou ao longo de todo o funcionamento do Parque. O Coordenador do viveiro, Olímpio Alves Costa, atua nessa função desde 2000 e informou que o processo de produção de mudas nunca cessou.

Não conseguimos encontrar registros de gestão do viveiro de mudas, apenas tivemos acesso a alguns documentos que indicam investimentos em compras de materiais como ferramentas e formicidas. Assim, não foi possível fazer uma estimativa quantitativa, nem

qualitativa sobre a produção de mudas ao longo desses 34 anos. Entretanto, é possível perceber a relação do viveiro com a cidade, pois diversas praças do município de Ponte Nova possuem em seu paisagismo espécies produzidas no viveiro do Parque, percebe-se, então, uma relação do Parque com a cidade que extrapola os limites do PNMTNPC.

Com o objetivo de tentar dar visibilidade a essa atividade que perdurou todos esses 34 anos no Parque, no ano de 2013, a SEMAM iniciou o Programa de Gestão das Mudas, supervisionado pelo coordenador do viveiro, Olímpio Alves Costa, e pelo Gestor do Parque, Lucas Mattos Martins. O objetivo do programa é o de qualificar e quantificar a produção de mudas e o de registrar o destino das mudas, para que possamos documentar a relação benéfica do Parque com o município de Ponte Nova. A figura 10 retrata um espaço em que estão plantadas espécies cultivadas no viveiro de mudas do PNMTNPC.

Atualmente, o viveiro produz em média 1.500 mudas por mês, sendo: 50% mudas nativas da Mata Atlântica e 50% mudas de forração destinadas ao paisagismo do município de Ponte Nova. Para a produção das mudas, são recolhidas e plantadas na área do PNMTNPC as sementes dos ecótipos da região. Mensalmente, o coordenador do viveiro percorre o território do Parque e realiza a coleta de sementes das árvores nativas.

Após a coleta, as sementes são armazenadas para posterior germinação e cultivo em saquinhos plásticos com terra, e dispostos em canteiros. Quando as mudas atingem tamanho adequado, são destinadas à doação ou plantio na área urbana do município pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ponte Nova (SEMAM). O viveiro de mudas atrai também proprietários de terrenos rurais que estão procurando mudas de espécies nativas com o intuito de amenizarem e/ou regulamentarem danos que causaram ao meio ambiente.

Os dados sobre a dispersão de mudas produzidas no PNMTNPC utilizados neste estudo foram extraídos de documentos oficiais (Ordens de doações) emitidos pelo Gestor do Parque ou da Secretária de Meio Ambiente do município.

Os dados sobre a dispersão de mudas doadas pelo PNMTNPC foram tabulados em uma planilha de Excel e geraram o Mapa representado na figura 11, para realização desta tabulação utilizamos o software ArcGIS (nome de um grupo de programas informáticos e que constitui um sistema de informação geográfica).

Esta ferramenta de gestão comprova a importância do registro em forma de documentos, para preservar informações valiosas ao longo do tempo e subsidiar a gestão da memória, ou seja, preservar uma memória de trabalho que transmita conhecimento para que os futuros gestores identifiquem as atividades de um espaço, e possam analisar os pontos positivos e negativos de cada administração e a partir do exame detalhado dar continuidade ao trabalho visando uma melhoria sucessiva.

Figura 10: Viveiro de Mudas



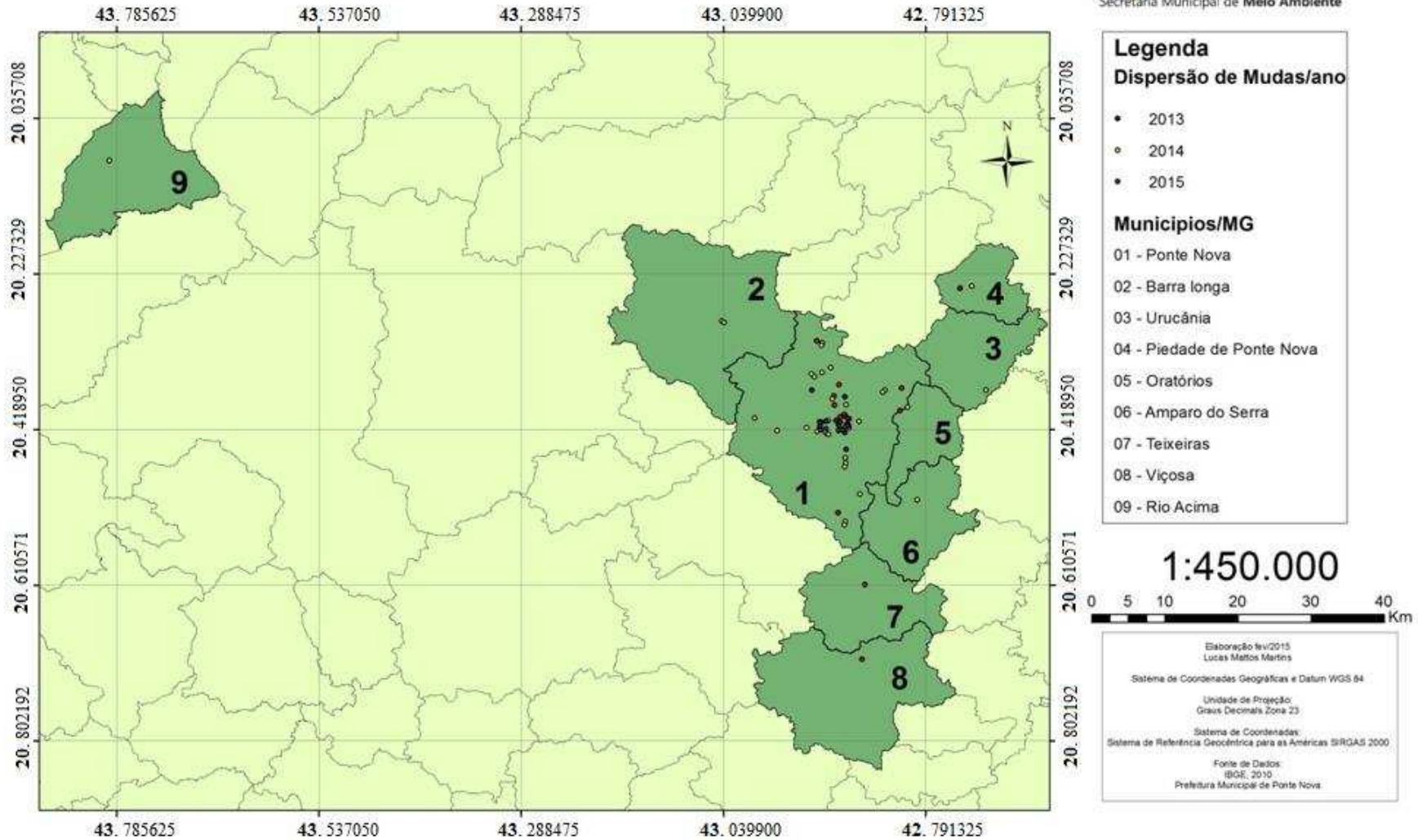
Fonte: Acervo do autor, 2015.

A ausência de documentação relativa às atividades desenvolvidas nas gestões passadas dificultou os trabalhos da gestão 2013/2016 do PNMTNPC, é preciso que os próximos gestores registrem as ações de forma a organizar a memória de trabalho concretizado no PNMTNPC, para que as futuras gestões não destinem esforços inúteis em projetos que no passado fracassaram, ou para que consigam enxergar os motivos do insucesso de atividades relevantes a fim de construir ações que contribuam para o fortalecimento do PNMTNPC.

É importante trabalhar pensando que o presente gera memória, pois, como discutido no começo deste capítulo, no futuro esta memória passará por um processo de presentificação, assim, registros são valiosos para contribuir com a interpretação dos símbolos e das lembranças do passado.

Figura 11: Mapa de dispersão de mudas produzidas no PNMTNPC

Dispersão de Mudas do Parque Natural Municipal Passa Cinco - Pont Nova/MG



Fonte: Autor, 2015

2.2 Procedimentos Metodológicos

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento de fontes bibliográficas acerca dos conceitos sobre Paisagem, Unidade de Conservação, Cultura e Percepção; o que permitiu aprofundar as discussões acerca do tema central do trabalho. Foram lidos textos que abordam questões relevantes quanto a métodos e conceitos utilizados por outros pesquisadores, fato que contribuiu para o contato do pesquisador com obras clássicas que abordam os conceitos que ajudaram na sustentação de pensamentos presentes nesta pesquisa. Durante a etapa do levantamento bibliográfico, foi realizado, também, um levantamento de documentos técnicos, registros em jornais e legislação acerca do PNMTNPC.

Após o levantamento de dados, seguimos para a segunda etapa da pesquisa que foi a definição do público alvo, que são os moradores dos bairros vizinhos ao PNMTNPC, são eles: Bairro São Pedro, Nossa Senhora de Fátima, Novo Horizonte e Cidade Nova. Esta opção foi estabelecida em função do intuito de trabalhar com a população residente mais próxima da Unidade de Conservação, entendemos que os bairros citados, por serem vizinhos ao Parque, se destacam dos demais do município de Ponte Nova no que diz respeito ao objetivo da presente pesquisa.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar, através de aplicação de questionário, a percepção socioambiental que os moradores dos bairros do entorno do Parque têm em relação ao PNMTNPC. A intenção dessa investigação foi a de subsidiar um diagnóstico sobre a citada percepção e, posteriormente, realizar uma oficina com moradores dos bairros citados, para apresentar e discutir os resultados obtidos através durante o processo de pesquisa.

Os objetivos específicos são:

- ✓ Investigar as formas de uso do PNMTNPC ao longo do tempo.
- ✓ Diagnosticar os anseios e modos de uso do PNMTNPC pelos moradores do entorno do Parque.
- ✓ Propor e discutir ações em conjunto com a comunidade, para o uso público afetivo e sustentável (à medida do possível) do PNMTNPC.

Para alcançar tais objetivos foi proposta a coleta de dados primários por meio de aplicação de questionários (**Apêndice I**) destinados à população dos bairros vizinhos ao

PNMTNPC, para subsidiar a elaboração do diagnóstico sobre percepção socioambiental da população em relação ao Parque.

Os questionários foram organizados segundo a “técnica do funil” definida por Gil (1999, p. 134) como “a ordenação segundo a qual cada questão deve relacionar-se com a questão antecedente e apresentar maior especificidade” e dividido em blocos: Perfil (questões para classificação do perfil do respondente: sexo, idade, bairro); Meio Ambiente (questões que captam a percepção da comunidade sobre esse assunto).

Foram elaborados dois questionários, um questionário contendo seis perguntas destinadas à população com a faixa etária de onze a dezessete anos e o outro contendo dez perguntas para população com idade acima de vinte anos. A diferença dos questionários é que o destinado à população com idade acima de vinte anos, além de investigar a relação do indivíduo com o Parque, acrescenta o objetivo de investigar a relação do entrevistado com o PNMTNPC no passado.

Durante a elaboração das perguntas dos dois questionários contou-se com o auxílio técnico de profissionais envolvidos na área ambiental do município. No que diz respeito ao conteúdo das perguntas contidas no questionário, não pretendemos somente identificar as insatisfações e satisfações da comunidade- alvo da pesquisa, mas também analisar o envolvimento socioambiental da mesma em relação ao Parque, uma vez que as perguntas têm o intuito de instigar reflexão do entrevistado sobre a influência de suas ações / atitudes no ambiente do PNMTNPC.

A aplicação do questionário foi realizada nas duas escolas municipais Senador Miguel Lana e Nossa Senhora de Fátima, que atendem os referidos bairros, com o intuito de obter informações dos (as) estudantes do Ensino Fundamental e Médio (Idade entre 06 a 15 anos.) e dos responsáveis pelos mesmos (Idade acima de 20 anos), com o objetivo de cruzar / comparar as percepções das diferentes gerações.

Ao todo foram aplicados 683 questionários:

- ✓ 339 questionários destinados aos alunos do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental I e do 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental II.
- ✓ 344 questionários destinados aos pais ou responsáveis por esses alunos.

Os questionários destinados aos alunos foram aplicados por professores no horário de aula das respectivas turmas, os questionários destinados aos pais ou responsáveis pelos alunos foram realizados via “Dever de Casa” e cobrados, posteriormente, pelos professores.

Após o recolhimento dos questionários respondidos, foi realizada a tabulação dos dados, que consistiu na padronização e codificação das respostas presentes no questionário, essa tarefa ocorreu de maneira ordenada, a fim de dispor os resultados em formas numéricas para que a leitura e a análise fossem facilitadas. Para isso, foi utilizado uma planilha de dados, elaborada especialmente para esse caso, por meio do software Excel. Através da planilha foi possível o agrupamento dos dados, a geração de gráficos, bem como a realização de correlações para a elaboração do diagnóstico.

Após o lançamento dos dados, através de análises matemáticas realizadas, foi possível verificar a consistência dos dados lançados, garantindo, assim, a coerência das análises do diagnóstico. Finalmente, com os dados levantados, foi produzido o diagnóstico que possibilitou vislumbrar as impressões e imagens que os entrevistados têm do PNMTNPC no que se refere às questões inerentes à suas relações com o Parque. A inter relação dessas informações nortearão a realização de uma análise integrada da realidade e a expectativa da população com relação ao Parque.

Após a etapa de elaboração do diagnóstico de percepção foi realizada uma oficina com os alunos do EJA da escola municipal Senador Miguel Lana que teve como objetivo apresentar e discutir os resultados da primeira etapa do trabalho e aprofundar a discussão com os alunos acerca dos modos de uso e relação socioambiental do e com PNMTNPC.

Concomitante ao produto do Mestrado Profissional, o Plano de Manejo foi elaborado pela Universidade Federal de Viçosa - UFV em parceria e com a Gerência do **PNMTNPC** e Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco **CCPNMTN**. Durante a elaboração do Plano foram realizados diversos trabalhos, que vão de encontro à proposta do produto do presente Mestrado Profissional, foram realizadas oficinas temáticas com o **CCPNMTN**, levantamento de dados primários por meio da aplicação de questionários semiestruturados, elaboração de mapas temáticos do PNMTNPC, atualização da flora do Parque, dentre outras atividades. O resultado desses trabalhos foram analisados e integrados ao diagnóstico e discutidos na oficina realizada entre gestor e comunidade.

A pesquisa se justifica pela importância de o morador do entorno do **PNMTNPC** o conheça e o proteja, pois o **PNMTNPC** é um patrimônio ecológico, ele apresenta 80% de cobertura vegetal de mata nativa secundária, conta com fauna e flora de relevantes riquezas, é privilegiado em termos de potencial hídrico, porque possui várias nascentes próprias que dão origem a 04 represas de médio porte e ainda proporciona beleza cênica ao local, além disso, no Parque há dois viveiros de mudas, um administrado pela Prefeitura Municipal de Ponte Nova e outro pelo Instituto Estadual de Floresta, esses viveiros atendem à micro região e neles são cultivados, prioritariamente, espécies nativas da região. O **PNMTNPC** é, também, propício para o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e turísticas; além de apresentar relevante potencial para realização de pesquisas científicas.

Assim, diante de tantas possibilidades de interação relativas ao **PNMTNPC** e comunidade, esta pesquisa investigou a percepção de uso socioambiental que o cidadão que habita o entorno do Parque Natural Municipal Tancredo Neves Passa Cinco tem sobre o local e propôs, por meio da oficina um debate acerca dos resultados alcançados com o intuito de integrar de forma política e educativa a comunidade dos bairros já referidos ao **PNMTNPC**.

PARTE II – RESULTADOS ALCANÇADOS

CAPITULO 3 - DIAGNÓSTICO DE PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DOS BAIROS (SÃO PEDRO, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NOVO HORIZONTE E CIDADE NOVA) EM RELAÇÃO AO PNMTNPC.

O diagnóstico de percepção da população dos bairros vizinhos ao PNMTNPC foi elaborado após aplicação e tabulação de 344 questionários semiestruturados contendo dez perguntas destinadas a indivíduos com a faixa etária acima de 16 anos (responsáveis por alunos das escolas municipais, conforme explicado na metodologia) e 339 questionários semiestruturados contendo seis perguntas destinadas a alunos das Escolas Municipais Senador Miguel Lana e Nossa Senhora de Fátima, essas escolas atendem alunos de faixa etária entre 6 e 15 anos. A figura 12 retrata o momento da entrega dos questionários já respondidos pelos entrevistados.

As Diretoras Fernanda Mendes Pereira e Renata Brum Ramalho foram parceiras na efetivação dessa fase da pesquisa, porque ficaram responsáveis pelo gerenciamento e acompanhamento do material nas escolas em que trabalham.

Figura 12: Entrega dos questionários respondidos



Fonte: Autor, 2016

Os dois questionários têm o intuito de perscrutar a percepção dos entrevistados em relação ao PNMTNPC no presente, a única diferença é que o questionário de dez perguntas destinado à população com a faixa etária acima de 16 anos tem o objetivo de sondar, também, a percepção em relação ao PNMTNPC no passado. Por esse motivo, dividimos o presente

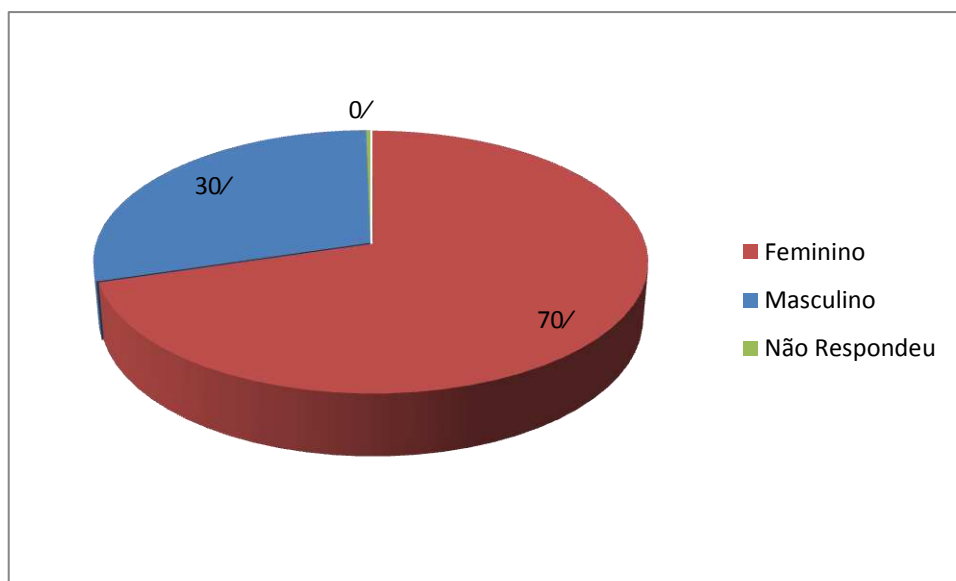
diagnóstico em duas etapas; na primeira, analisaremos os resultados do grupo de entrevistados que estão na faixa etária acima de 16 anos e na segunda etapa, analisaremos os resultados do grupo pertencente à faixa etária entre 5 e 15 anos.

3.1 Análise dos Resultados de entrevistados com faixa etária acima de 16 anos

O item a seguir apresenta os resultados da primeira etapa do trabalho que consistiu na aplicação de um questionário que abordou questões sobre o perfil do entrevistado no que se refere a gênero (sexo feminino ou masculino), idade e bairro em que reside o entrevistado.

3.1.1 Sexo, faixa etária e bairro

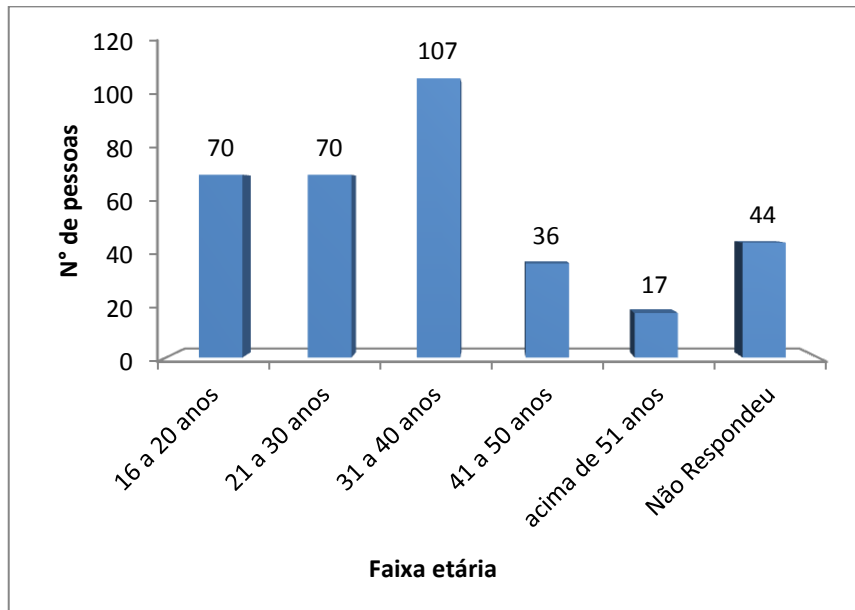
Figura 13: Sexo



Fonte: Autor, 2016

Os resultados disponibilizados na figura 13 demonstraram que, dos 344 questionários aplicados, responderam 240 pessoas do sexo feminino e 104 do sexo masculino, pode-se supor que o fato da predominância do sexo feminino se explique pelo fato de que a metodologia de aplicação dos questionários propôs o seu envio do através do “Para Casa” dos alunos das escolas municipais que participaram da pesquisa, portanto, trabalhamos com a hipótese de que o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades escolares designadas como “Para Casa” é realizado, na maior parte das vezes por mulheres.

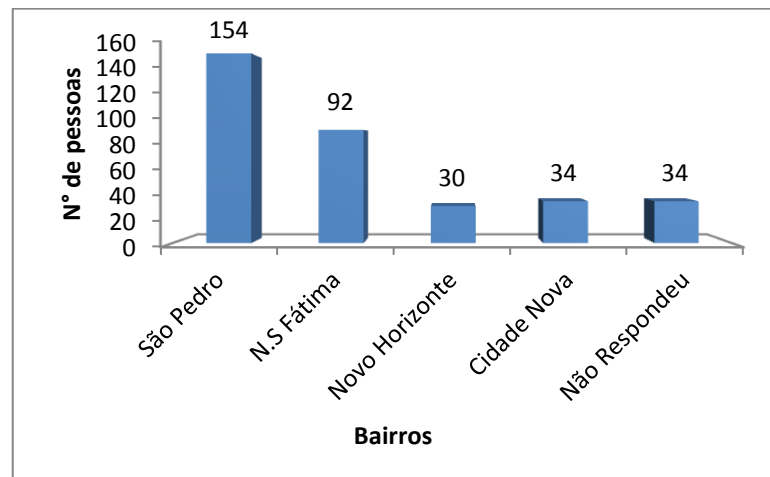
Figura 14: Faixa etária



Fonte: Autor, 2016

Tendo em vista a figura 14, observamos que os questionários alcançaram indivíduos de diferentes idades, o maior grupo, composto por 107 entrevistados, apresenta faixa etária de 31 a 40 anos, o menor grupo, composto por 17 entrevistados, está na faixa de 51 anos; 44 pessoas não responderam esse item do questionário.

Figura 15: Distribuição dos entrevistados nos bairros vizinhos do PNMTNPC



Fonte: Autor, 2016

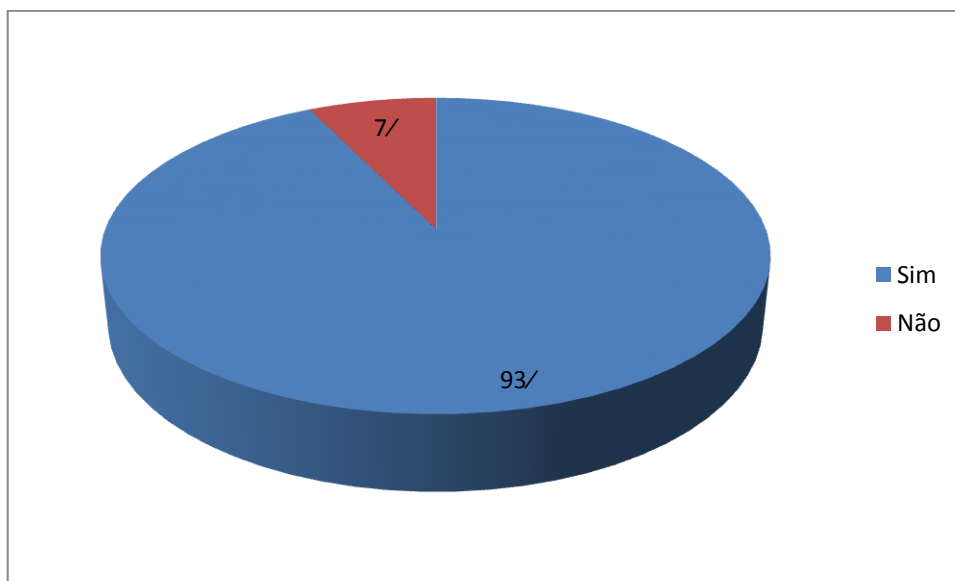
A figura 15 demonstra a distribuição dos entrevistados nos bairros vizinhos ao PNMTNPC, observamos maior concentração de moradores nos bairros São Pedro (154) e

Nossa Senhora de Fátima (92), essa considerável diferença numérica em relação à localização das moradias dos entrevistados, bairro Novo Horizonte (30) e Cidade Nova (34), pode ser explicada pelo fato dos bairros apresentarem dimensões distintas, o São Pedro e o Nossa Senhora de Fátima são bairros com maior densidade demográfica, assim, é natural que eles concentrem maior número de entrevistados.

3.1.2 Conhecimento acerca da existência do PNMTNPC

Os entrevistados, ao serem questionados se já ouviram falar do PNMTNPC, conforme apresentado na figura 16, a maior parte demonstrou ter conhecimento sobre a existência do Parque, apenas 25 pessoas afirmaram desconhecer do que se tratava. Os entrevistados que responderam que desconhecem o PNMTNPC encerraram sua participação, portanto as próximas perguntas não representam um universo de 344 pessoas, mas, sim de 319.

Figura 16: Pessoas com conhecimento acerca da existência do PNMTNPC



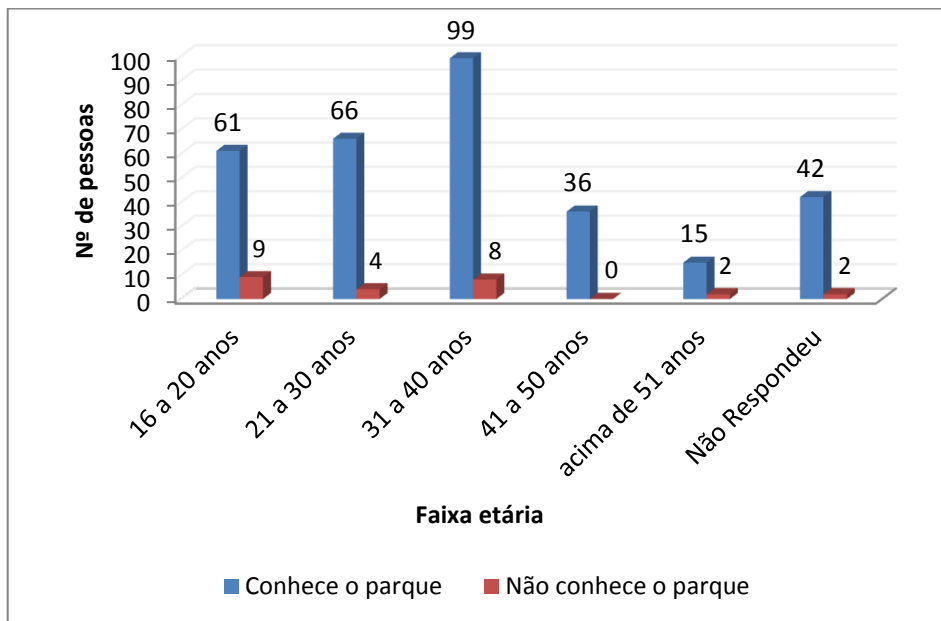
Fonte: Autor, 2016

Cruzando as informações das pessoas que informaram desconhecer o Parque com a faixa etária em que se encontram, observamos que a maior concentração desses indivíduos está na faixa de 16 a 20 anos, como se pode observar na figura 17.

Esse resultado pode ser indício de que, com o passar dos anos, a população frequentadora do Parque, paulatinamente, perdeu o interesse pelo PNMTNPC e, por consequência, deixou de falar da existência da área para as gerações seguintes. É importante

ressaltar que o número de pessoas que conhecem o Parque continua sendo maioria, conforme apresentado.

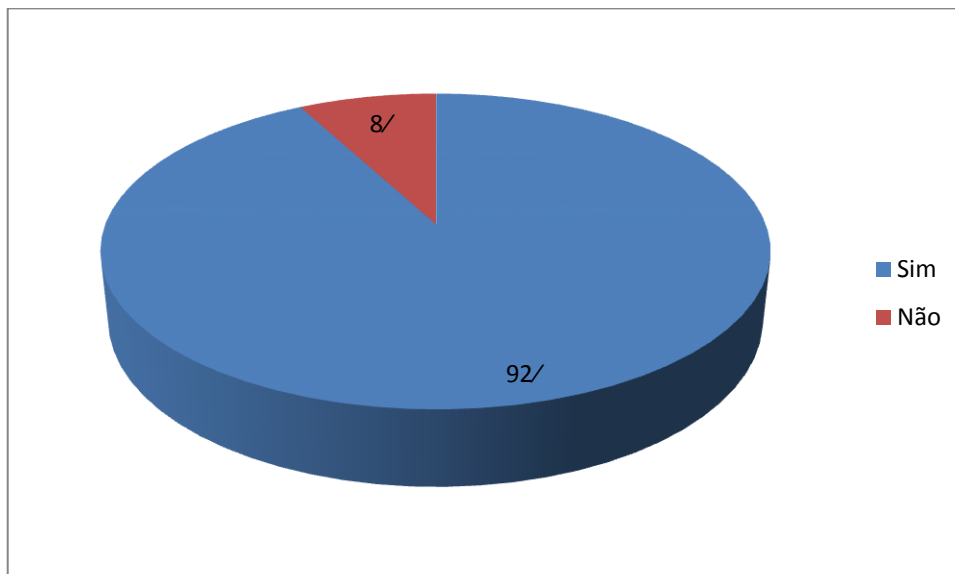
Figura 17: Conhecimento X Faixa etária



Fonte: Autor, 2016

O gráfico da figura 18 retrata o resultado referente ao questionamento “você vai ou já foi ao PNMTNPC?”, responderam a essa pergunta aqueles que indicaram conhecer o Parque. O intuito desse questionamento foi o de quantificar a parcela dos entrevistados que apenas conhecem a área por ouvir falar e a parcela que conhece presencialmente o Parque. O Resultado apresentado na figura 18 demonstra que a maior parte dos entrevistados (294) tem um conhecimento da área por já ter visitado.

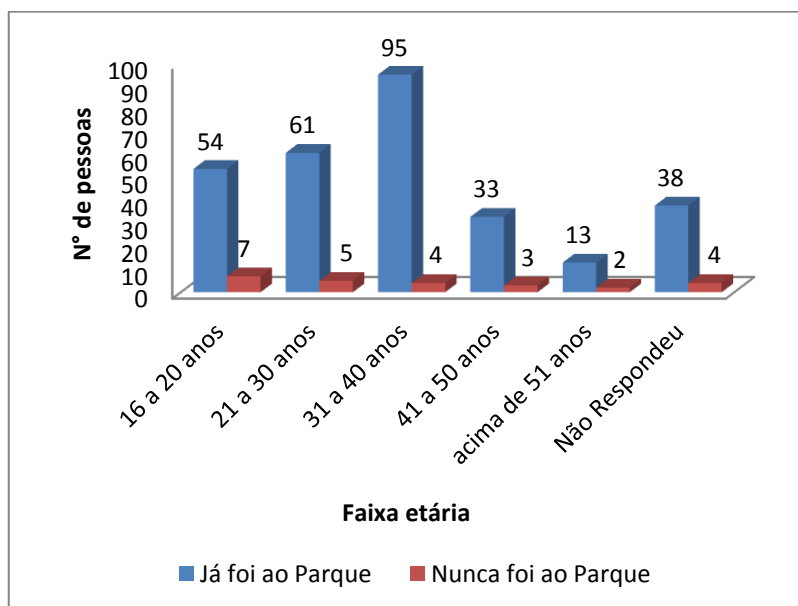
Figura 18: Conhecimento através da presença no PNMTNPC



Fonte: Autor, 2016

Cruzando os dados retratados no gráfico da figura 18 com a faixa etária dos indivíduos entrevistados (ver gráfico da figura 19), observamos maior índice de pessoas que têm conhecimento da existência do Parque, mas nunca visitaram a área, em indivíduos que se encontram na faixa etária de 16 a 20 anos. Os motivos apontados como justificativa da não ida ao Parque serão discutidos em itens posteriores.

Figura 19: Faixa etária x Conhecimento por presença



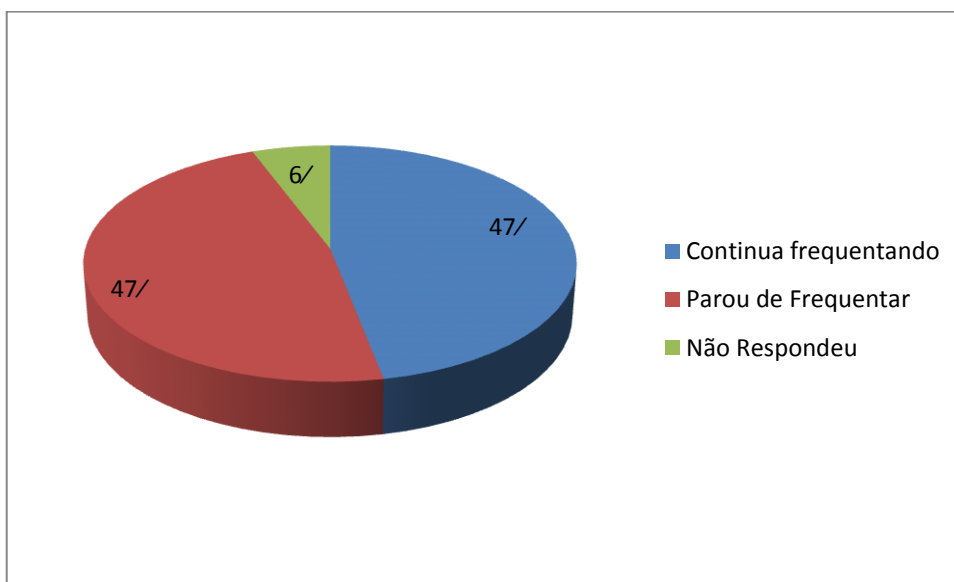
Fonte: Autor, 2016

Através dos dados coletados, observamos que a maior parte dos entrevistados conhecem o Parque porque estiveram no local. A próxima análise tratará sobre a frequência de visita dos entrevistados que informaram ter ido ao PNMTNPC.

3.1.3 Frequência ao PNMTNPC

Este item propõe apresentar e discutir os resultados acerca da frequência de visitas dos entrevistados que afirmaram ter conhecimento de forma presencial do Parque. Segundo os dados já apresentados, 294 pessoas já visitaram o Parque, desse universo, ao serem indagados se continuam visitando a área, deparamos com as seguintes informações: 138 continuam frequentando a área, 139 parou de frequentar e 17 entrevistados não responderam a pergunta, conforme pode ser observado na figura 20.

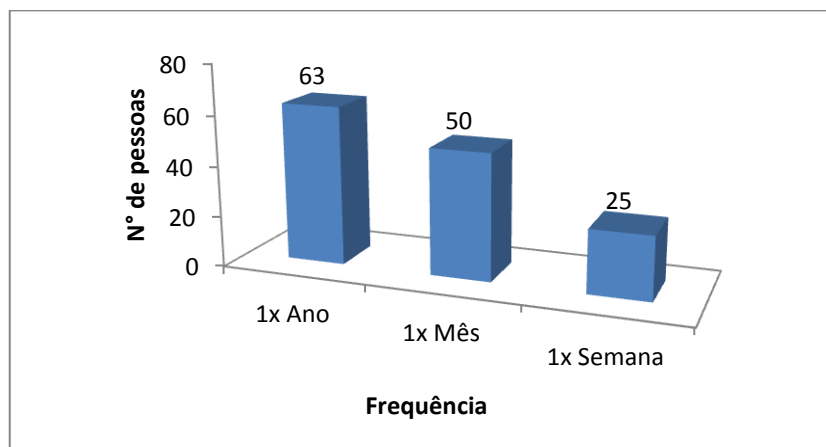
Figura 20: Frequência ao PNMTNPC na atualidade



Fonte: Autor, 2016

Do universo de 138 pessoas que responderam que continuam frequentando o Parque, 45% informaram que visitam o local pelo menos uma vez por ano, 37% pelo menos uma vez por mês e 18% pelo menos uma vez por semana, conforme apresentado na figura 21.

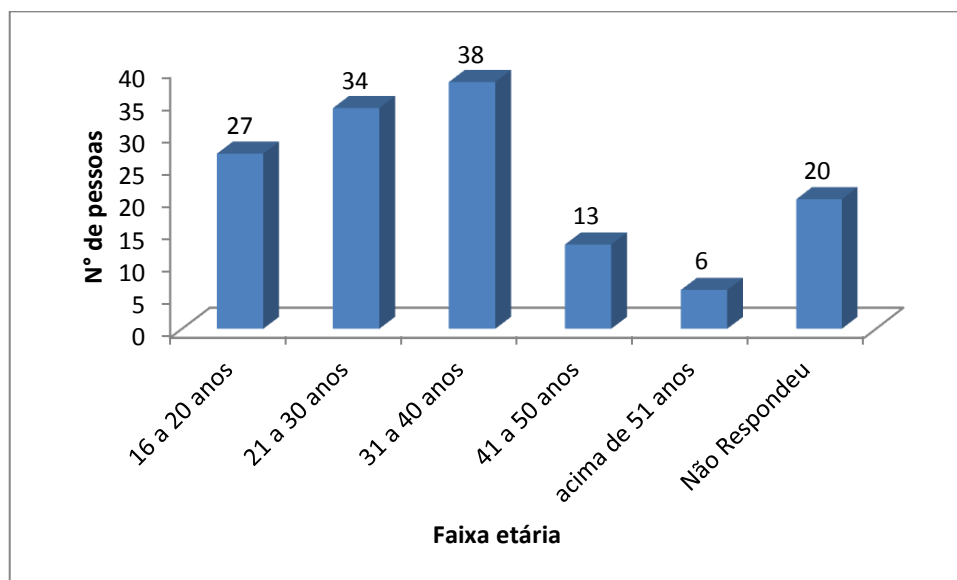
Figura 21: Frequência por período



Fonte: Autor, 2016

Cruzando os dados obtidos entre pessoas que afirmaram manter uma frequência de visitas ao Parque com a faixa etária em que se encontram, observamos que a maior parte desses indivíduos tem a idade de 31 a 40 anos e a menor parte encontra-se na população de indivíduos acima de 51 anos, conforme retrata a figura 22.

Figura 22: Assiduidade por faixa etária



Fonte: Autor, 2016

3.1.4 Motivos de ida ao PNMTNPC

A figura 20 disponibiliza dados de que do universo de 344 entrevistados, 138 continuam frequentando o PNMTNPC, para este grupo foi questionado os motivos da ida ao Parque, a

pergunta não se limitava apenas a uma resposta, o entrevistado teve a liberdade de apresentar quantos motivos achasse pertinentes.

A figura 23 apresenta os resultados obtidos em relação aos motivos de ida ao Parque. Foram listados doze motivos, os que aparecem com maior frequência foram o lazer (37) e pescaria (34). Os itens caminhar (17), contato com a natureza (14) e nadar na lagoa (14) também se destacam.

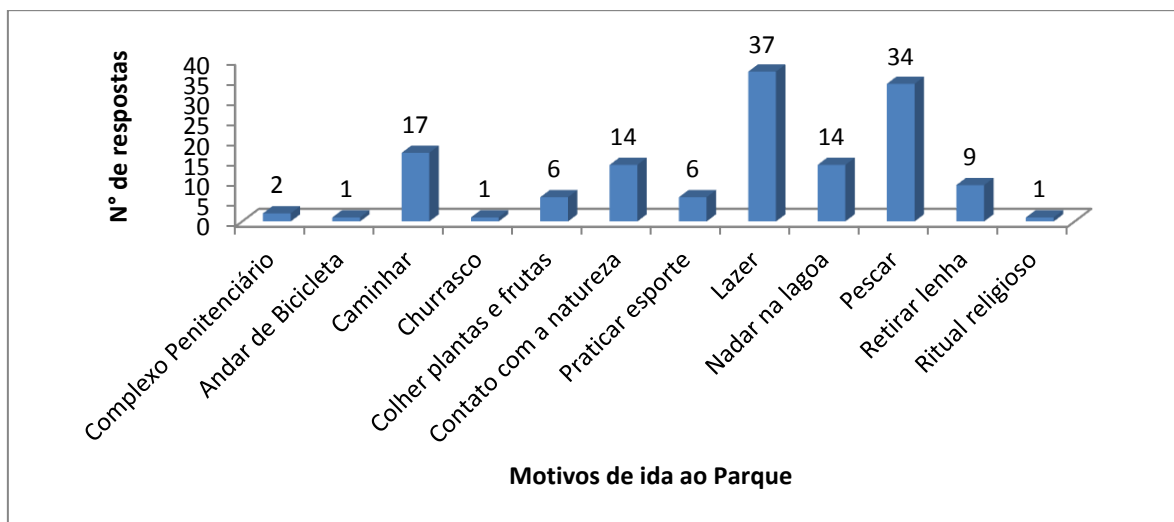
Os motivos pescaria, contato com a natureza, nadar na lagoa estão relacionados diretamente e indiretamente com os recursos hídricos do PNMTNPC, a qualidade da água pode ser representada através de diversos parâmetros, que traduzem suas principais características físicas, químicas e biológicas. Além dos coliformes totais e termotolerantes. A Secretaria de Meio Ambiente em parceria com o Departamento Municipal de Água e Esgoto do Município de Ponte Nova realizou no ano de 2014 uma análise dos recursos hídricos do Parque.

A avaliação da balneabilidade foi realizada para verificar se as lagoas estão próprias para contato primário. De acordo com os resultados obtidos, os recursos hídricos do PNMTNPC apresentaram valores da qualidade da água que permitem a recreação em contato com a água.

É de grande relevância o acompanhamento da qualidade das águas das lagoas do Parque para nortear ações de conservação da comunidade aquática e da prática de atividades de recreação. A preservação da qualidade da água é um dos principais enfoques da gestão de recursos hídricos e, portanto, evitar a poluição deste recurso é de crucial importância. (Martins, Tavares, Carolino, Cardoso, Aniceto 2014)⁷⁷.

⁷⁷ Martins Lucas, Tavares Guilherme, Carolino Sônia, Cardoso Palovi, Aniceto Nathalia: “Avaliação da qualidade das lagoas do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (Passa Cinco). Município de Ponte Nova – MG” - V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG – 24 a 27/11/2014

Figura 23: Motivos de frequentar o Parque



Fonte: Autor, 2016

3.1.5 Motivos de não ir ao Parque

A figura 18 demonstra que 25 dos entrevistados conhecem o Parque, mas informaram que nunca o visitaram, a figura 19 aponta para o fato de que 139 pessoas frequentavam o Parque no passado o que representa 164 indivíduos que afirmaram não frequentar o Parque na data presente a esta pesquisa. Para estes 164 indivíduos foi questionado o motivo de não ir ao PNMTNPC, é importante destacar que, para esta pergunta, todos os entrevistados apresentaram pelo menos um motivo, este item não se limitava apenas a uma resposta, o indivíduo teve a liberdade de apresentar quantos motivos achasse pertinentes.

A figura 24 apresenta dezessete motivos que levam o cidadão a não frequentar o Parque. O de maior destaque foi o abandono (90). Os motivos medo (20), infraestrutura precária (18), falta de interesse (16), falta de transporte (14), falta de manutenção (7) também aparecem com uma certa frequência.

Percebemos que os motivos listados se retroalimentam, estabelecendo, assim, uma série de conexões:

1 – O poder público não dá manutenção adequada às infraestruturas do Parque que, conseqüentemente, fica em estado precário, assim, a população perde o interesse, o número de visitas decresce, portanto passa a não se justificar a disponibilização de transporte público para o local, daí a área passa a ser abandonada tanto pela população, quanto pelo poder público.

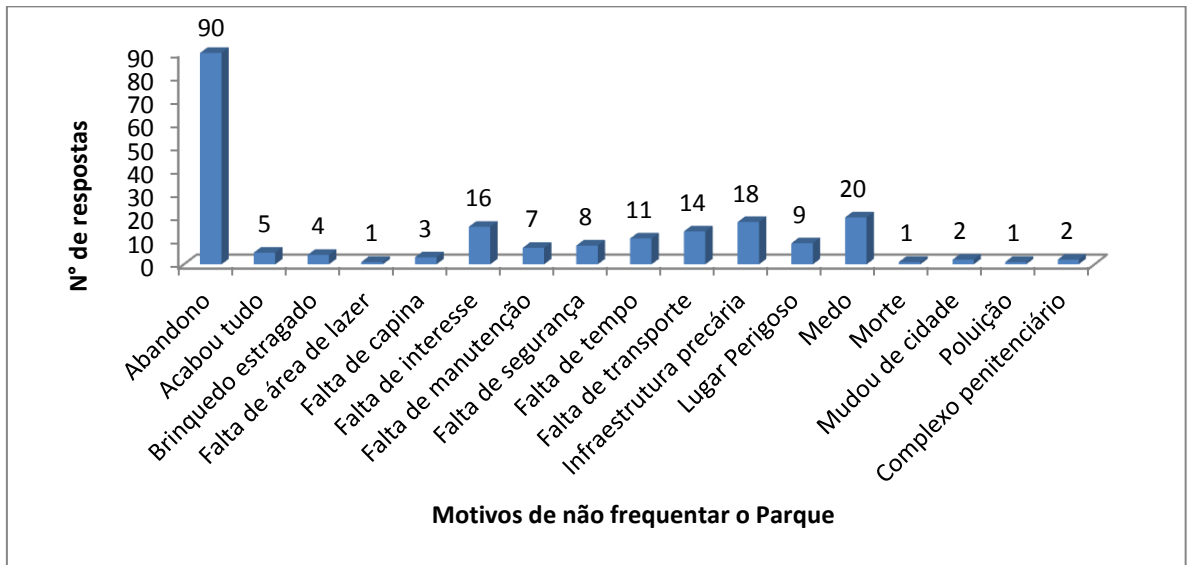
2 – A população faz um mau uso do equipamento público, degradando, dilapidando, daí, o poder público perde o interesse em conservar o material, com a justificativa de que a manutenção é cara, conseqüentemente, a falta conservação dos equipamentos faz com que a área de lazer caia no abandono.

3 – O Parque está estigmatizado como abandonado, o que faz com que a população perca o interesse e tema a ida ao local, conseqüentemente, em função da falta de assiduidade de pessoas no Parque, criminosos passam a enxergá-lo e usá-lo como local propício para esconder drogas e provas de crimes, o que corrobora para a construção de uma paisagem do medo.

Assim, percebemos uma cadeia de fatores que se alimenta, há uma série de descuidos que nutrem a degradação do **PNMTNPC**. É importante perceber as contradições que envolvem a vida “do e no” Parque e criar ações conjuntas que envolvam o Poder Público e o Cidadão pontenovense, para que se interrompa o ciclo de envilecimento do Parque. Essas ações precisam ser construídas em parceria com a comunidade, é necessário fortalecer os laços entre administradores públicos e cidadão usuário-contribuinte, se não houver esta sinergia, pode-se gastar forças com ações isoladas que, provavelmente, não gerarão resultados de interrupção de ciclos, como:

Cabe ao poder público propor ações que quebrem com paradigmas, uma campanha pensada e organizada conjuntamente com atores comunitários a fim de revitalizar o Parque poderia gerar uma nova ordem de pensamento no cidadão, como: “o que é público é meu também, portanto cuido”. É necessária uma campanha de mobilização para que a população sinta “carinho pelo e orgulho do Parque”. É importante que o cidadão frequentador do Parque seja parceiro em relação à fiscalização e manutenção do **PNMTNPC**. As ações não podem ser pontuais, porque precisam dar solução para o ciclo negativo que foi exposto anteriormente.

Figura 24: Motivos de não frequentar o Parque



Fonte: Autor, 2016

3.1.6 Sugestões para melhoria do PNMTNPC pelos entrevistados

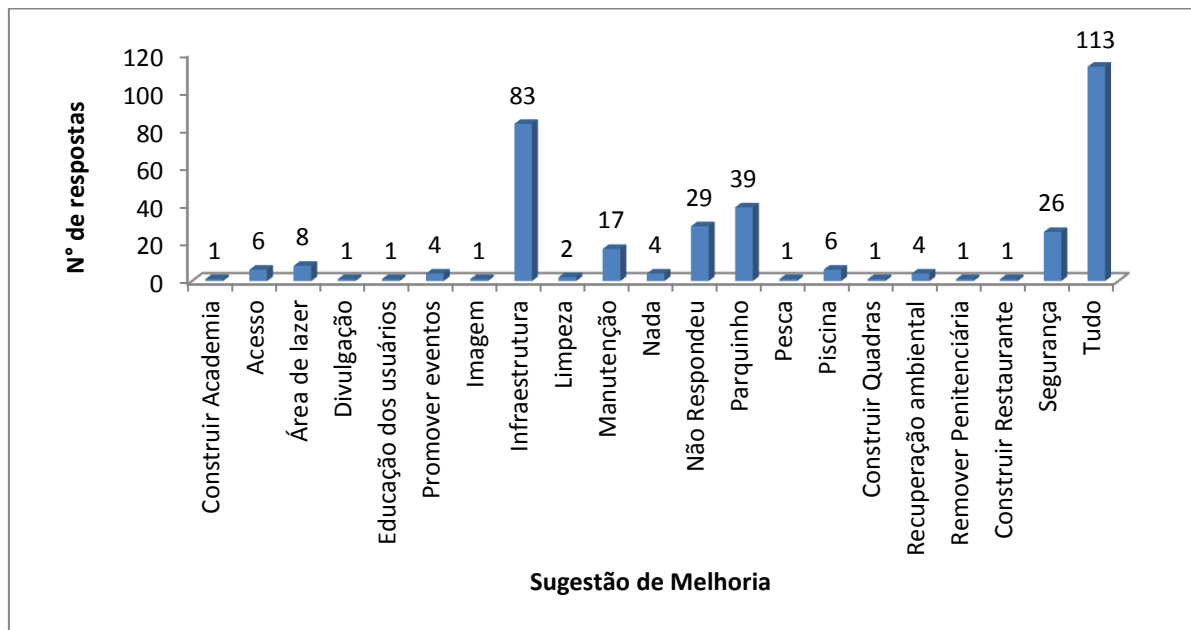
Os entrevistados foram questionados sobre o que eles acham que pode melhorar no PNTNPC, do universo de 319 pessoas que afirmaram conhecer o Parque, apenas 29 pessoas não responderam essa pergunta. A questão era aberta e não limitava a apenas uma sugestão, o entrevistado pôde apontar diversas sugestões de melhoria, a figura 25 apresenta as sugestões apontadas.

A indicação de que “tudo” pode melhorar apareceu com maior frequência (113), apesar de a resposta ser vaga, ela demonstra a insatisfação dos entrevistados em relação ao PNMTNPC. A segunda indicação de maior frequência foi a melhoria das infraestruturas físicas do Parque em geral, com relação a esse fator, houve uma sugestão específica que consiste na reforma do “Parquinho”, brinquedos destinados a crianças.

Analisando as informações, percebemos que a preocupação com reforma das infraestruturas sobrepõe-se às preocupações com a conservação do ambiente natural. Indicações referentes a recuperação ambiental (4), limpeza (2) apareceram poucas vezes. Sugestões como: programa de combate a incêndio, controle de retirada de lenha, fiscalização de caça, controle de entrada de visitantes, que seriam ações de extrema importância para garantia da conservação do Parque, não apareceram nenhuma vez, o que demonstra uma tendência da população ter uma imagem de que o Parque é um espaço

destinado ao lazer, assim, a conservação e preservação do **PNMTNPC** parece ficar em segundo plano.

Figura 25: Sugestões de melhoria para o PNMTNPC

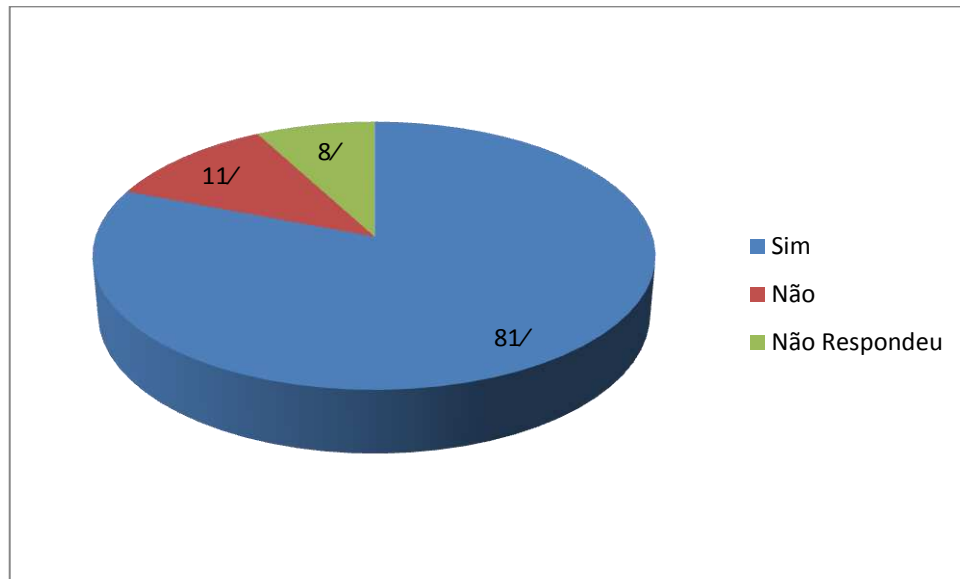


Fonte, Autor, 2016

3.1.7 Lazer e conservação

Os entrevistados foram questionados se “eles concordam que o Parque possa ser utilizado para fins recreativos”, do universo de 319 pessoas que afirmaram conhecer o PNMTNPC, 258 concordam que a área pode ser utilizada para recreação da população, 36 pessoas não concordam com a possibilidade e 25 pessoas não responderam a questão, conforme apresentado na figura 26.

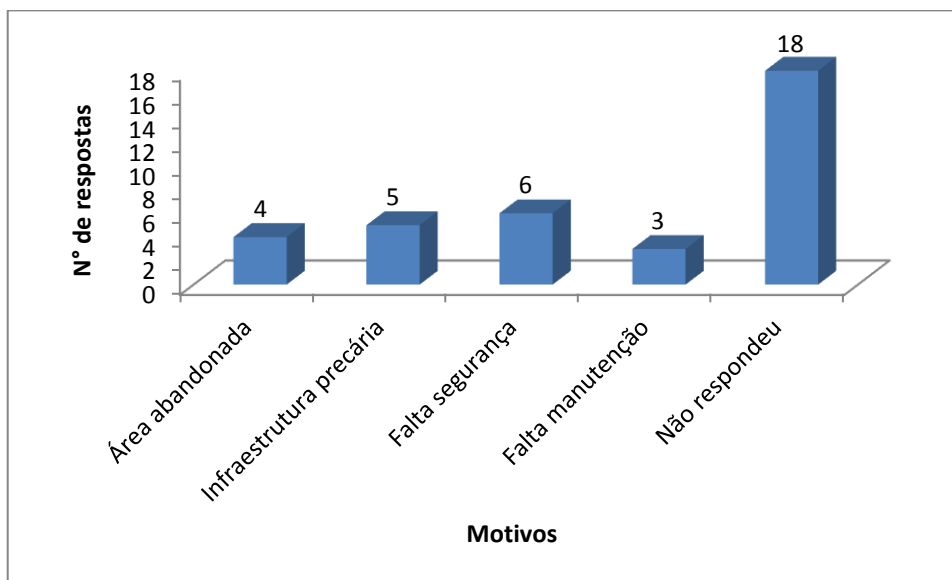
Figura 26: Parque para fins recreativos



Fonte: Autor, 2016

Os 36 entrevistados, que demonstraram não concordar que o Parque possa ter fins recreativos, apresentaram os seguintes motivos (figura 27): falta de segurança, infraestrutura precária, abandono da área e falta de manutenção. 18 pessoas não apresentaram os motivos de discordarem de se ter recreação no Parque. Observamos que nenhum dos motivos demonstra preocupação de que atividades de lazer possam ser conflitantes com os interesses de conservação da área. É relevante compreender que os entrevistados apontam para a falta de condições do PNMTNPC ser um espaço que se realize atividades recreativas. A expectativa de um Parque apenas para fins recreativos pode dificultar ações educativas em relação, por exemplo, à retirada ilegal de lenha, à caça predatória, à extração de plantas, á poluição das lagoas, etc. Nesse sentido, pensamos ser fundamental a parceria entre a administração do Parque com as escolas, tanto públicas, quanto particulares, no intuito de desenvolver/ aguçar entre a população infantil e jovem um olhar ecológico em relação ao **PNMTNPC**.

Figura 27: Motivos para o Parque não ter fins recreativos



Fonte: Autor, 2016

3.1.8 Eventos PNMTNPC

Os entrevistados foram questionados sobre quais eventos ele gostaria de participar no PNMTNPC, a pergunta não restringia a uma resposta, o entrevistado teve a liberdade de apontar diversos eventos de interesse.

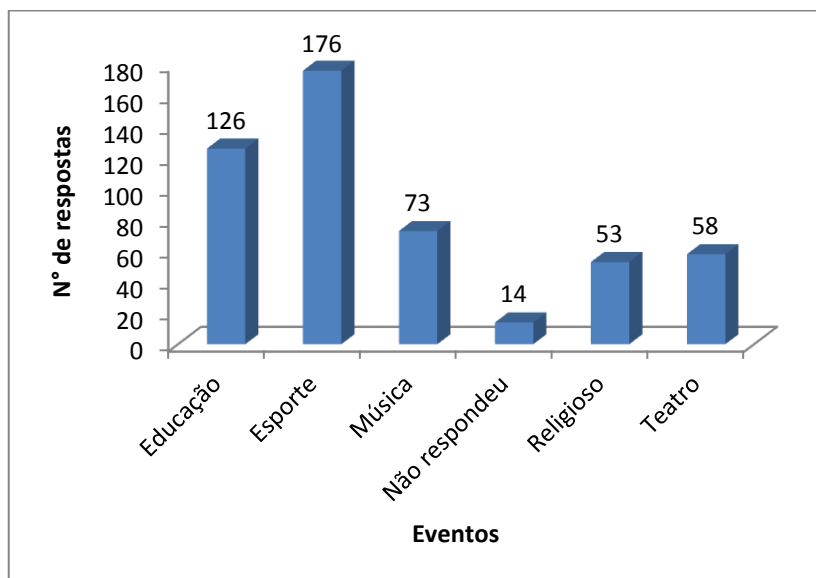
A figura 28 apresenta os resultados, é possível observar que o maior interesse da população é relativo a eventos na área de esportes, há 176 indicações, seguido de eventos educativos (126), Musicais (73), teatro (58), religiosos (53), apenas 14 pessoas não responderam e esta pergunta.

O interesse em eventos na área da educação pode ser uma ótima oportunidade para os gestores do PNMTNPC discutirem formas de usos harmoniosos do Parque e proporem atividades recreativas que não contraponham os objetivos de conservação/ preservação da natureza. Esse tipo de ação, além de contribuir na formação de uma nova mentalidade a de que “o Parque deve ser preservado em seu acervo natura”, ou a de a de “quem conhece o bem natural, protege”, torna possível a integração do cidadão na área de forma a minimizar os possíveis impactos ambientais que são causados por atividades consideradas depredatórias.

Realização de eventos musicais e de teatrais pode ser uma forma de melhorar a imagem do **PNMTNPC** em relação à população, atraindo visitantes que buscam eventos

culturais, isso poderia atenuar paulatinamente a ideia de que o Parque está abandonado, fator citado diversas vezes pelos entrevistados.

Figura 28: Eventos de Interesse dos entrevistados



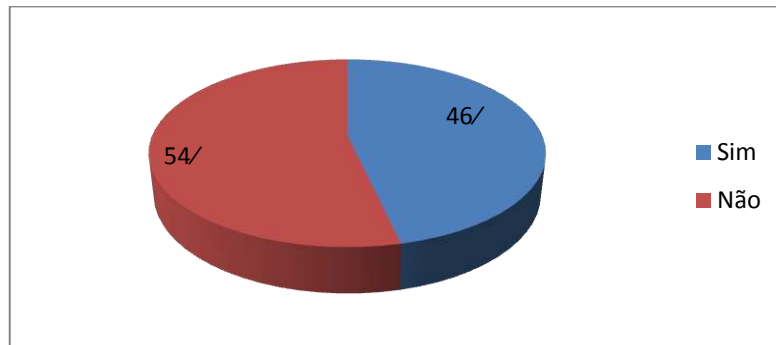
Fonte: Autor, 2016

Ao todo foram 486 indicações de eventos, o que demonstra um interesse da população em relação ao PNMTNPC o que significa uma oportunidade da administração pública construir em conjunto com as secretarias de governo e sociedade civil organizada uma agenda de atividades para o Parque Passa Cinco.

3.1.9 Ideias para o PNMTNPC

A última pergunta do questionário destinado para o grupo, cuja faixa etária é acima de 16 anos, indagou se o entrevistado tem alguma ideia que torne o Parque mais atrativo para a comunidade, do universo de 319 pessoas que informaram ter conhecimento da área 148 pessoas afirmaram ter pelo menos uma ideia para o PNMTNPC conforme apresentado na Figura 29.

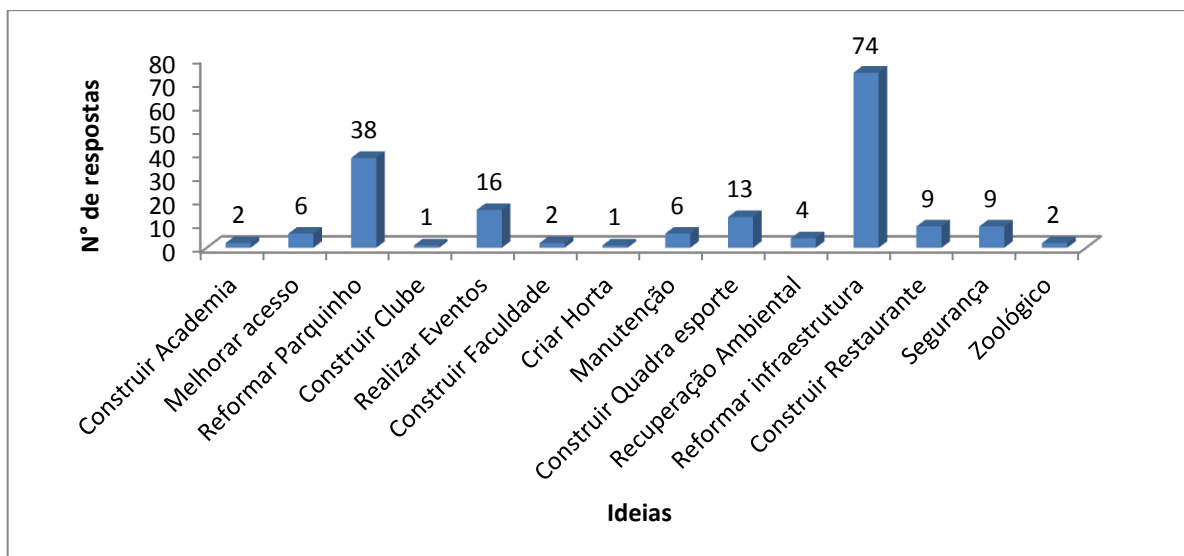
Figura 29: Número de entrevistados com ideias atrativas para o Parque



Fonte: Autor, 2016

A figura 30 apresenta as ideias que os entrevistados apontaram, observamos, novamente, o maior índice das respostas solicitando reformar as infraestruturas e, posteriormente, a reforma do “Parquinho”, brinquedos para as crianças. Algumas sugestões, como construção de um clube, faculdade e zoológico podem ser inadequadas, uma vez que a área está na categoria de Unidade de Conservação de proteção integral, tais empreendimentos descumpririam a legislação do Sistema Nacional de unidade de conservação, porém estas discussões do que pode ser uma ideia viável ou não, foram discutidas junto à comunidade nas oficinas realizadas na escola Senador Miguel Lana, os resultados estão descritos no capítulo 4.

Figura 30: Ideias com potencial de atrair as pessoas para o PNMTNPC



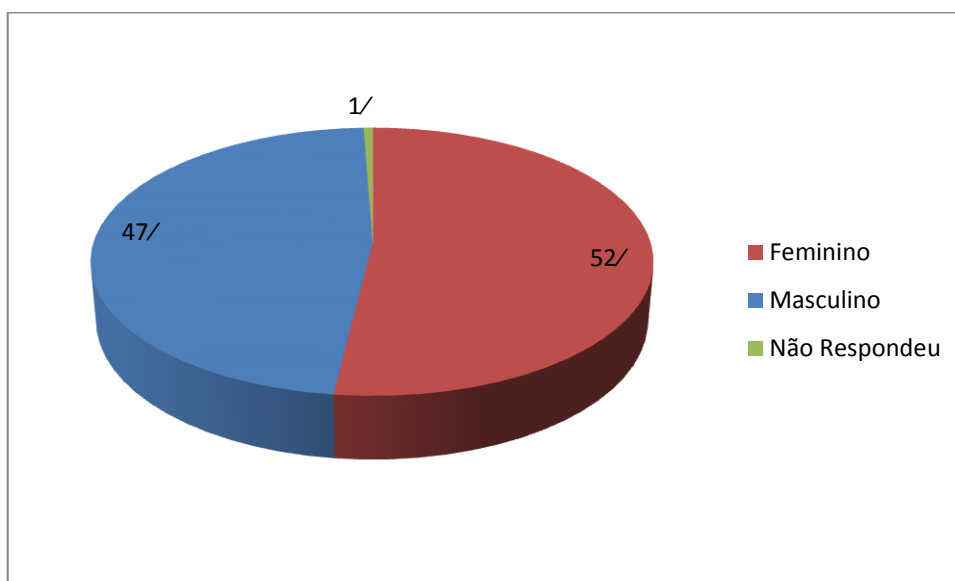
Fonte: Autor, 2016

3.2 Análise de resultados dos entrevistados com faixa etária entre 5 a 15 anos

3.2.1 Sexo, faixa etária e bairro

A figura 31 apresenta os resultados da primeira etapa do questionário que aborda questões sobre o perfil do entrevistado cuja faixa etária está entre 5 a 15 anos, são questões sobre o gênero (masculino ou feminino), idade e o bairro em que o entrevistado reside.

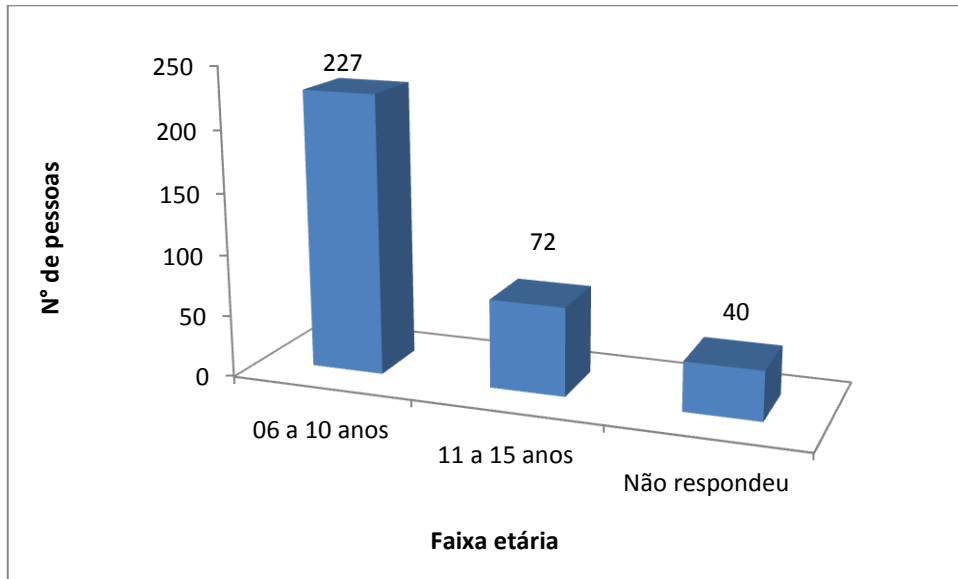
Figura 31: Sexo



Fonte: Autor, 2016

Os resultados apresentados na figura 31 demonstraram que dos 339 questionários aplicados, responderam 176 pessoas do sexo feminino e 161 do sexo masculino. Durante o processo de aplicação dos questionários nas escolas, foi definido como público alvo os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, o primeiro grupo totalizou 227 alunos com faixa etária de 06 a 10 anos, e o segundo grupo totalizou 72 alunos com a faixa etária de 11 a 15 anos, a diferença do número de alunos pode ser explicada pelo processo de evasão. Quarenta alunos não responderam a essa pergunta, os resultados estão apresentados na figura 32.

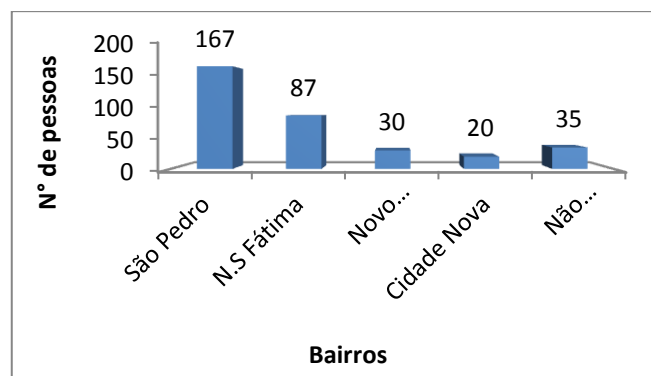
Figura 32: Faixa etária



Fonte: Autor, 2016

A figura 33 demonstra a distribuição dos entrevistados nos bairros vizinhos ao PNMTNPC, reafirmando o resultado obtido dos questionários destinados ao público com idade superior a 16 anos, também observamos uma maior concentração nos bairros São Pedro (167) e Nossa Senhora de Fátima (87), essas consideráveis diferenças em relação ao número de entrevistados que moram nos bairros Novo Horizonte (30) e Cidade Nova (20) podem ser explicadas pelo fato dos bairros apresentarem dimensões distintas, uma vez que o São Pedro e o Nossa Senhora de Fátima são bairros com maior densidade demográfica, assim, eles concentram maior número de entrevistados.

Figura 33: Distribuição dos entrevistados nos bairros vizinhos ao PNMTNPC



Fonte: Autor, 2016

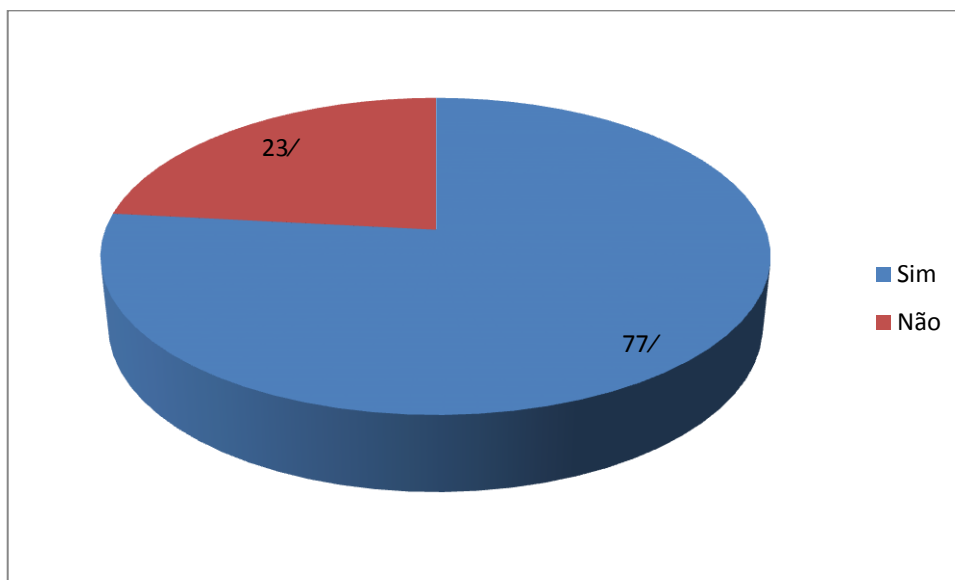
3.2.2 Conhecimento acerca da existência do PNMTNPC

Os entrevistados, ao serem questionados se já ouviram falar do PNMTNPC, conforme apresentado na figura 34, a maior parte, 260 pessoas, demonstraram ter conhecimento sobre a existência do Parque e 79 pessoas informaram desconhecimento sobre a Unidade de Conservação, comparando os resultados com o grupo de idade superior a 16 anos, observamos um aumento considerável no desconhecimento da área por parte do grupo com idade inferior a 15 anos, uma vez que, deste grupo, 23% informaram desconhecimento e do outro grupo apenas 7% indicaram que não conhecem o Parque.

Trabalhamos com a hipótese de que essa diferença percentual possa ser um reflexo da dita decadência do PNMTNPC pelos entrevistados. Uma vez que o Parque não faz mais parte do cotidiano de uma parcela da população, essa área, conseqüentemente, pode não fazer parte do cotidiano da geração mais jovem por variados motivos. Por exemplo, se o adulto não frequenta o Parque, o espaço não faz parte dos comentários cotidianos da família e/ou comunidade, conseqüentemente, se a geração mais jovem não ouve falar, nem é levada a passear no Parque, ele cairá no esquecimento e/ou no desconhecimento de sua existência pelas gerações mais jovens. Ao mesmo tempo em que esse fato possa representar um problema, ele também pode constituir uma oportunidade à medida que o “desconhecimento” possa significar um “recomeço” de valoração do PNMTNPC para as gerações mais jovens, caso ações administrativas sejam construídas através da parceria e diálogo com a comunidade

Os entrevistados que responderam que desconhecem o PNMTNPC encerraram sua participação, portanto as próximas perguntas não representam um universo de 339 pessoas, mas, sim, de 260.

Figura 34: Conhecimento acerca da existência do PNMTNPC

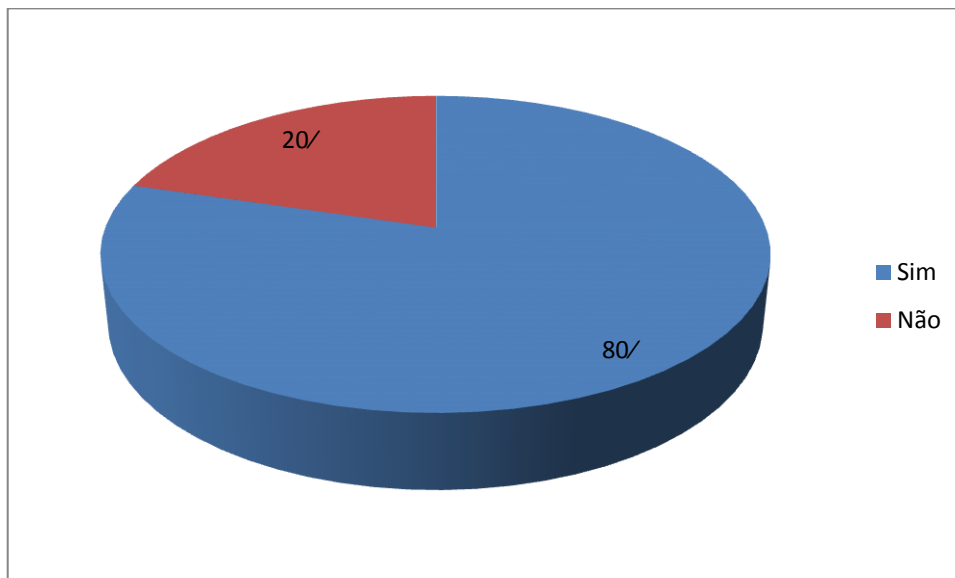


Fonte: Autor, 2016

A próxima pergunta abordou os entrevistados que demonstraram conhecimento sobre o Parque queríamos saber “se ele vai ou já foi ao PNMTNPC”, o intuito é o de separar a parcela dos entrevistados que apenas conhecem a área por ouvir falar e a parcela que conhece presencialmente o Parque. O Resultado apresentado na figura 35 demonstra que a maior parte dos entrevistados (207) tem um conhecimento da área por já ter visitado.

Comparando o resultado com o grupo de idade superior a 16 anos, observamos, também, um crescimento considerável na parcela das pessoas que nunca foram ao Parque, tendo em vista que dos entrevistados com idade superior a 16 anos, apenas 8% dos entrevistados informaram nunca ter ido ao Parque. O grupo com idade inferior a 15 anos apresentou um resultado de 20% de pessoas que nunca foram à área do PNMTNPC. Os motivos de não ir ao Parque serão discutidos em itens posteriores. A próxima análise será acerca da frequência de visita dos entrevistados que se dizem ter um conhecimento presencial do Parque.

Figura 35: Conhecimento por ter visitado o PNMTNPC

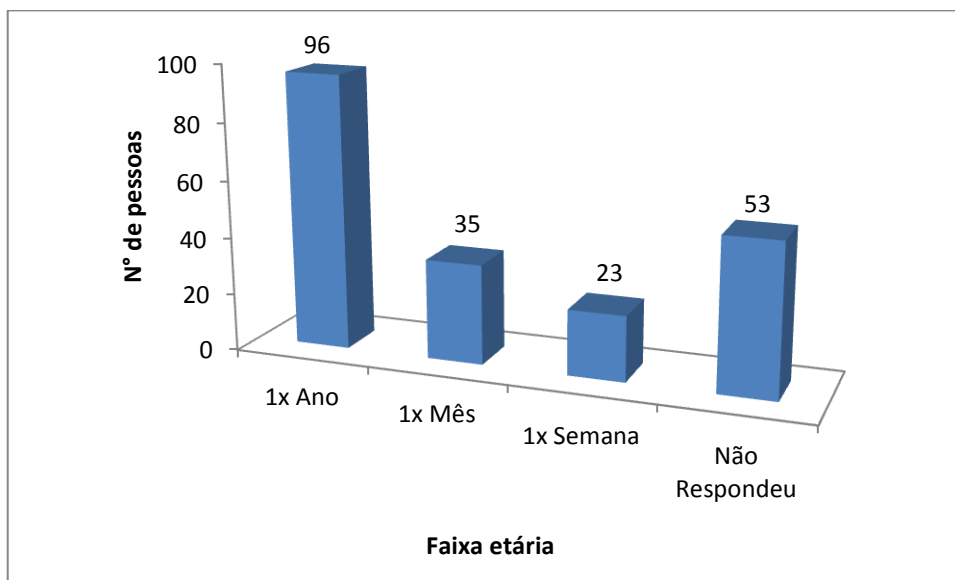


Fonte: Autor, 2016

3.2.3 Frequência ao PNMTNPC pelo entrevistado

Este item propõe apresentar os resultados acerca da frequência de visitas dos entrevistados que afirmaram ter conhecimento de forma presencial do Parque. Segundo os resultados já apresentados, 207 pessoas já visitaram o Parque, deste universo, 96 pessoas informaram que visitam o Parque pelo menos uma vez por ano, 35 pessoas pelo menos 1 vez por mês, 23 pessoas uma vez por semana e 53 entrevistados não responderam a esse questionamento, conforme pode se observar na figura 36.

Figura 36: Frequência de visitas ao Parque



Fonte: Autor, 2016

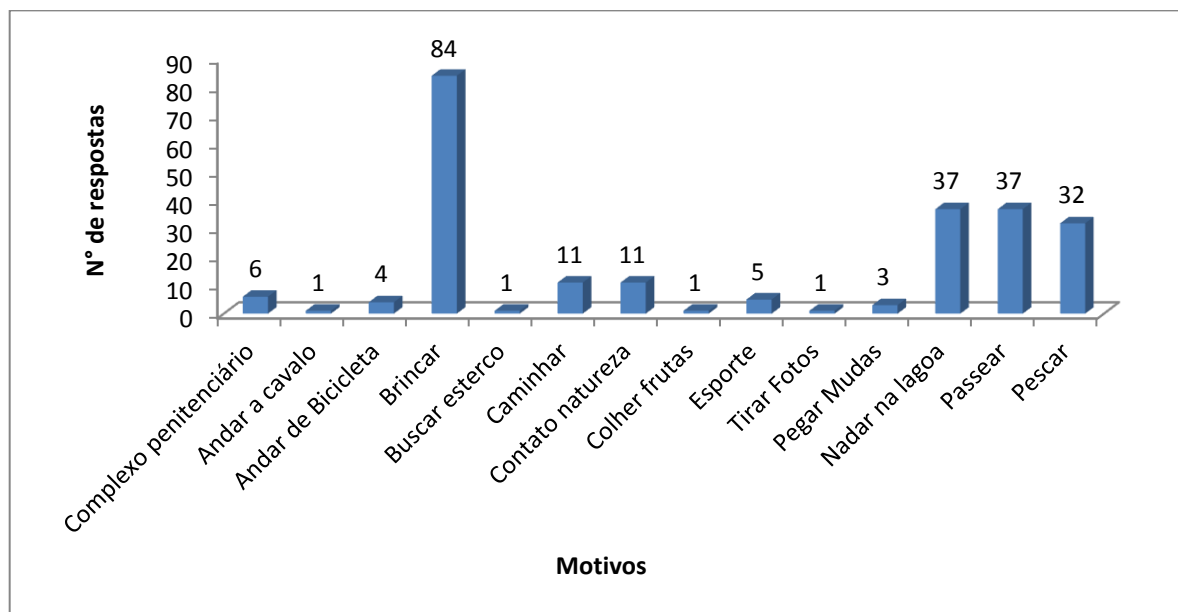
Observamos que 28% dos entrevistados, que afirmam conhecer o PNMTNPC presencialmente, mantêm uma frequência constante de ida ao Parque de pelo menos uma vez por mês, o que demonstra a relevância da área para a população dos bairros em estudo.

3.2.4 Motivos de ida ao PNMTNPC dada pelos entrevistados

A figura 35 apresentou que do nosso universo de 339 entrevistados 207 frequentam o PNMTNPC, para esse grupo foi questionado os motivos da ida ao Parque; a pergunta não se limitava a apenas uma resposta, o entrevistado teve a liberdade de apresentar quantos motivos achasse pertinentes.

A figura 37 apresenta os resultados obtidos, observamos que são diversos os motivos para a ida ao Parque, os que aparecem com maior frequência foram brincar (84), nadar na lagoa (37), passear (37), pescar (32).

Figura 37: Motivos de ida ao PNMTNPC



Fonte: Autor, 2016

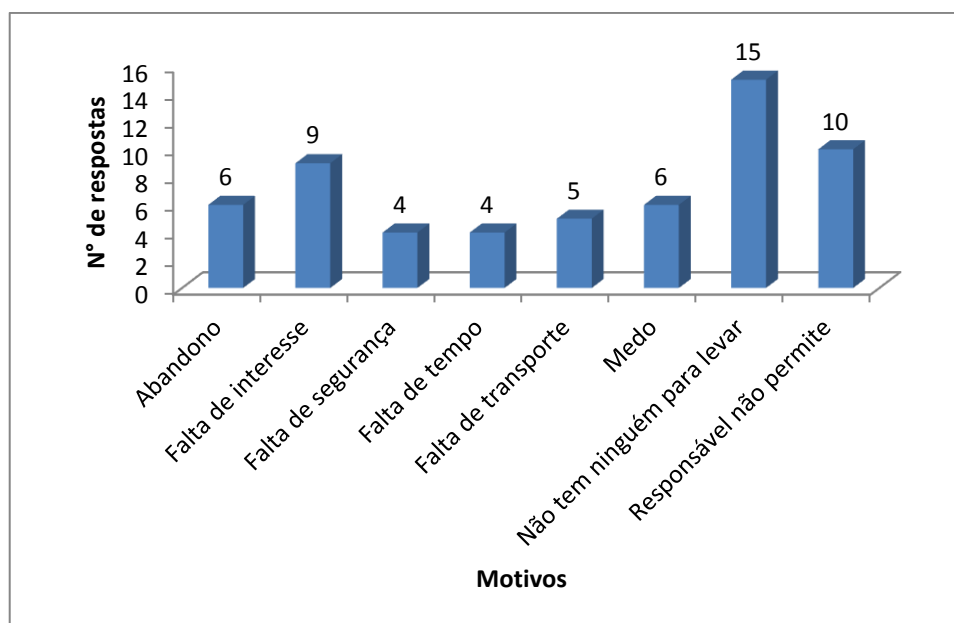
3.2.5 Motivos de não ir ao PNMTNPC

Do universo de 260 pessoas que afirmaram conhecer o PNMTNPC, 53 afirmaram não frequentar o PNMTNPC, para este grupo de indivíduos foi questionado o motivo de não ir ao Parque. É importante destacar que, para esta pergunta, todos os entrevistados apresentaram pelo menos um motivo, esse item não se limitava a apenas uma resposta, o indivíduo teve a liberdade de apresentar quantos motivos achasse pertinentes.

A figura 38 demonstra que o motivo que apareceu com maior frequência foi “a falta de alguém para levar” (15) o que pode ser uma oportunidade das escolas municipais fortalecerem o trabalho junto a SEMAM de visitas educativas no PNMTNPC, outro o motivo foi “o responsável não autoriza” (10), tais apontamentos se justificam pelos entrevistados serem menores de idade e depender da autorização ou companhia de um adulto para sair de casa. Essa indicação pode ser uma justificativa para incrementar o programa de Educação Ambiental que já acontece no Parque, nesse caso, a escola passaria a ser parceira na realização de atividades educativas na área do PNMTNPC, essa ação cria condições para que crianças e jovens conheçam a área através de aulas ministradas por funcionários do Parque e/ou professores das escolas. Quem trabalha no Parque pode estimular que o jovem cidadão se relacione com o espaço de forma a desenvolver consciência ecológica, porque o funcionário tem conhecimento sobre a importância do Parque para a saúde ambiental da cidade.

Trabalhamos com a hipótese de que quem conhece o Parque “para além das aparências”, ou seja, o cidadão que entende que o Parque é uma Unidade de Conservação e não somente área de lazer, possivelmente, desenvolverá uma relação afetiva com a área, quando há relação de afeto, há relação de proteção, de parceria.

Figura 38: Motivos de não ir ao Parque



Fonte: Autor, 2016

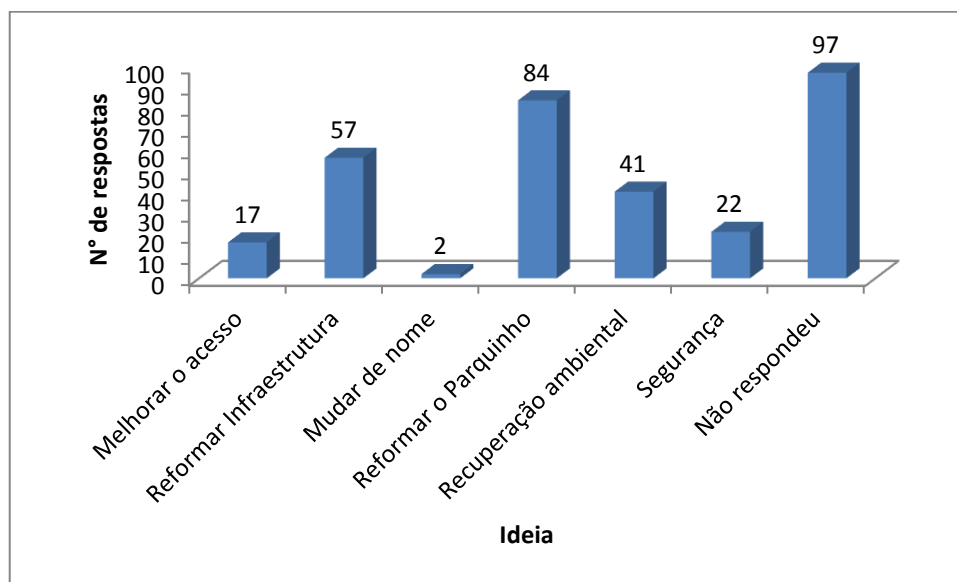
3.2.6 Sugestões de melhoria PNMTNPC pelos entrevistados

Os entrevistados foram questionados sobre o que eles acham que pode melhorar no PNMTNPC, do universo de 260 pessoas que afirmaram conhecer o Parque, 163 pessoas apresentaram pelo menos uma ideia de melhoria, 97 pessoas não responderam a essa pergunta. A questão era aberta e não limitava a apenas uma sugestão o entrevistado pôde apontar diversas propostas de melhoria, a figura 39 apresenta os resultados.

A reivindicação que apareceu com maior frequência foi a reforma do “Parquinho” (84), por este grupo estar concentrado na faixa etária de 06 a 15 anos, entendemos esses, como pessoas que têm interesse em brincar, portanto há pertinência na solicitação de melhoramentos nos equipamentos de lazer. A reivindicação não entrou em contradição, quando comparada à solicitação do grupo de faixa etária acima de 16 anos, que, também, apontou a reforma do parquinho como uma prioridade.

A preocupação com a recuperação ambiental do Parque foi mais expressiva no grupo da faixa etária de 06 a 15 anos, foram 41 indicações, o que facilita o trabalho de conscientização da importância ecológica do **PNMTNPC**.

Figura 39: Sugestão de melhoria para o PNMTNPC



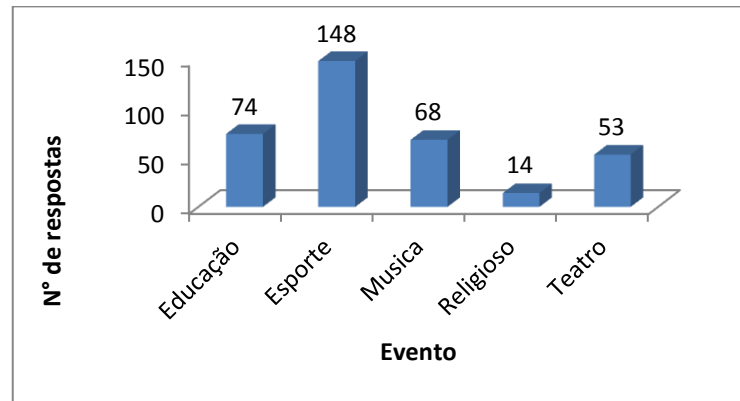
Fonte: Autor, 2016

3.2.7 Propostas de eventos no PNMTNPC apontados pelos entrevistados

Os entrevistados foram questionados sobre quais eventos que gostariam de participar no PNMTNPC, a pergunta não se restringia a uma resposta, o entrevistado teve a liberdade de apontar diversos eventos de interesse.

A figura 40 apresenta os resultados, observamos que o maior interesse dos entrevistados é em eventos na área de esportes, com 148 indicações, seguido de eventos educativos (74), Musicais (68), teatrais (53), religiosos (14), das 260 pessoas que afirmaram conhecer o Parque todas apresentaram pelo menos um evento de interesse.

Figura 40: Evento de interesse dos entrevistados



Fonte: Autor, 2016

CAPÍTULO 4 – OFICINA NA ESCOLA MUNICIPAL SENADOR MIGUEL LANA

4.1 Relato da oficina de apresentação dos resultados do diagnóstico para a comunidade

Após a conclusão do diagnóstico, foi realizada uma oficina para apresentação e discussão dos resultados obtidos, o evento contou com a presença de 24 alunos e ocorreu nos dias 09 e 10 de março de 2016, na escola municipal Senador Miguel Lana que fica localizada no bairro São Pedro do município de Ponte Nova; as figuras 41 e 42 retratam o acontecimento. Foram convidados para participar os alunos das turmas de 6°, 7°, 8° e 9° anos do Ensino de Jovens e Adultos – EJA. Solicitamos a esses alunos que convidassem, também, moradores dos bairros São Pedro, Nossa Senhora de Fátima, Novo Horizonte e Cidade Nova.

Figura 41: Oficina de apresentação dos resultados dia 09/03/2016



Fonte: Acervo do autor 2016.

Figura 42: Oficina de apresentação dos resultados dia 10/03/2016



Fonte: Acervo do autor 2016.

A oficina foi realizada em dois dias e o condutor da oficina foi o autor desta pesquisa Lucas Mattos Martins. Este capítulo pretende relatar as dinâmicas realizadas, apresentar e discutir os resultados alcançados.

A oficina teve início com uma apresentação histórica sobre o Parque Natural Municipal Passa Cinco, houve explicação sobre seu processo de criação e informamos sobre o fato de o Parque ser uma Unidade de Conservação, elucidamos para o público o que vem a ser Unidade de Conservação. Ainda na 1ª etapa, um mapa de localização do Parque, indicando os limites do seu território, foi projetado através de data show. Enfatizou-se os trechos em que o Parque faz limite com os bairros vizinhos, esse fator gerou uma boa interação com os convidados, eles demonstraram bastante interesse em visualizar suas moradias na imagem. Esta atividade contribuiu significativamente para clarear entre os participantes a localização geográfica do Parque. Ao longo da oficina, o pesquisador foi registrando alguns comentários, neste momento específico foram identificados os seguintes comentários:

“Nossa...! eu não sabia que o meu bairro São Pedro ficava tão perto do Parque.”

“Meu deus quanto mato ainda tem no Parque...”

“Olha, se eu trabalhasse no Parque dava para ir a pé para o serviço.”

“Olha aqui... essa foto tá certa, minha rua dá bem de frente com o bambuzal do Parque.”

Durante este momento de comentários o condutor da oficina refletia e discutia sobre as questões e observações levantadas pelos participantes, por que será que um aluno espantou-se ao pronunciar “quanto mato **ainda** tem no Parque”, Veja que o aluno usou o advérbio

“ainda”, isso faz supor que ele acreditava que o Parque estivesse desmatado. O condutor explicou que o Parque encontra-se em fase de regeneração e que ainda têm uma cobertura vegetal de 80% portanto podemos considerar que a área têm um potencial para a preservação da fauna e da flora.

O 1º comentário afirma “não sabia que o meu bairro ficava tão perto do Parque”; nessa fala há a possibilidade para conscientização de se morar em local privilegiado, o bairro é vizinho de uma Unidade de Conservação, foram discutidos os privilégios de ser vizinho de uma UC. Durante esta discussão levantou-se como privilégios a questão de estar próximo de uma área considerável saudável, o parque como um espaço de lazer, oportunidade de trabalho na área.

Após esta etapa introdutória, foi perguntado para os presentes se todos haviam recebido na escola um questionário, contendo perguntas que contemplavam como tema o PNMTNPC. A maioria dos participantes respondeu que receberam e que já haviam respondido. Então, foi explicado aos presentes que as respostas foram tabuladas e que elas seriam apresentadas a fim de serem discutidos os resultados.

Utilizou-se o data show para projetar os gráficos gerados pela tabulação dos questionários, durante a apresentação o pesquisador propôs a discussão acerca dos resultados.

Ao ser projetada a figura 23, que apresenta os motivos de ida ao Parque, o pesquisador mostrou que lazer, pescar, caminhar e nadar na lagoa são atividades ligadas ao divertimento e que elas foram as mais citadas como motivo para frequentar o Parque. Após essa observação, o pesquisador indagou se os participantes tinham o conhecimento dos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, o que gerou alguns comentários como:

“Eu sempre pensei que lá fosse um Parque, e Parque é pra gente se divertir, nem sabia que também era uma Unidade de Conservação.”

“... Mas o nome é Parque Passa Cinco, não tem nada de conservação lá”

“A comunidade é muito carente de área de lazer, por isso vamos muito na lagoa do Passa Cinco para divertir”

“... lá não tem é mais nada, antes você tinha que ver que bonita a piscina que tinha lá”

“ A prefeitura não tá querendo fechar a área não, né?”

O pesquisador aproveitou as falas dos presentes e explicou que o nome Parque Natural é uma denominação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e que os objetivos gerais do Passa Cinco são os de resguardar os atributos excepcionais da natureza na região; dar proteção integral à flora, fauna e aos demais recursos naturais; utilizar o espaço para fins educacionais, científicos, recreativos e turísticos. Ou seja, o pesquisador quis elucidar\informar\conscientizar sobre o fato de que o Parque tem função de atender à demanda por atividades recreativas, mas também tem função de conservar os recursos naturais que ali existem. Neste momento, com objetivo de auxiliar na discussão acerca da importância ecológica do Parque para a região, foi projetada a figura 43 que apresenta imagem aérea do Parque.

Figura 43: Imagem aérea do Parque Natural Municipal Tancredo Neves



Fonte: Fotografia Isabella Ottoni

O pesquisador propôs uma interpretação em conjunto com os participantes da referida imagem aérea. Os participantes observaram que na área em que o Parque está localizado há

uma vegetação densa e bonita, que o contorno do rio possui mata; perceberam, também, que a área não pertencente ao Parque encontra-se devassada, falaram da existência de uma estrada bem próxima ao rio, viram que o contorno do rio possui menor quantidade de vegetação em relação à área pertencente ao Parque; comentaram sobre o frescor do Parque, de como é bom caminhar protegido do sol; perceberam a intensidade do sol na área que não pertence ao Parque, comentaram que trabalhar naquele sol devia ser muito “duro”.

Concomitante às considerações feitas pelos alunos, o pesquisador ia falando um pouco sobre a importância da mata preservada para o micro clima dos bairros em que os participantes moram; sobre a importância da mata para a preservação dos recursos hídricos, deu-se destaque às lagoas do Passa Cinco, em que as pessoas podem nadar com tranquilidade, porque suas águas são limpas.

Após a conversa, os participantes se demonstraram mais sensibilizados em relação à importância de se cuidar do Passa Cinco. Foram registrados os seguintes comentários:

“Nossa, eu não sabia que o Passa Cinco tinha essa riqueza toda...”

“... se faltar água no rio Piranga a gente pode pegar água do Parque”

“Temos que vigiar para as pessoas não queimarem isso tudo...”

“Isso aí é uma mentira, lá não tem mais árvore o pessoal já tirou tudo pra fazer lenha.”

Após finalizar a discussão acerca dos motivos de se frequentar o Passa Cinco, foram apresentados os motivos das pessoas não frequentarem o Parque. Analisando a figura 24 os participantes puderam observar que, dentre os motivos de não ir ao Parque, destacou-se a opinião de que “A área está abandonada”. O pesquisador convidou os participantes a expressarem suas opiniões sobre o assunto. Foram registrados os seguintes comentários:

“ Isso é verdade mesmo moço, a prefeitura não cuida mais de lá, fica tudo jogado.”

“O parquinho já tá velho, tá perigoso para as crianças, tá tudo abandonado.”

“Não tem nada lá, só tem mato, um abandono geral.”

“Esse povo de hoje em dia não quer mais saber de mato não, só querem ir para praça de Palmeiras”

“Não tem nada para fazer lá, podia ter umas barraquinhas que aí parava de ficar tão abandonado lá.”

“O parque fica tão abandonado que os criminosos tomaram conta, você sabia que já jogaram mortos nas lagoas?”

Percebe-se pela fala dos participantes do encontro e pelos resultados apresentados no diagnóstico que o motivo “abandono” pode ser percebido através de dois aspectos:

- ✓ O primeiro, por parte do poder público, que, ao longo do tempo, escasseou recursos financeiros e humanos destinados à gerência do Parque, o que resultou na precarização da infraestrutura existente, o tão citado “Parquinho” é exemplo desse abandono.
- ✓ O segundo, por parte do usuário do espaço, que abandonou o Parque em função da falta de manutenção das áreas de lazer.

Através de nossas vivências como cidadãos, sabemos que, no decorrer do tempo, outras formas de lazer se difundiram, por exemplo, o acesso à televisão, ao computador, à internet passou a ser opção de entretenimento, que, às vezes, pode ser concorrente a visitas em áreas como o PNMTNPC. Assim, o abandono do poder público e as contemporâneas formas de lazer podem apontar caminhos para explicar a ocorrência do motivo da não ida ao Parque pelo motivo “falta de interesse” apresentado na figura 24.

Durante a conversa com os participantes da oficina foi possível constatar que eles chegaram à conclusão de que o motivo abandono do Parque tem dois lados, um por parte da prefeitura e outro por parte da população e que esses “lados” se retroalimentam, ou seja, a população abandona a área, conseqüentemente, a prefeitura também a abandona. O pesquisador aproveitou a conclusão a que os participantes chegaram e perguntou: “Caso a prefeitura inicie um programa de revitalização das estruturas e incentive eventos nas áreas de educação, esporte, lazer e conservação no Parque, a falta de interesse por parte da comunidade diminuiria?”. Foram registrados os seguintes comentários:

“Se a Prefeitura colocar uma escola de educação ambiental no local vai ser uma boa coisa para nossa comunidade.”

“A prefeitura podia colocar um transporte público para levar as pessoas para o parque, iria aumentar muito as visitas no parque.”

“A prefeitura precisa pensar, também, na questão da segurança, não adianta nada reformar a área toda se tem algumas pessoas da comunidade que destroem tudo, tem que ter vigias.”

“Se as secretarias da prefeitura começarem a fazer eventos no Parque muitas pessoas vão querer frequentar o Passa Cinco”

“Nossa comunidade tem pouca opção de lazer, ia ser ótimo ver o parque funcionando, ia ser muito bom para a comunidade”

“Eu acho o parque muito bonito é o único lugar que ainda a água não tá suja, as árvores são muito bonitas, eu gosto de ir no parque para ver os ipês, a prefeitura tem que tomar cuidado para não sujar muito o parque também.”

Fica claro, tanto nos comentários dos participantes da oficina, quanto na análise dos resultados do diagnóstico, que existe interesse pelo PNMTNPC por parte da população. O que falta é a gerência do Parque traçar planos que proponham ações de revitalização da área, e, também, pensar formas de envolver a comunidade no processo de construção e execução das ações de revitalização, para que se estanque o ciclo de abandono tanto por parte do poder público quanto da comunidade Pontenovense.

No decorrer da oficina, os participantes se empolgavam, quando estimulados em apresentar suas ideias acerca do PNMTNPC. Quando a figura 30, que trata de “Ideias com potencial de atrair as pessoas para o PNMTNPC”, foi apresentada, o pesquisador perguntou aos presentes se eles gostariam de indicar ideias que atrairiam as pessoas para a área. Foram indicadas as seguintes propostas:

“Realizar a semana de meio ambiente das escolas no Parque”

“Realizar treinamentos da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros no Parque”

“Propor um campeonato de futebol do Parque”

“Instalar bebedouros no Parque”

“Criar um ponto final de ônibus próximo à entrada do Parque”

“Cercar toda a área de mata do Parque”

“Proteger as nascentes do Parque”

“Contratar mais funcionários para o Parque”

O pesquisador e gestor do PNMTNPC explicou que a maioria das ideias apresentadas no diagnóstico é possível de ser realizada, porém, algumas não vão ao encontro aos objetivos de conservação (assunto comentado durante a conversa). Foi explicado que, por exemplo, a construção de um clube e a instalação de um zoológico, exigiria corte massivo de espécies

arbóreas para construção de novas infraestruturas. Foi discutido que é preciso pensar ações que estejam em harmonia com os objetivos de uma Unidade de Conservação. Neste momento, foi oportuno apresentar a estrutura do Conselho Consultivo do PNMRNPC.

Foi explicado para os participantes que o Parque possui um Conselho Consultivo que tem função de discutir e propor ações para o funcionamento e gerenciamento do Parque, este conselho foi constituído por meio do decreto nº 9.434/2014, a lei designa que, no processo de discussão, haja participação de representantes de entidades públicas, de organização da sociedade civil, de associações dos bairros do entorno do Parque e de iniciativa privada.

Foi explicado, também, que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente é responsável por presidir a reunião e dar condições de funcionamento para o Conselho, informou-se que as reuniões acontecem uma vez a cada três meses, mas que a frequência das entidades que representam a população ainda é baixa. O pesquisador falou aos participantes sobre a necessidade de maior presença de representantes da população, para que o Conselho seja a entidade responsável pela união e pelo diálogo entre poder público e cidadão. O pesquisador enfatizou, ainda, que o Conselho precisa ser um fórum representativo porque ele discute sobre as melhorias a serem realizadas no Parque, sobre fiscalização e verificação do cumprimento das metas traçadas, sobre o fato de os objetivos de conservação do Parque estarem sendo ou não respeitados.

Após a explicação sobre “o que é”, “como funciona” e “quais são as responsabilidades do conselho e seus objetivos”, foi apresentado para os participantes da oficina o resultado de um trabalho desenvolvido em parceria com o Conselho Consultivo do PNMTNPC, SEMAM, Universidade Federal de Viçosa que deu origem ao Plano de Manejo, que é um instrumento de gestão do Parque.

Esse evento foi oportuno para apresentar o resultado de uma discussão interna do Conselho Consultivo do Parque acerca das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades que permeiam o Parque. As conclusões advindas dessa discussão interna estão listadas nas figuras 44 e 45.

Figura 44: Forças e fraquezas, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Forças	Fraquezas
Importância biológica	Falta de controle na circulação de veículos E PESSOAS dentro da UC
Atributos naturais	Conselho não consolidado
Regularização fundiária	Falta de quadro próprio de pessoal
Enquadramento - ICMS Ecolog.	Quadro de pessoal insuficiente
Produção hídrica	Falta de manutenção das cercas
Potencial para lazer	Falta de treinamento para combate à incêndios
Conselho constituído	Falta de equipamentos para combate à incêndios
Presença do IF em Ponte Nova	

Fonte: Plano de Manejo PNMTNPC, 2015.

Figura 45: Ameaças e Oportunidades, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Ameaças	Oportunidades
Proximidade da penitenciária	Parceria com a penitenciária
Instabilidade política quando na mudança de gestão	Presença de empresas de médio e grande porte na cidade
Viveiro como ponto de irradiação de espécies exóticas	Elaboração do Código Ambiental Municipal
Entrada de gado na área do parque	Interesse da comunidade em prestar serviços dentro da UC
Captura de pássaros	Possibilidade de expansão da área do parque
	Viveiro como fonte de recursos financeiros para a UC
	Viveiro como produtor de mudas para a RAD da UC

Fonte: Plano de Manejo PNMTNPC, 2015.

Após a apresentação da figura acima, o pesquisador projetou, novamente, as ideias de melhorias coletadas nos questionários a fim de serem lembradas, deu-se início a uma conversa com os participantes da oficina. O desafio foi o de analisar e refletir sobre o fato de as propostas coletadas nos questionários serem desencadeadoras de ações capazes de impactar positivamente aquilo que foi apresentado em “forças, fraquezas, ameaças e oportunidades do PNMTNPC”.

Os participantes, em conjunto com o pesquisador, agruparam as ideias apresentadas nos questionários, associando-as aos pontos elencados pelo Conselho Consultivo do Parque, a atividade gerou o seguinte resultado:

- 1 - Investir em limpeza, educação dos usuários, em ações de recuperação ambiental e manutenção vai avigorar as “forças” denominadas como: importância biológica e atributos naturais do Parque.
- 2 - Construir brinquedo para as crianças, promover eventos e construir quadras, darão novas dimensões à “força” denominada como: potencial para o lazer no Parque.
- 3 – Construir guaritas, investir em infraestrutura e recursos humanos, para controle de entrada no Parque contribuirá para minimizar a fraqueza de Falta de controle na circulação de veículos e pessoas dentro da UC.
- 4 – Recuperar as cercas do Parque contribuirão para minimizar a ameaça de entrada de gado na área do Parque.
- 5 – Investir na educação dos usuários e no controle de entrada contribuirá para minimizar a ameaça de captura de pássaros.
- 6 – Buscar parceria com o Corpo de Bombeiros, disponibilizando a área para treinamento e ministrar cursos dirigidos aos usuários sobre combate a queimadas, contribuirá para minimizar a falta de treinamento e de técnica para o combate a incêndios.
- 7 – Cercar e proteger as nascentes fortalecerá a produção hídrica do Parque.
- 8 - Investir em disponibilização de mão de obra, estimulará a oportunidade de a comunidade prestar serviços no e ao Parque.

9 – Investir na melhoria do acesso do Parque contribuirá com o aumento do interesse de visitar o Parque.

10 – Investir em segurança contribuirá para minimizar as fraquezas de falta de controle na circulação, ameaça de captura de pássaros e entrada de gado na área do Parque.

Ao fim deste exercício de associação, o orientador da oficina apresentou para os participantes a figura 46 que apresenta a visão e a missão do PNMTNPC, definida pelo Conselho Consultivo do Parque.

Figura 46: Visão e Missão, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

VISÃO ONDE QUEREMOS CHEGAR? O QUE QUEREMOS SER?	MISSÃO QUAL NOSSO COMPROMISSO HOJE?
SER REFERÊNCIA EM PRESERVAÇÃO, REALIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL, DE RECREAÇÃO EM CONTATO COM A NATUREZA E DE TURISMO ECOLÓGICO	GARANTIR A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO PARQUE E PROPICIAR LAZER, RECREAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FORMA HARMONIOSA

Fonte: Plano de Manejo PNMTNPC, 2015.

Os participantes consideraram como muito boas e importantes as informações contidas em “visão” e “missão”. O pesquisador perguntou aos participantes da oficina: “Vocês acreditam que, caso os administradores da Prefeitura de Ponte Nova trabalhem em conjunto com a população em ações sugeridas no exercício anterior, seria possível o Parque caminhar em direção à “visão e missão” propostas pelo Conselho?” A maioria dos participantes concordou que era possível alcançar esses objetivos, algumas pessoas se demonstraram céticas, foi possível registrar as seguintes opiniões:

“O Problema que o povo não sabe respeitar o que está na rua, você viu essa pracinha do lado da escola? Já tem banco quebrado, lá no Parque vai ser pior ainda.”

“Eu não tenho que trabalhar para a prefeitura não, ela tem que fazer é tudo sozinha.”

“A polícia não consegue vigiar a rua, você acha que ela vai vigiar o Parque?”

“O Problema é que, quando muda de Prefeito, muda tudo e aí?”

Tendo em vista o comentário “O Problema é que, quando muda de Prefeito, muda tudo e aí?” o coordenador da oficina entrevistou e explicou sobre a importância de fortalecer o Conselho Consultivo do Parque, explicando que os prefeitos, vereadores são passageiros, mas as pessoas envolvidas nas instituições públicas e privadas, na organização da sociedade civil, nas associações de moradores dos bairros vizinhos do Parque permanecem. O Conselho exercendo a função de fórum de discussão sobre o Parque adquire uma força que permite cobrar e fiscalizar os governos que se sucedem.

Foram projetadas para os participantes da oficina as figuras 47, 48 e 49, nelas estão listados os objetivos de curto, médio e longo prazo, definidos pelo Conselho Consultivo.

Figura 47: Objetivos de curto prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Objetivos de curto prazo	
1.	Elaboração de Código Ambiental de proteção/preservação do parque
2.	Inserir a comunidade em ação teóricas /práticas com relação ao parque
3.	Institucionalizar quadro próprio de pessoal, preparado para trabalhar no parque
4.	Criação de brigada de incêndio, plano de combate e aquisição de equipamentos de combate a incêndio
5.	Criar a Identidade Visual do Parque(Logomarca, Mascote, Design Gráfico)
6.	Promover a segurança para garantir investimento
7.	Catologação das espécies existentes do parque
8.	Levantamento de áreas passíveis de serem incorporadas ao parque.
9.	Divulgar os benefícios que a conservação do Parque pode proporcionar a população Pontenovense
10.	Reformar as Cercas do Parque
11.	Promoção de eventos esportivos
12.	Consolidar o conselho
13.	Instalação de câmeras de segurança
14.	Criar um viveiro de mudas com fins medicinais
15.	Elaborar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação
16.	Investir na sinalização no perímetro urbano para indicar os acessos do Parque
17.	Sinalizar e nomear todas as trilhas do Parque
18.	Levantamento das áreas degradadas do Parque
19.	Recuperar as portarias de entradas
20.	Elaborar Plano de controle de visitantes

Fonte: Plano de Manejo PNMTNPC, 2015.

Figura 48: Objetivos de médio prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Objetivos de médio prazo	
1.	Firmar parcerias de investimentos com empresas de pequeno, médio e grande porte da cidade e região
2.	Desenvolver atividade através de parcerias com escolas a fim de se trabalhar a Conservação do Parque
3.	Fortalecimento do Conselho
4.	Estabelecer calendário anual de atividades sócio-culturais
5.	Estudar formas de geração de renda para o parque
6.	Criação de atrativos para atrair público, corrida de aventura, ciclismo, remo e etc.
7.	Exploração econômica do viveiro de mudas
8.	Parcerias com entidades (Creas, Penitenciária,..) que possam conceder voluntários para trabalho no Parque
9.	Conscientizar todos, principalmente moradores ao redor do Parque de sua importância, para nossa cidade
10.	Ampliar o quadro de funcionários e Investir na qualificação dos funcionários do Parque
11.	Investir em iluminação na estrada principal e entrada do Parque
12.	Consolidar parcerias com instituições de ensino da região para promover trabalhos científicos na área do Parque
13.	Executar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação
14.	Recuperar a área de lazer e Regularizar a Pesca
19.	Desenvolver estudos para criação de corredores ecológicos ligando outros fragmentos ao Parque
20.	Atualizar a metodologia de produção de mudas do Viveiro
21.	Consolidar Parceria com o Complexo Penitenciário para regularizar trabalhos de reeducando na área

Fonte: Plano de Manejo PNMTNPC, 2015.

Figura 49: Objetivos de médio prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Objetivos de longo prazo	
1.	Expansão do Parque.
2.	Presença de unidade do Instituto Federal de Minas Gerais nos limites do Parque
	Presença de unidade do Instituto Estadual de Florestas nos limites do Parque
3.	Inserir a comunidade local no contexto da preservação, criando perspectivas rentáveis e lazer ambiental
4.	Parque economicamente sustentável
5.	Fazer estudo detalhado sobre impactos ambientais ocasionados pela circulação de veículos e pessoas
6.	Regulamentar o Parque (Conselho, Regimentos) para que mudanças de governo não inviabilizem a gestão.
7.	Recuperação de áreas degradadas / Combate a espécies invasoras
8.	Criação de ações para preservação da Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação
9.	Contratar Segurança Terceirizada
10.	Incluir o Parque nos roteiros turísticos estaduais de Unidade de Conservação

Fonte: Plano de Manejo PNMTNPC, 2015.

Após apresentação dos objetivos foi decidido que as ações propostas durante o exercício da oficina seriam encaminhadas para o Conselho Consultivo, para que elas passem por apreciação a fim de serem acrescentadas ao plano de ação. Todos os participantes da oficina foram informados de que as reuniões do Conselho são públicas e que, caso tenham interesse em participar, basta solicitar a agenda de reuniões do Conselho na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O 1º dia de oficina foi encerrado após esta comunicação.

O Segundo dia da oficina teve como objetivo apresentar e discutir acerca das infraestruturas que já existem no Parque e as atividades que já são desenvolvidas, discutir o Mapa de Zoneamento do PNMTNPC e apresentar e discutir a proposta de reforma das infraestruturas que foi elaborada pelo Arquiteto e Urbanista Luciano Caetano.

A oficina começou com breve comentário sobre o que foi discutido no primeiro encontro. A partir da análise dos resultados das discussões, feitas em conjunto com o pesquisador e participantes da oficina no dia anterior, e do que foi possível observar dos resultados do relatório diagnóstico, ficou evidente que existem demandas significativas por parte da comunidade acerca da necessidade de melhoria da infraestrutura do Parque; com destaque para a disponibilização de brinquedos para as crianças no, já citado, “Parquinho”. Também se destacam como prioridades o investimento em segurança e realização de eventos. O Principal motivo das pessoas não frequentarem o Parque já está claro, é o abandono em que se encontra o Parque.

Assim, o coordenador da oficina comentou com os participantes: “Já que existe demanda por melhoria nos serviços básicos do Parque, precisamos conhecer as infraestruturas já existentes, concordam?” Todos participantes apoiaram o ponto de vista do coordenador e iniciou-se a apresentação física do Parque no que diz respeito ao assunto em pauta.

Imagens das infraestruturas do Parque foram projetadas para os participantes. Durante as projeções o coordenador da oficina foi dissertando sobre o atual estado de conservação das mesmas, a título de exemplo, podemos observar na figura 50 o complexo administrativo:

Figura 50: Sede Administrativa do PNMTNPC

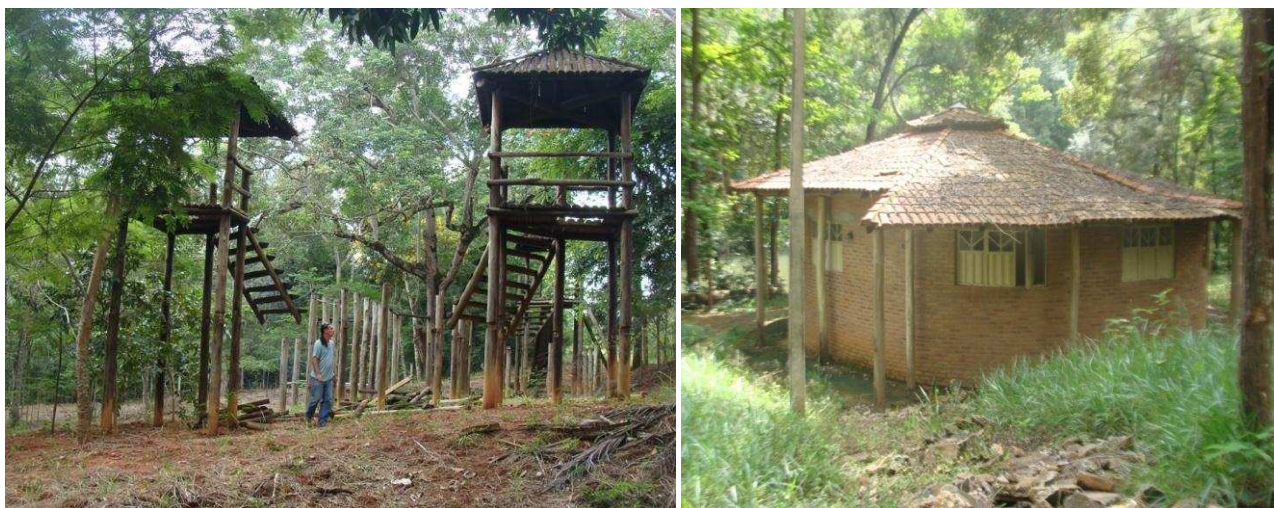


Fonte: Acervo do autor 2015

Conforme pode ser observado na figura 50, a sede encontra-se desativada por falta de condições mínimas de uso, portas, janelas e telhados foram depredados e/ou danificados em função da ação do tempo; porém, a laje e as paredes não estão comprometidas, sendo possível uma recuperação. Atualmente a sede do PNMTNPC funciona na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ponte Nova, que fica localizada em terreno externo ao perímetro do Parque.

A figura 51 e 52 apresenta o complexo de lazer, o Parquinho, quadra de areia e uma estrutura de lanchonete uma lanchonete.

Figura 51: Parquinho e Lanchonete



Fonte: Autor, 2015

Figura 52: Quadra de Areia



Fonte: Autor, 2015

Os brinquedos do Parquinho encontram-se totalmente danificados, sem condições de usos, todos os brinquedos têm como matéria prima a tora de eucalipto, pode ser pensado no reaproveitamento de algumas toras que ainda estão em bom estado de conservação.

A infraestrutura da Lanchonete (figura 51) apresenta portas, janelas e telhados degradados, atualmente não funciona uma lanchonete no local. A quadra de areia encontra-se em condições para ser utilizada, ao fundo da figura 52 observamos uma das lagoas do Parque que são utilizadas para a prática de pescaria, durante o dia a dia do Parque é possível observar filhos dos pescadores brincando na quadra de areia.

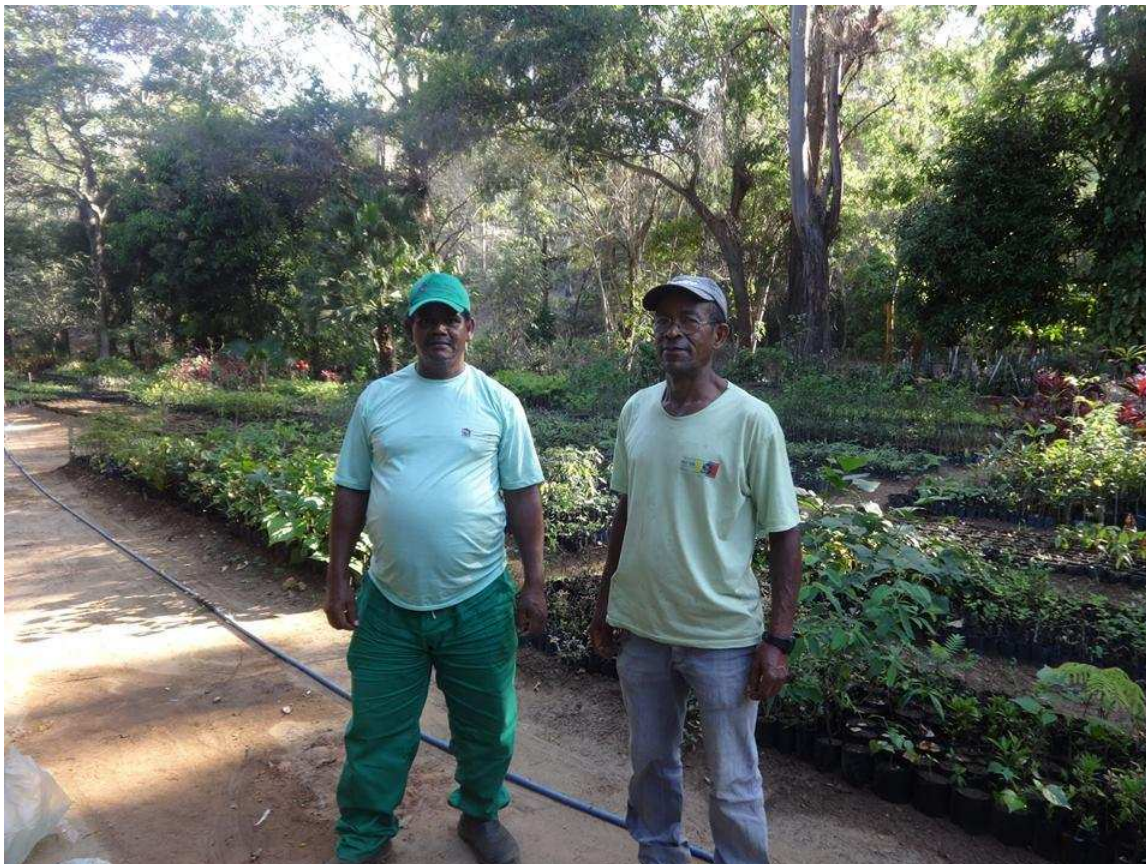
O Fato da sede administrativa, a lanchonete e o Parquinho estarem desativados e danificados, pode ser um fator que contribua, significativamente, para a sensação de abandono registrada com bastante frequência no diagnóstico. As figuras 53 e 54 retratam a sede do viveiro de mudas do PNMTNPC.

Figura 53: Sede Viveiro de Mudanças do PNMTNPC



Fonte: Acervo do autor 2016

Figura 54: Funcionários Geraldo Nonato e Olímpio Alves do PNMTNPC no canteiro das mudas



Fonte: Acervo do autor 2016

A sede do viveiro de mudas encontra-se em bom estado, atualmente o viveiro encontra-se em atividade, funcionando de segunda a sábado, lá trabalham cinco funcionários em tempo integral. As mudas produzidas no viveiro são destinadas para a arborização urbana do município de Ponte Nova, as mudas nativas são destinadas para recuperação de áreas do município e/ou doadas para produtores rurais da região.

Foi explicado para os participantes da oficina que atualmente o setor do viveiro de mudas é o setor onde se concentra os recursos humanos do Parque, a demanda de trabalho para a produção, manutenção e destinação final das mudas estão a cargo de cinco funcionários, um coordenador do viveiro e quatro auxiliares de serviços gerais, fora esses profissionais o Parque conta com apenas mais um funcionário que é o Gestor do PNMTNPC. Foi explicado, também, que os objetivos da gestão do Parque vão além da manutenção do viveiro de mudas, assim, o número de funcionários do Parque é insuficiente para atuar nas diversas demandas exigidas na administração de um parque.

O coordenador da oficina ressaltou que, apesar do viveiro de mudas absorver grande quantidade de horas do expediente, foi traçada uma rotina de trabalho para que os funcionários atuem em outras atividades como:

- ✓ o combate a espécies invasoras, trata-se do controle do capim gordura e a brachiaria por meio de capinas e plantio direto de espécies nativas (Figura 55).
- ✓ Manutenção de cercas.
- ✓ apoio a projetos científicos (Figura 56).
- ✓ rotina de vistorias nas estradas e trilhas do Parque.
- ✓ apoio ao projeto de educação ambiental e eventos realizados no PNMTNPC.

Figura 55: Início e Resultados preliminares de projeto de recuperação de áreas degradadas do PNMTNPC.



Fonte: Acervo do autor, 2015.

A figura 56 ilustra um pouco da referida rotina dos trabalhadores do Parque. Na ocasião, o coordenador do viveiro de mudas Olímpio Alves, exerceu a função de guia, acompanhando a aluna de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Viçosa, Luísa Faria que está desenvolvendo um trabalho de monitoramento das nascentes do PNMTNPC.

Figura 56: Monitoramento das Nascentes do PNMTNPC



Fonte: Autor 2016

Após a amostragem das infraestruturas existentes no Parque, das condições de funcionamento delas, e de, principalmente, conversar sobre as atividades que já acontecem no espaço, o coordenador da oficina perguntou aos Participantes se havia clareza em relação ao fato de a função do Parque ir além de ser uma área reservada ao lazer.

Os participantes demonstraram que compreenderam a importância de realizar investimentos nas diversas frentes, que não somente a reforma do “parquinho”, investimentos tais como estímulo a pesquisas de cunho científico, reforma da infraestrutura básica para o funcionamento do setor administrativo, proteção da biodiversidade do Parque, contratação de novos funcionários. Neste momento de reflexão foi possível registrar os seguintes comentários e contribuições:

“Eu não sabia que os funcionários do parque trabalhavam com tanta coisa diferente, é um trabalho importante.”

“Eu acho muito legal a secretaria estar realizando pesquisas em parecerias com Universidade é preciso a gente conhecer o que temos e apresentar nas escolas para o povo dar mais valor para o Parque.”

“A Secretaria podia investir mais nas estruturas para começar a ter aulas com os alunos todo dia no Parque, isso iria aumentar o número de visitas e mais pessoas vão conhecer o trabalho que acontece lá”

“Eu não tinha nem ideia que as flores e as árvores da praça de Palmeiras eram feitas no Parque, é muito importante a gente cuidar do Parque para que ele continue com o plantio de árvores na cidade”

“O Problema é que sem um vigia não adianta nada reformar, o povo é muito sem educação eles destroem tudo, fiquei impressionado em ver tudo quebrado”.

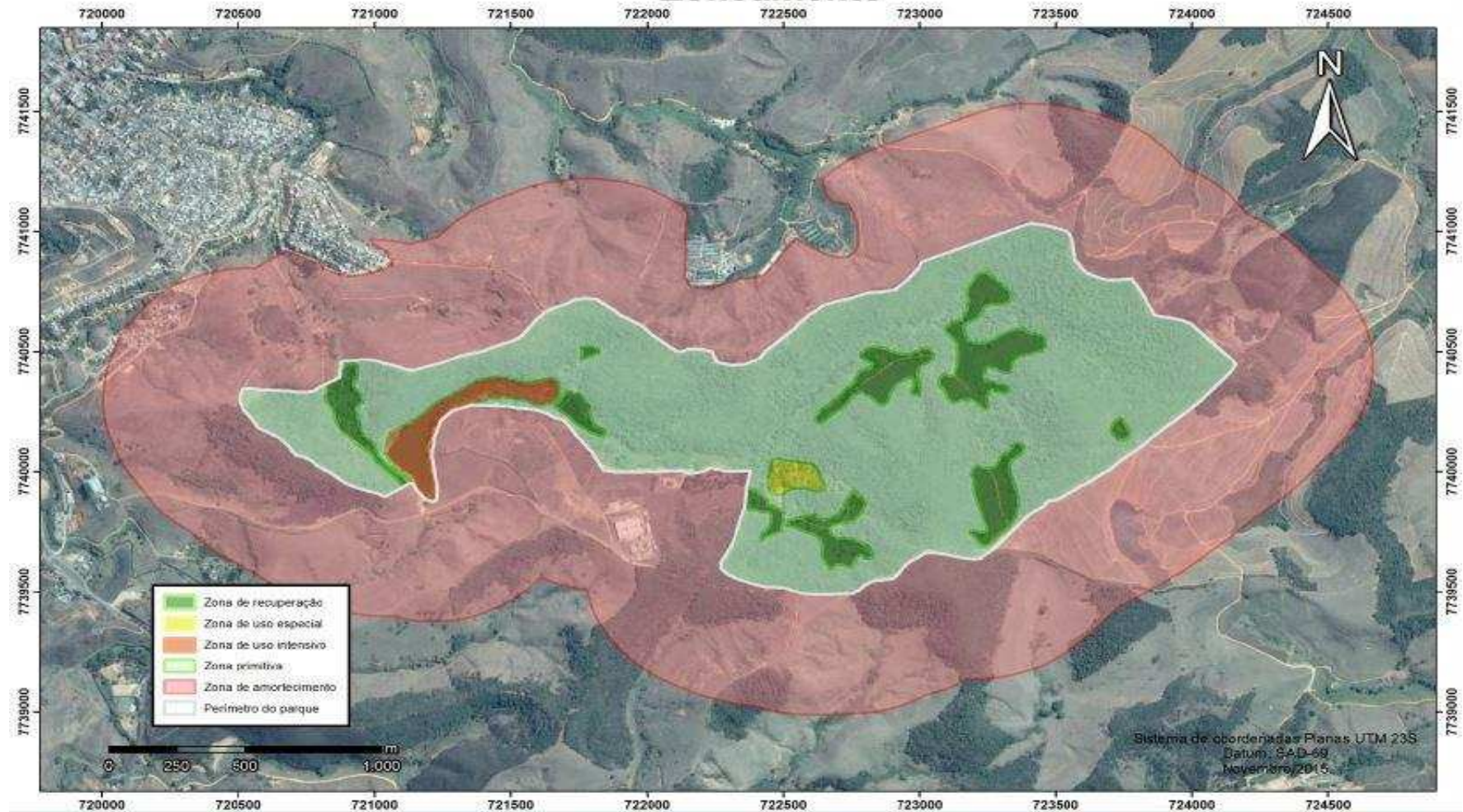
O coordenador da oficina fez uma breve síntese das reflexões feitas durante as discussões acontecidas na oficina. Assim, ele explicitou que a comunidade tem demandas em relação ao PNMTNPC e que as mais urgentes são:

- ✓ Reforma da infraestrutura e construção de área de lazer.
- ✓ Realização de eventos tanto recreativos quanto educativos.
- ✓ Conscientização de que o Parque tem como uma das principais metas a conservação dos recursos naturais presentes no seu território.
- ✓ Conscientização de que as formas de atender às demandas da população usuária do Parque devam ser realizadas com o cuidado a fim de não causar danos ambientais no seu território.
- ✓ Abertura de novos postos de trabalho, para evitar a sobrecarga de atividades realizadas pelos poucos funcionários do Parque e para que as atividades do espaço possam ser realizadas com mais qualidade.

Após essas considerações, o Coordenador da oficina projetou no quadro da sala o Mapa de Zoneamento do PNMTNPC (Figura 57), foi explicado que o mapa foi elaborado por equipe técnica da Universidade Federal de Viçosa durante o processo de construção do Plano de Manejo do PNMTNPC.

Para melhor compreensão dos itens de I a V, é necessária a análise do Mapa de Zoneamento do PNMTNPC:

Figura 57: Mapa de Zoneamento PNMTNPC.
Parque Natural Municipal Tancredo Neves (Passa Cinco)
Zoneamento



Fonte: Plano de Manejo PNMTNPC, 2015.

A leitura do Mapa, associada às questões já explanadas, tanto na oficina quanto na interpretação do Relatório Diagnóstico, demonstra que cinco zonas precisam ser regulamentadas:

- I. A zona de recuperação (Verde escuro) é uma área em que se observa intensa presença de espécies invasoras como a braquiária, capim-gordura, pinheiro do gênero *Pinus*, dentre outras. Essas espécies impactam negativamente o ambiente natural. Portanto, são áreas que precisam de ações de recuperação ambiental como combate às espécies invasoras e plantio de espécies nativas. Essa área pode destinada a pesquisas científicas. As instituições de ensino superior e ou técnico podem contribuir disponibilizando e /ou desenvolvendo soluções técnicas de recuperação do ambiente. O monitorando dos resultados das ações aplicadas desenvolvem o conhecimento científico e possibilitam que o Parque seja referência em pesquisa ambiental.
- II. A Zona de uso especial (Amarelo) é a área em que está localizado o viveiro de mudas. Entendemos que o viveiro encontra-se bem localizado, pois ele não conflita com a paisagem local, as instalações já estão construídas, as reformas necessárias para aperfeiçoar os serviços não provocarão impactos significativos no espaço natural do Parque.
- III. A Zona de uso intensivo (Laranja) é uma área que já foi alterada pelo homem, esta área é onde se concentram as infraestruturas da sede administrativa, o “Parquinho”, a lanchonete e as quadras. Esta área está próxima à lagoa, que é onde se concentra a maior parte dos pescadores; é nessa lagoa que as pessoas nadam.
Observa-se que é uma área que está próxima aos bairros que fazem vizinhança com o Parque, ela pode servir para atividades recreativas, pois há facilidades de trânsito e de assistência ao público, a área atende a demandas de lazer elencadas pelo público usuário do Parque.
- IV. A Zona Primitiva (Verde Claro) é onde estão concentradas as espécies nativas do Parque, é uma área de uso restrito e que cumpre o objetivo de preservar os recursos naturais do PNMTNPC, sendo permitida a realização de pesquisas científicas autorizadas pela administração do Passa Cinco e

práticas de educação ambiental desde que haja acompanhamento de funcionários do Parque.

- V. A Zona de amortecimento (Rosa) é uma área externa ao perímetro do Parque e tem função de filtrar os impactos negativos advindos de atividades externas ao Parque, como expansão da área urbana, ruídos, expansão de espécies invasoras. Para esta área é preciso pensar em ações em conjunto com proprietários destas terras, a fim de proteger as divisas do Parque e criar corredores ecológicos para promover o enriquecimento genético das flora e fauna da região.

Após a apresentação e discussão do mapa, ficou mais claro para os participantes da oficina que é possível estabelecer formas de interações com o Parque voltadas para o Lazer e para a conservação dos recursos naturais, foi possível, também, elucidar para os participantes a existência da zona de uso intensivo que está apta para atender a uma das demandas levantadas pelo diagnóstico, que aponta para a necessidade de reforma das infraestruturas, a fim de atender a solicitação da comunidade que é a existência de uma área pública dentro do Parque destinada ao lazer.

A partir deste entendimento o coordenador da oficina apresentou o trabalho desenvolvido pelo estudante de Arquitetura e Urbanismo, Luciano Caetano (2015). Luciano Caetano é Pontenovense e, no ano de 2015, cursava o último período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O aluno precisava desenvolver um trabalho final de curso, para concluir sua graduação, assim, ele procurou a Prefeitura Municipal de Ponte Nova com o intuito de levantar demandas de projetos arquitetônicos público no município.

Após percorrer algumas secretarias municipais, Luciano Caetano⁷⁸ entrou em contato com o Gestor do PNMTNPC, Lucas Mattos Martins que o convidou para visitar a área do Parque. O estudante observou o estado precário das infraestruturas do Parque e propôs elaborar um projeto conceitual de requalificação arquitetônica de algumas áreas do Parque Passa Cinco.

⁷⁸ Caetano Luciano: “Requalificação do Parque Passa-Cinco - Ponte Nova - Minas Gerais” – Trabalho final do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.midioteca.fau.ufrj.br/projetos.php?id=1372&busca=&pg=7>

Durante seis meses, o Gestor do Parque e Luciano Caetano mantiveram contato constante, durante esse período, o Gestor passava informações sobre o Parque, tais informações são as que foram discutidas na oficina narrada e no que aponta o diagnóstico de percepção do PNMTNPC presente nesta Pesquisa.

Luciano Caetano, através de conversas com o gestor e trabalhadores do Parque e do conhecimento adquirido na sua formação, apresentou um projeto conceitual de requalificação do Parque. A área de maior concentração do trabalho foi exatamente na zona de uso intensivo retratado na figura 57. Foram projetadas para os participantes da oficina as figuras 58, 59, 60, 61 e 62, 63 e 64 que ilustram o resultado final deste trabalho.

Figura 58: Guarita de controle de acesso



Fonte: Luciano Caetano, 2015⁷⁹

⁷⁹ Caetano Luciano: “Requalificação do Parque Passa-Cinco - Ponte Nova - Minas Gerais” – Trabalho final do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.midioteca.fau.ufrj.br/projetos.php?id=1372&busca=&pg=7>

Figura 59: Lanchonete



Fonte: Luciano Caetano, 2015

Figura 60: Ambiente interno da Lanchonete



Fonte: Luciano Caetano, 2015

Figura 61: Área de Lazer, espaço para eventos.



Fonte: Luciano Caetano, 2015

Figura 62: Área de Lazer, quadra para esportes.



Fonte: Luciano Caetano, 2015

Figura 63: Sede Administrativa



Fonte: Luciano Caetano, 2015

Figura 64: Banheiros Públicos



Fonte: Luciano Caetano, 2015

Os participantes demonstraram bastante entusiasmo após a apresentação do projeto conceitual, foram registrados os seguintes comentários.

“Nossa, se a Prefeitura investir nesta reforma, eu acho que as pessoas que não frequentam mais o parque ,com certeza, vão ficar mais animadas de voltar a visitar”

“Com essa infraestrutura fica bem mais fácil de realizar os eventos que a gente deu ideia, pelo menos uma vez no mês, a educação física da escola pode começar a ser praticada nestas quadras.”

“O bom que o projeto não vai afetar a mata, você mostrou que toda essa construção fica no mesmo lugar que as construções que estão.”

“O problema é quem vai bancar estas obras, você mesmo falou que o Parque está sem dinheiro”

Aproveitado o último comentário do participante da oficina, o coordenador da oficina aproveitou a oportunidade para explicar que, à medida que o Parque passa a ter um Plano de Manejo e a elaborar projetos em parceria com instituições, comunidade e profissionais de

áreas específicas, captar recursos financeiros do orçamento da Prefeitura e de fontes externas como editais e patrocínio de empresas privadas, torna-se possível a realização das ideias discutidas na oficina e no diagnóstico apresentado.

Após a discussão acerca do projeto de requalificação arquitetônica, o coordenador informou que a oficina estava chegando ao final e que toda a contribuição dos participantes e informações levantadas pelos questionários seriam redigidas em um texto e apresentadas como produto da pesquisa do Gestor do PNMTNPC. Informou, também, que o referido texto será apresentado no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa.

Ficou acordado com os participantes que todo o resultado obtido seria repassado para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e entregue para o Conselho Consultivo do Parque Passa Cinco, para que este estudo possa contribuir com a execução do Plano de Manejo e alcançar os objetivos do Parque Passa Cinco. Todos os participantes da oficina foram convidados a participarem das reuniões do referido Conselho, dito isso, a oficina foi encerrada.

4.2 Considerações Finais

O PNMTNPC é um espaço público apropriado e indicado para o desenvolvimento de práticas educacionais que podem colaborar com a formação de uma mentalidade propulsora de reflexões acerca de o espaço ser uma Unidade de Conservação e não somente um espaço reservado à recreação, nem tão pouco a práticas depredatórias. É necessário que o cidadão compreenda que o Parque tem, dentre suas funções prioritárias, a proteção/conservação da biodiversidade. Também é necessário que a gestão pública compreenda as demandas, percepções que o cidadão tem do Parque, assim como os usos que o cidadão faz desse espaço.

Assim, tendo em vista a necessidade de compreender e refletir sobre as funções, os usos pelos cidadãos, importância social e outros fatores relacionados à gestão do PNMTNPC de forma mais profunda, reflexiva e compartilhada, surgiu a demanda de conhecer, à medida do possível, quem é esse cidadão que frequenta o Parque e também quem é o cidadão que não frequenta e/ou nem conhece o espaço. Como fazer isso? Difícil iniciar essa proposta tentando dialogar com os moradores de Ponte Nova de forma geral, então, surgiu a ideia de entrar em contato com os moradores dos bairros vizinhos ao Parque, conhecer esse público seria importante em função da proximidade desses bairros com o Parque e pelo fato de o Parque ser

uma paisagem vista por esses moradores. O que perguntar a esse público não foi fácil, pois exigiu reflexão sobre o que, como gestores do PNMTNPC seria importante saber; por exemplo, tínhamos, a princípio, as ideias de que o cidadão não frequentava o espaço em função do medo oriundo da proximidade do complexo penitenciário ou o fato de a área de lazer e infraestrutura básica encontrar-se em estado precário seriam fatores para o cidadão não frequentá-lo. Outro fator sobre o qual pensávamos era sobre o fato de alguns cidadãos terem com o Parque uma relação depredatória. Também queríamos entender se o cidadão tinha consciência sobre a riqueza e importância da biodiversidade que o Parque abriga. Buscar o diálogo com os moradores do entorno, possivelmente, faria com que as propostas para gerir o Parque fossem mais significativas e ganhassem a simpatia e o companheirismo de quem mora em suas proximidades.

Dessa forma, foram propostas várias atividades que envolveram os moradores do entorno do Parque, elas foram significativas porque consolidaram e/ou desmistificaram algumas suposições dos gestores do Parque, por exemplo, observamos, através da análise dos questionários, que o complexo penitenciário não é fator relevante para o afastamento do usuário do espaço, mas consolidamos a ideia de que a área de lazer denominada “parquinho” deve ser recuperada, porque ela será fator de atração do público para o Parque.

No que se refere á recuperação das infraestruturas de lazer, a gestão publica precisa estar atenta para que não aconteça uma distorção, uma possibilidade míope de ver o Parque, isso porque nem usuário, nem gestores devem entender o PNMTNPC como um Parque de Diversões e deixar em segundo plano ou “em plano algum” a ideia de conservação.

Nesse sentido, as oficinas se demonstraram um ambiente fértil para conversar sobre os usos do PNMTNPC e elucidar para os participantes que há ações de lazer que vão contra aos objetivos fundamentais de conservação ambiental do Parque. Assim, ficou mais claro, tanto para gestores quanto para os participantes das oficinas que há necessidade de se construir ordenamento participativo que busque a harmonia, dentro do possível, entre as demandas da comunidade usuária do Parque e as normas de proteção ambiental desse espaço público.

Ao propormos as oficinas em que os cidadãos teriam contato com a análise dos questionários que eles responderam durante a pesquisa, observamos que a maior parte do público que participou das oficinas não tinha conhecimento de que o PNMTNPC é uma unidade de proteção integral que pertence a uma categoria do Sistema Nacional de Unidades

de Conservação - SNUC, e que permite atividades recreativas dentro da unidade, mas que esse fator pode gerar conflito socioambiental. Assim, ficou mais claro para o cidadão participante da oficina que o fator lazer dentro do Parque deve ser uma ação pensada com cuidado e que, dependendo da atividade de lazer de um usuário (por exemplo, a caça ilegal de pássaros) ela poderá causar uma relação de tensão e/ou disputa entre a gestão pública do PNMTNPC e os usuários desse bem público.

Como gestores, ficou claro que essa relação de tensão é acirrada quando os usuários não estão conscientizados sobre os possíveis impactos ambientais negativos que determinadas atividades de lazer podem causar no ambiente. Além da caça ilegal de pássaros, há pessoas que vão ao Parque e realizam ações tais como realizar retirada sem controle de bambu a fim de confeccionar de pipas, abrir de trilhas para andar de motocicleta, acender fogueiras e churrasqueiras; todas essas atividades impactam direta ou indiretamente os recursos naturais do Parque. Assim, como inibir essas práticas e ao mesmo tempo conscientizar o usuário de que elas são prejudiciais ao Parque e, portanto, prejudiciais ao próprio usuário, se não for através de atividades educativas?

Não adianta apenas multar um cidadão e/ou uma empresa que desrespeite a legislação ambiental, é necessário consolidar parceria entre cidadão e gestão pública. Um exemplo, vivenciado durante a pesquisa, que subsidia essa tese, foi o caso da ação educativa realizada com trabalhadores da fábrica de papel, em que, ao final, além de os trabalhadores conhecerem e tomarem consciência sobre a importância do o mudário do Parque, eles sugeriram a recuperação de uma área degradada, situada na fábrica, com mudas doadas pelo PNMTNPC.

O Diálogo é um importante instrumento de gestão ambiental por levantar os anseios dos usuários de um espaço público, discutir sobre a realidade local e prover de conhecimentos a comunidade sobre as questões e os objetivos da conservação ambiental, a partir desta relação estabelecida entre os gestores públicos e o “cidadão comum” é possível integrar a percepção da comunidade dos bairros do entorno nos programas de manejo do PNMTNPC.

Uma gestão, que se propõe a edificar em parceria com atores locais uma forma democrática de administração do PNMTNPC, deverá ampliar o diálogo com a comunidade. A gestão precisa conscientizar-se de que não há como projetar ações para o gerenciamento do Parque que não passem pela parceria com os usuários; sejam esses “usuários” o cidadão

comum, o estudante universitário, a comunidade científica (parceria com universidades), as empresas particulares. Essas parcerias precisam ser educadoras, para que se discutam propostas de integração com o PNMTNPC, sem deixar de entendê-lo como Patrimônio Público. Ecológico. Esse pode ser um caminho para fundar uma relação “(eco) afetiva” do cidadão com o PNMTNPC. Desta forma, inaugurar-se-ia uma nova perspectiva de responsabilidade de habitação/ cuidado/ manutenção de um espaço público por parte do cidadão “colaborador- usuário” do PNMTNPC.

A opção pelo termo “colaborador- usuário” é fundamenta-se no fato de que a palavra “usuário” isoladamente traz em seu bojo a ideia de exploração, assim “usuário” não seria a palavra adequada para designar o cidadão que não só frequenta o PNMTNPC a fim de desfrutar, de usufruir, de utilizar daquilo que o espaço oferece, mas que tem a responsabilidade e desejo de cuidar, de ser parceiro, de preservar e de conscientizar-se da importância do PNMTNPC no cenário ecológico do município de Ponte Nova.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, Ano 2, nº5. 1999. 15 p.

AZEVEDO, M.C.; COSTA, H.G. Métodos para Avaliação da Postura Estratégica. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 08, nº 2, abril/junho. 2001.

BARROS, W. D. **Parques nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.): **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global: Esboços Metodológicos. **Revista RA’EGA**, Curitiba, v. 8, p. 141-152, 2004.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007

BONNEMAISON, J. e CAMBREZY, L. Le lien territorial : entre frontières et identités. Géographies et Cultures (Le Territoire) n. 20 (inverno). Paris, L’ Harmattan-CNRS, 1996.

BRASIL, Código florestal Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

_____, Código florestal Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

_____, Código florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

_____, SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Brasília, MMA/SBF, 2000.

BRITTO, M. C. Paisagem e as Diferentes Abordagens Geográficas. **Revista de Geografia – PPGeo** – v.2, nº 1 p.1-10, 2011 Universidade Federal de Juiz de Fora.

BORGES, J. L. “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, 1961, in his labyrinths, Penguin, 1970, p. 27-43.

BUENO, N. P. E.; RIBEIRO, K. C.C. Unidades de Conservação - caracterização e relevância social, econômica e ambiental: um estudo acerca do Parque Estadual Sumaúma. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo - Manaus Edição 03/2007.

Caetano Luciano: “**Requalificação do Parque Passa-Cinco - Ponte Nova - Minas Gerais**” – Trabalho final do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.midioteca.fau.ufrj.br/projetos.php?id=1372&busca=&pg=7>

CALLAI, Helena C. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>>

CAVALCANTE, H. C. A Experiência do PROARCO. In: **Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, p. 99-102, 2001.

CLAVAL, P. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Geografia Humana. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. EdUERJ, Rio de Janeiro: p. 35-86, 2001.

CLAVAL, P. A **Geografia Cultural**. Trad. de Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, p.7-11, 1998.123p.

COSGROVE, D. E. (1998). A Geografia está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Paisagem, Tempo e Cultura. EdUERJ, Rio de Janeiro: p. 92-123.

COSTA, O. **Memória e Paisagem**: em busca do simbólico dos lugares: Espaço e Cultura, UERJ, p. 149-156p, 2008.

DARDEL, E. L'homme et la terre – nature de la réalité géographique. Paris: CTHS, 1990.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994.

DEL RIO, V. “Cidade da Mente, Cidade Real. Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro”. In: DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (orgs.) Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Universidade de São Carlos (SP)/ Studio Nobel, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Ed. 3ª Hucitec, p.1-162 2001.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF (Coleção Antropologia e Ciência Política, 2). 306p. 1997

DRUMMOND, A. D.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados. 2010 (no prelo).

ESPINDOLA, H. S. **Sertão, Território E Fronteira: Expansão Territorial De Minas Gerais Na Direção Do Litoral**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 69-96, jan./jun. 2008.

FERREIRA A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1986.

FONTES, A. A. **A cadeia produtiva da madeira para energia**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

FORGUS, R. H. Percepção: o processo básico do desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Herder, 1971.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: O caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v. 9, n.1, 2005.

GEERTZ, Clifford. **O saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Trad. De Vera Melo Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GODOY, A. **O modelo da natureza e a natureza do modelo**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v.. 14, n. 4. 2000. 10 p.

GOMES, L. J. **Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa**. 173f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, --Campinas, SP: [s.n.], 2002.

GÓMEZ ORTIZ, A. El paisaje como tema transversal en el diseño curricular base de la educación obligatoria. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 267, 2001.
Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-267.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____, **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOLZER, W. A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, jul./dez.1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>>. Acesso em: 22, jun. 2014.

HOUAISS, Antônio Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. 1ª Edição. São Paulo, Objetiva, 2002. CD-ROM.

JOBIM, José Luís. **Formas da teoria: sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários**. Rio de Janeiro: Caetés, 2003.

LA BLANCHE, V.. “Des caracteres distinctifs de lagéographie”. **Annales de Géographie**, Paris, v. 22, p. 289-299. 1913.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado**. Proj História, São Paulo, 1998.

KOPPEL, C. 1989. "Efficiency, Equity, Esthetics; Shifting Themes in American Conservation". In: WORSTER, D. (ed.). *The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press.

MAGALHÃES, C. M. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, São Paulo, n.15, p. 7-26, nov. 2012/abr. 2013.

Martins Lucas, Tavares Guilherme, Carolino Sônia, Cardoso Palovi, Aniceto Nathalia: **“Avaliação da qualidade das lagoas do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (Passa Cinco). Município de Ponte Nova – MG”** - V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG – 24 a 27/11/2014

MELO FILHO, D. R. C. Há que se ler a paisagem: a contribuição da geografia para construção da significância cultural. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 14, n. 45, p. 173–180, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesus – **“Medios: olvidos y desmemorias. Debilitan el pasado y diluyen la necesidad de futuro”**. Ciberlegenda. N. 6, 2001, p. 6. Disponível em www.uff.br/mestcii/barbero1.htm.

MARTINS, A. L. L. Lazer e área protegida: conflitos na busca de “emoções agradáveis”. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 51-67, 2011.

MARTINAZZO, C. J. **A Utopia de Edgar Morin: Da Complexidade a Concidadania Planetária**. 2ª ed. 2004.

MINC, Ministério da cultura. Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>>. Acesso em:15, set. 2015.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 10, jun. 2014.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

NASH, R. **Wilderness and the American mind**. Yale: Yale Univ. Press, 1982.

OBARA, A. T.; SILVA, E. S. População Humana, Biodiversidade e Unidades de Conservação do Brasil. In: VILLALOBOS. J.U.G. (orgs.). **Terra e Agricultura**. Maringá, 2001, p. 1-19.

OLIVEIRA, R. R. História Ambiental e Ecologia da Paisagem. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 117-128, 2010.

OLIVEIRA, R. F. Cidades e paisagens como bens culturais no pensamento em geografia. **Espaço & Geografia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 747-779, 2013.

PASSOS, M. M. Eco-história da paisagem. **Boletim de Geografia**, Maringá – PR, v. 15, n. 1, p. 69-83, 1997.

PAIXAO, L. A.; PRIORI, A. História e paisagem: o uso da paisagem como fonte histórica e como produtora de memória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7, **Anais** 2012.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140 – 2006.

PENNA, A. G. Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva. 3. ed. São Paulo: Mercurio Star, 1982.

PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urban. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, 2008, p. 3-12.

PEREIRA, R. G. F. A. de. Geoconservação e Desenvolvimento Sustentável na Chapada

Diamantina (Bahia - Brasil) – **Tese** de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal), 2010. Disponível em: <<http://www.geoturismobrasil.com/artigos/TESE-Ricardo%20Fraga.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Geossistema, Território e Paisagem – Método de Estudo da Paisagem Rural sob a Ótica Bertrandiana. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun.

2009, p. 5-31. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em 21 abr. 2016.

PONTE NOVA, Lei municipal n° 2.685/2003, Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de Ponte Nova.

PONTE NOVA, Lei municipal n° 1272/1982, de 07 de dezembro, Autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Municipal de Ponte Nova "Passa Cinco" e dá outras providências.

PONTE NOVA, Lei municipal n° 3.207/2008. De 3 de julho. Dispõe sobre a regularização fundiária do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves, altera a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Ponte Nova e dá outras providências.

PONTE NOVA, Lei municipal n° 3.822/2013. De 23 de dezembro. Cria o Parque Natural Municipal Tancredo Neves – PNMTN – Passa Cinco como Unidade de Conservação de Proteção Integral e dá outras providências.

PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Relatório de Estudos Técnicos Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco. 2010.

PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco. 2015.

PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Plano De Habitação De Interesse Social. 2012

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. W. **Os ídolos da Paisagem**: Caminhos da relação entre paisagem e patrimônio. Rio Claro: In: Anais Congresso Brasileiro de Organização do Espaço, p.4103-4117 UNESP 2010.

RODRIGUES, A. A. B.. Espaços de turismos e de lazer urbano – uma leitura geográfica. **Revista Aportes y Transferências**, v.1, p. 22-42, 2007.

ROCHA, Y. T. Teoria geográfica da paisagem na análise de fragmentos de Paisagens urbanas de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista Formação**, Presidente Prudente-SP, n.15, v. 1, p.19-35, 2008.

RONCAGLIO, C. **Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural**. 209f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

RONCAGLIO, C. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009.

ROZO, J. D. D. Entre la materialidad y la representación: reflexiones sobre el concepto de paisaje en geografía histórica. **Cuadernos de Geografía | Revista Colombiana de Geografía**, n. 19, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAUER, Carl O. La morfología del paisaje. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 15, 2006. Disponível em: www.revues.org. Acessado em: 17 jun. 2013.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLÜTER, Otto. “Die Siedlungsräume MittelEuropas in frühgeschichtlicher Zeit”, Forschungen zur Deutschen Ländeskunde, vol.67. 1952-1954-1958.

TUAN, Y. Fu. Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Ed. Difel: São Paulo, 1980.

TUAN, Y. Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Jorge Ozório. Pedagogia Crítica e Aprendizagem Ambiental. In: LEFF, E. (org): **A Complexidade Ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003, 342p.

VALLADARES, A. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro: FGV 2005.

VEIGA-NETO. *Nietzche & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política e Sociedade**, São Paulo, n. 7, p. 139-162, 2005.

WILLIAMS, R. **The Sociology of Culture**, New York, Schocken, 1982.